



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



**KELLY CRISTINY BORGES LARSEN**

**ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: A HISTÓRIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA  
DIRIGIDA PELOS SALESIANOS EM CAMPO GRANDE/MS (1957-1975)**

Campo Grande/MS  
2023

**KELLY CRISTINY BORGES LARSEN**

**ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: A HISTÓRIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA  
DIRIGIDA PELOS SALESIANOS EM CAMPO GRANDE/MS (1957-1975)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, área de concentração Organização do Trabalho Didático, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Nedina Roseli Martins Stein

Campo Grande/MS  
2023

---

L343e      Larsen, Kelly Cristiny Borges

Escola Estadual São José: a história de uma escola pública dirigida pelos salesianos em Campo Grande/MS - (1957 – 1975) / Kelly Cristiny Borges Larsen. – Campo Grande, MS: UEMS, 2023.

138 p.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Educação - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2023.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nedina Roseli Martins Stein

1. História da educação 2. Escola pública - Brasil - Campo Grande/MS 3. Congregação Salesiana (Salesianos) - Igreja Católica 4. Escola Estadual São José. I. Stein, Nedina Roseli Martins. II. Título.

CDD 23 ed. 371.01098171

**KELLY CRISTINY BORGES LARSEN**

**ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: A HISTÓRIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA  
DIRIGIDA PELOS SALESIANOS EM CAMPO GRANDE/MS - (1957-1975)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Organização do Trabalho Didático.

Aprovada em: ...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Nedina Roseli Martins Stein (Orientadora)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Profa. Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof. Dra. Celeida Maria Costa de Souza e Silva  
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Campo Grande/MS  
2023

A todos os professores que acompanharam esta trajetória, em especial  
a Professora Maria Aparecida da Cruz – Cidinha (in memoriam) e  
o Professor Leonardo Sagrado Cezário.

## AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação e à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), por me fornecer o apoio técnico necessário para que fosse possível a conclusão do curso.

Ao corpo docente, à coordenação e ao secretariado que fizeram o possível para que o Programa se mantivesse em funcionamento, tendo em vista que o curso se iniciou no ano de 2021, no período da pandemia de Covid-19.

À minha querida e agora amiga orientadora professora doutora Nedina Roseli Martins Stein, por toda ajuda, empatia e, principalmente, por todo o conhecimento compartilhado.

Aos professores da minha banca de qualificação e defesa, professora doutora Celeida Maria Costa de Souza e Silva e professora doutora Kátia Cristina Nascimento Figueira, pela disponibilidade de tempo e pelo conhecimento.

Às minhas filhas Leticia Borges Larsen e Samella Samara Borges de Campos, por me apoiarem e acreditarem juntamente comigo que a conclusão deste curso era possível.

Aos meus amigos Geverson Cavalcante da Silva e Paula Daniella Alves de Castro, que colaboraram para a construção da presente dissertação.

Em especial, agradeço à Irmã Ivone Ap. Calvo Marcuso, diretora da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, e à Fabiana Muniz do Carmo, diretora da Escola Estadual São José, as quais permitiram o acesso aos acervos das instituições que dirigem, para que a presente pesquisa pudesse ser realizada.

Por fim, a Deus e à Nossa Senhora do Perpetuo Socorro que colocaram essas pessoas em minha vida para me ajudarem no processo de desenvolvimento da pesquisa.

Obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo escrever parte da história da Escola Estadual São José, sediada na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul, e compreender suas especificidades como uma escola pública dirigida pelos salesianos. O recorte temporal adotado tem início no ano de 1957, ano da fundação da escola, até o ano de 1975, um ano após a instituição se tornar estadual. A escola foi fundada pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora no prédio do Instituto Missionário São José, foi idealizada para suprir a falta de escolas e atender à população carente da região. A pesquisa se define como documental, realizou a coleta dos dados no acervo da escola e nas instituições ligadas à sua fundação. O seu desenvolvimento foi norteado pelas categorias de André Petitat (1996), sendo estas: o processo de criação e instalação da escola, a origem social da clientela escolar, os professores e a seleção de conteúdos escolares. A dissertação está estruturada em quatro capítulos, o primeiro capítulo tem como objetivo apresentar dois mapeamentos: o primeiro contempla as fontes utilizadas na pesquisa e o outro as pesquisas produzidas pelos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que tiveram como tema a história de uma escola pública ou a história de uma escola salesiana sediada na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul. O segundo capítulo apresenta um breve contexto histórico das instituições que fundaram a Escola São José e a relação entre os salesianos e a educação por meio da abertura de colégio no Sul do Mato Grosso. O terceiro capítulo conta a história da Escola Estadual São José com o início no ano letivo de 1957 até o ano de 1971, dividido em quatro tópicos: a origem e as características da Escola São José, o perfil inicial do corpo docente da escola, o perfil social dos alunos e a organização didática curricular e a estrutura física inicial da Escola São José. O quarto capítulo apresenta a história da Escola São José com o recorte cronológico com início no ano de 1972 finalizando em 1975, o capítulo é dividido em cinco tópicos iniciando com a nova organização da instituição e o perfil do corpo docente da Escola São José ambos a partir do ano de 1972. O perfil social dos alunos no ano de 1974, a regulamentação da Escola São José no ano de 1974 e a organização didática adotada pela escola no ano de 1975, um ano após sua regulamentação, também foram temáticas abordadas no quarto capítulo. Quanto aos resultados obtidos foi possível compreender que a escola dentro do recorte cronológico pesquisado iniciou atendendo a meninos e meninas e, com o tempo, passou a atender quase que em sua totalidade somente às meninas, seu corpo docente era formado exclusivamente por professoras até o ano letivo de 1971, e o perfil social dos alunos atendidos era proveniente de famílias de trabalhadores. Detectou-se que, a partir do ano de 1972, a escola passa por várias mudanças com a abertura do ginásio, passando a atender a um número maior de meninos, o corpo docente também neste ano passa a ser misto. O perfil social dos alunos no ano letivo de 1974 continua o mesmo identificado no primeiro levantamento e, ainda no ano de 1974, a escola passa pelo processo de regulamentação, tornando-se estadual. Esta dissertação se encerra no ano de 1975, identificando em seu desenvolvimento que, mesmo após a instituição se tornar pública, manteve seu caráter confessional.

**Palavras-chave:** História da Educação. Escola Pública. Salesiano. Escola São José.

## ABSTRACT

The present research aims to write part of the history of Escola Estadual São José, based in the city of Campo Grande in the state of Mato Grosso do Sul, and understand its specificities as a public school run by Salesians. The time frame adopted begins in 1957, the year the school was founded, until 1975, one year after the institution became state-owned. The school was founded by the Congregação das filhas de Maria Auxiliadora of Christians in the Missionário São José Institute building, it was designed to fill the lack of schools and serve the region's needy population. The research, defined as documentary, collected data from the school's collection and from institutions linked to its foundation. Its development was guided by the categories of André Petitat (1996), these being: the process of creating and installing the school, the social origin of the school clientele, the teachers and the selection of school content. The dissertation is structured into four chapters, the first chapter aims to present two mappings: the first covers the sources used in the research and the other the research produced by *stricto sensu* Postgraduate Programs that had as their theme the history of a public school or the history of a Salesian school based in the city of Campo Grande in the state of Mato Grosso do Sul. The second chapter presents a brief historical context of the institutions that founded Escola São José and the relationship between Salesians and education through opening school in the south of Mato Grosso. The third chapter tells the history of Escola Estadual São José from the beginning in the 1957 school year to 1971, divided into four topics: the origin and characteristics of Escola São José, the initial profile of the school's teaching staff, the social profile of the students and the curricular didactic organization and the initial physical structure of Escola São José. The fourth chapter presents the history of Escola São José with a chronological outline starting in 1972 and ending in 1975, the chapter is divided into five topics starting with the new organization of the institution and the profile of the teaching staff at Escola São José, both from 1972 onwards. The social profile of students in 1974, the regulations of Escola São José in 1974 and the didactic organization adopted by the school in 1975, one year after its regulation, themes were also covered in the fourth chapter. Regarding the results obtained, it was possible to understand that the school within the researched chronological period began serving boys and girls and, over time, began to serve almost entirely only girls, its teaching staff was made up exclusively of female teachers until the year academic year of 1971, and the social profile of the students attended came from working families. It was detected that, from 1972 onwards, the school went through several changes with the opening of the gymnasium, starting to serve a greater number of boys, the teaching staff also this year became mixed. The social profile of students in the 1974 school year remained the same, identified in the first survey and, in 1974, the school went through the regulation process, becoming state-owned. This dissertation ends in 1975, identifying in its development that, even after the institution became public, it maintained its confessional character.

**Keywords:** History of Education. Public School. Salesian. Escola São José.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa da Crônica (1967).....	21
Figura 2: Acervo Antigo Escola Estadual São José (inicial).....	24
Figura 3: Acervo Antigo Escola Estadual São José (em fase de organização).....	25
Figura 4: Capa do Caderno de Registro Escolar, Matrículas, Professores e Aparelhamento Escolar (1957).....	26
Figura 5: Termo de Abertura do Caderno de Registro de Escolar, Matrículas, Professores e Aparelhamento Escolar (1957).....	26
Figura 6: Capa do Caderno de Registro de Frequência Diária.....	27
Figura 7: Caderno de Crônicas (1975).....	51
Figura 8: Estatística do Instituto Missionário São José (1971).....	53
Figura 9: Registro de professores (1966).....	68
Figura 10: Contrato de prestação de serviço (1959).....	71
Figura 11: Resposta da Circular (1971).....	73
Figura 12: Estatística Escola São José (1972).....	89
Figura 13: Caderno de Ponto dos Professores Escola Estadual São José (1972).....	91
Figura 14: Relação do Quadro de Funcionários da Escola (1972) – p. 1.....	94
Figura 15: Relação do Quadro de Funcionários da Escola (1972) – p. 2.....	95
Figura 16: Relação de professores aptos a lecionar na Escola Estadual São José no ano letivo de 1975 – p. 1.....	98
Figura 17: Relação de professores aptos a lecionar na Escola Estadual São José no ano letivo de 1975 – p. 2.....	99
Figura 18: Relatório da Escola São José (sem data) – p.1.....	107
Figura 19: Declaração de Utilidade Pública IMSJ.....	109
Figura 20: Publicação da criação da Escola Estadual São José – p. 1.....	109
Figura 21: Publicação da criação da Escola Estadual São José – p. 2.....	110
Figura 22: Plano Anual (1975).....	117

Figura 23: Total dos alunos das Turmas do Pré à 4ª série do ano 1975.....118

Figura 24: Total dos alunos das Turmas da 5ª à 8ª série do ano 1975.....119

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Referencial Documental – Sala da Secretaria.....	22
Quadro 2: Lista das Dissertações dos Programas de Pós-Graduação de MS – Tema: Escolas Públicas.....	29
Quadro 3: Lista das Dissertações dos Programas de Pós-Graduação de MS – Tema: Escolas Salesianas.....	33
Quadro 4: Colégios Salesianos.....	48
Quadro 5: Registros das Turmas nos Cadernos de Frequência (1957-1968).....	58
Quadro 6: Nome das Professoras por turma (1957-1968).....	66
Quadro 7: Classificação da categoria dos Professores – Governo do Mato Grosso (1972).....	74
Quadro 8: Linha do Tempo dos Professores (1957-1971).....	76
Quadro 9: Profissões declaradas pelos pais/responsáveis (1958-1962).....	78
Quadro 10: Grade Curricular Escola São José (1962).....	81
Quadro 11: Grade Curricular Programa de Ensino Primário (1962).....	81
Quadro 12: Profissões declaradas pelos pais/responsáveis (1974).....	102
Quadro 13: Grade Curricular Escola São José (1974) – Primeira Fase.....	113
Quadro 14: Grade Curricular Escola São José (1974) – Segunda Fase.....	114

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Organização das Salas da Escola São José (1957).....	60
Tabela 2: Quantitativo de Alunos Atendidos (1967-1972).....	90
Tabela 3: Total de Alunos atendidos no ano letivo de 1975.....	119

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BDTD:** Banco Digital de Teses e Dissertações

**CINE:** Classificação Internacional Normatizada pela Educação

**COB:** Classificação Brasileira de Ocupações

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**IFMS:** Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

**IMSJ:** Instituto Missionário São José

**MS:** Mato Grosso do Sul

**MT:** Mato Grosso

**PPP:** Projeto Político-Pedagógico

**UCDB:** Universidade Católica do Bosco

**UEMS:** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**UFMS:** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>I. O MAPEAMENTO DAS FONTES DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ E A PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SALESIANAS DE CAMPO GRANDE.....</b>	<b>18</b>
1.1 Mapeamento das fontes localizadas para o desenvolvimento da história da Escola Estadual São José.....	18
1.2 Mapeamento das pesquisas produzidas nos Programas de Pós-Graduação do estado de Mato Grosso do Sul que contemplam a história das escolas públicas e escolas salesianas sediadas na cidade de Campo Grande.....	28
<b>II. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES QUE FIZERAM PARTE DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ.....</b>	<b>37</b>
2.1 A educação e a Igreja Católica no Brasil: Salesianos.....	37
2.2 A chegada dos Salesianos em Mato Grosso.....	40
2.3 A história das Filhas de Maria Auxiliadora.....	42
2.4 O início dos colégios salesianos no Sul do Mato Grosso.....	46
2.5 O Instituto Missionário São José.....	49
<b>III. A HISTÓRIA INICIAL DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: 1957 A 1971.....</b>	<b>55</b>
3.1 A origem e as características da Escola São José: 1957-1971.....	55
3.2 A constituição do perfil inicial do corpo docente da Escola São José.....	65
3.3 A construção do perfil social dos alunos por meio da profissão dos pais.....	78
3.4 A organização didático-curricular e a estrutura física inicial da Escola São José.....	81
<b>IV. A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: 1972 A 1975.....</b>	<b>88</b>
4.1 O contexto da nova organização da Escola São José a parte do ano de 1972.....	88
4.2 O perfil do corpo docente da Escola São José a partir de 1972.....	93
4.3 O perfil social dos estudantes da Escola São José no ano de 1974.....	104
4.4 A regulamentação da Escola São José (1974).....	106
4.5 A organização didática adotada pela Escola Estadual de 1º Grau São José após sua regulamentação (1974 e 1975).....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou este trabalho teve como objeto de estudo a história da Escola São José, sediada na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul. O período estudado foi desde sua criação no ano de 1957 até um ano após a escola se tornar estadual, no ano de 1975.

O trabalho apresentado a seguir contempla parte da história da Escola São José, segundo Saviani (2008, p. 151):

Mas por que queremos conhecer a história? Por que queremos estudar o passado, isto é, as coisas realizadas pelas gerações anteriores? Considerando que é pela história que nós nos formamos como homem; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro. (SAVIANI, 2008, p.151)

Nosella e Buffa (2022, p. 19) afirmam que “atualmente, os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação”.

A Escola São José tem atualmente 66 anos, a presente pesquisa contemplou seus primeiros dezoito anos de atividades, iniciando na sua origem até o ano de 1975. A escola nos dias atuais se encontra ainda em atividade como uma instituição pública.

A Escola São José foi fundada pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA), ordem feminina da Congregação Salesiana, segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2012 da instituição, “a partir das atividades desenvolvidas na comunidade, esta percebeu a necessidade e importância de se ter uma escola nas proximidades, uma vez que não havia nenhuma unidade escolar e a comunidade muito carente não tinha acesso às outras escolas da cidade” (Escola São José, 2012, p. 7).

A escola foi fundada para atender à necessidade da comunidade local, deu início às suas atividades no dia 18 de fevereiro de 1957 com duas séries iniciais do primário, atendendo em dois períodos, tendo como sua primeira diretora a Irmã Elvira Pedrelli, funciona desde sua fundação no prédio do Instituto Missionário São José (IMSJ) ofertando educação básica.

O Instituto Missionário São José foi fundado no dia 08 de fevereiro de 1946, como anexo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sua função era ser casa de formação religiosa, o Noviciado “em 24 de fevereiro de 1956, foi então inaugurada a sede própria do Instituto Missionário São José, onde funciona até a presente data. Com o fechamento do noviciado no

ano de 1967, as irmãs salesianas decidiram tornar o espaço útil à comunidade que naquela época era bastante carente e não tinha acesso à escola” (Escola São José, 2012, p. 7).

Conforme relata o Projeto Político-Pedagógico da Escola São José do ano de 2012, as freiras juntamente com as postulantes e noviças organizavam as atividades do Oratório que ocorria aos domingos após a missa e devido a esse contato mais efetivo com crianças e jovens da comunidade local, as freiras sentiram a necessidade de uma escola na região.

Os Oratórios Festivos constituíam [...] uma espécie de ponta de lança da obra salesiana, cuja finalidade primordial passou a ser a educação da juventude pobre. Mediante o estabelecimento dos Oratórios Festivos, criava-se na localidade ou cidade um ambiente favorável para a implantação progressiva das outras atividades salesianas (AZZI, 1983, p. 78).

Escolas dirigidas pelos salesianos em Campo Grande possuem uma grande importância para a educação e história do local, a Missão Salesiana, antes da fundação da Escola São José, já mantinha outros dois colégios na cidade. O primeiro a ser fundado, no ano de 1926, foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, instituição voltada para a educação das moças da cidade, como a Escola São José era administrado pelas Filhas de Maria Auxiliadora. Em 1930, os salesianos inauguraram o Colégio Dom Bosco, direcionado ao público masculino. O público atendido tanto pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora quanto pelo Colégio Dom Bosco possuía um perfil diferente do público atendido pela Escola São José, que desde sua fundação tinha como foco o atendimento direcionado à população que residia no entorno do IMSJ.

Durante os anos de 1957 a 1972, a Escola São José foi mantida pela Inspeção das Filhas de Maria Auxiliadora, o IMSJ, por meio de convênio com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, no ano de 1972, a escola assina o seu primeiro convênio com o Governo do Estado do Mato Grosso e, no ano de 1974, com a sua regulamentação, assina um novo convênio com o Estado do Mato Grosso e passa a se chamar Escola Estadual de 1º Grau São José.

Para Menezes (2014, p. 233), “a história da educação no Brasil tem se fortalecido nas últimas décadas, e a comunidade de pesquisadores desta área cresceu muito também”, escolas são objeto de estudo crescente, possibilitam um material rico para a compreensão da história da educação de um determinado local. O conhecimento das mudanças ocorridas em cada tempo contempladas em estudos históricos desenvolvidos propiciam uma reflexão sobre o desenvolvimento e o caminho percorrido pela instituição.

Para Nosella e Buffa (2009, p. 26), “quanto ao foco das pesquisas, observamos que a maioria estuda a história da instituição: sua criação, implantação e evolução”, a presente pesquisa, apropriando-se do que foi observado pelos autores citados, organizou os dados por

meio de categorias, buscando identificar suas características, adotando o referencial teórico-metodológico norteado por três autores: André Petitat (1996), Paolo Nosella (2022) e Ester Buffa (2001).

As categorias desenvolvidas por Petitat, apresentadas em seu livro *Produção da escola, produção da sociedade* (1996), são utilizadas para nortear pesquisas no campo de instituições escolares. Em referência às categorias de Petitat, Buffa (2001, p. 84) explica:

Assim há que se investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (BUFFA,2001,p.84)

A presente pesquisa utilizou as categorias de Petitat, descritas por Buffa (2001), para analisar aspectos e características da história da instituição. As categorias utilizadas foram escolhidas considerando as fontes documentais disponíveis.

Em face às categorias desenvolvidas por Petitat (1996), elencadas por Buffa (2001), quatro serão utilizadas por esta pesquisa: a primeira é o processo de criação e de instalação da escola que foi construído por meio da análise dos documentos localizados na instituição e em órgãos oficiais que participaram da sua fundação; a segunda categoria foi a constituição do corpo docente da instituição com suas características e singularidades; a terceira aborda o perfil social dos alunos, analisados por meio do trabalho dos pais; e, por fim, a quarta categoria aborda a organização didática adotada pela instituição. As categorias desenvolvidas, como já mencionado, foram selecionadas com base nas fontes do acervo.

Além das categorias de Petitat, o trabalho da professora Maria Aparecida Félix do Amaral e Silva também serviu para nortear o desenvolvimento do presente texto. O trabalho de Maria Aparecida intitulado *Educação de Mulheres no Vale do Paraíba*, do ano de 2001, contempla a história do Colégio Nossa Senhora do Carmo, com o recorte cronológico entre os anos de 1892 a 1910. O colégio pesquisado pela autora é a primeira instituição escolar fundada pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil, a mesma congregação que fundou a Escola São José. Diante disso, o trabalho da professora serviu de inspiração para a presente pesquisa.

Em relação ao desenvolvimento da dissertação, apresentar-se-á os resultados da pesquisa em quatro capítulos: o primeiro contempla o mapeamento das fontes utilizadas na

pesquisa e o mapeamento das pesquisas produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado que tiveram como objeto de estudo a história de uma escola pública ou de escolas salesianas sediadas na cidade de Campo Grande. Destaca-se que, para esta pesquisa, não foi estabelecido nenhum recorte cronológico para a realização da busca nos repositórios on-line ou nas bibliotecas.

O segundo capítulo apresenta um breve contexto histórico das instituições que fundaram a Escola São José, sendo estas: a Congregação Salesiana, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e o Instituto Missionário São José, instituição que deu origem à Escola São José. O segundo capítulo contempla também a relação entre os salesianos e a educação por meio do contexto histórico do início dos colégios Salesianos no Sul do Mato Grosso.

O terceiro e o quarto capítulo da presente dissertação apresentam a história da Escola São José, divididas em dois recortes cronológicos: no terceiro capítulo, o recorte cronológico tem início no ano de 1957, ano de fundação da instituição, até o ano de 1971, contempla a organização e as características iniciais da escola, os professores, o perfil social do aluno e a organização física e didática adotada pela escola dentro do período estudado.

O quarto capítulo dá continuidade à apresentação da história da instituição, inicia-se em 1972, ano em que a Escola São José implanta o ginásio, estendendo-se até o ano de 1975, um ano após a escola assinar o Convênio com o Estado do Mato Grosso e se tornar estadual. O Capítulo IV apresenta a organização da escola após a implantação do ginásio, o perfil do corpo docente, o perfil social dos alunos, o processo de regulamentação da escola e sua organização didática após se tornar estadual.

Como resultado final o presente texto apresenta algumas características desta instituição no período estudado.

A Escola São José iniciou suas atividades atendendo a meninos e meninas separados por turnos de atendimento, a instituição abria novas turmas para dar continuidade ao seu atendimento escolar, contudo, as novas séries eram ofertadas apenas para as meninas até a abertura do ginásio. Quanto ao quadro de professores, pode-se identificar que, durante o primeiro recorte pesquisado, a escola possuía apenas professoras em seu quadro docente e, somente no ano de 1972, segundo registros localizados, o corpo docente passa a ser misto.

Quanto ao perfil social dos alunos, este se mantém igual nos dois levantamentos realizados, foi possível identificar que os alunos que frequentavam a Escola São José eram oriundos de famílias da classe de trabalhadores. A organização didática da escola foi analisada por meio de duas grades curriculares, a do ano letivo de 1962 e a de 1974. O perfil confessional

da instituição pode ser identificado na organização didática, com a análise do Regimento Escolar de 1974 e do Plano Anual de 1975.

Evidencia-se no texto a seguir que as atividades da Escola São José, nos dezoito anos estudados, ocorreram de forma contínua. A pesquisa contempla, portanto, suas características e mudanças dentro do período estudado.

## **I. O MAPEAMENTO DAS FONTES DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ E A PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SALESIANAS DE CAMPO GRANDE**

O presente capítulo está subdividido em dois tópicos: o primeiro tem como finalidade apresentar como foi realizada a busca, a localização e a organização das fontes que são utilizadas no trabalho e relacioná-las por meio da apresentação do seu mapeamento; o segundo tópico contempla o levantamento realizado no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), buscando trabalhos desenvolvidos em instituições do estado de Mato Grosso do Sul que ofertam os programas de Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado, recorrendo às palavras-chave: “escolas públicas em Campo Grande e escolas salesianas em Campo Grande”. A referida pesquisa retornou 21 trabalhos que, embora tenham sido localizados, em alguns casos, não foi possível ter acesso ao texto. Diante disso, foi necessária uma outra etapa da pesquisa, sendo esta realizada nos repositórios on-line e de bibliotecas físicas das instituições pesquisadas e, após a localização dos textos, alguns não foram utilizados na presente pesquisa devido ao fato de não contemplarem o contexto histórico da instituição.

### **1.1 Mapeamento das fontes localizadas para o desenvolvimento da história da Escola São José**

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a história da Escola São José sediada na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul (MS), tendo como recorte cronológico o início de 1957, ano da sua fundação, até 1975, um ano após a instituição se tornar estadual.

Nosella e Buffa (2009, p. 56) afirmam que “um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto”.

A Escola São José é uma instituição que nunca tinha sido pesquisada anteriormente, a presente pesquisa, tendo em vista essa condição de objeto de pesquisa inédito, buscou para o seu desenvolvimento inicial o levantamento das instituições que fizeram parte da sua fundação, considerando o que Saviani (2007, p. 5) pontua:

Mas, se as instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI,2007, p. 5)

Após a leitura do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, foi possível identificar duas instituições que fizeram parte da fundação da Escola São José, sendo elas a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e o Instituto Missionário São José (IMSJ), instituições vinculadas à Congregação dos Salesianos na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Em seguida, ambas as instituições foram contatadas, com a intencionalidade de se obter informações e posterior autorização para que a pesquisa fosse realizada.

A primeira instituição a ser pesquisada foi a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, por meio de visitas realizadas em sua Inspeção, com sede na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul. Para que a pesquisa ocorresse, foi necessário entrar em contato com a diretora da Inspeção, para apresentar o projeto da presente pesquisa com a intencionalidade de obter a sua autorização e a disponibilização do acesso aos arquivos. Com a efetiva autorização, as visitas à Inspeção foram iniciadas, o que permitiu a localização de três tipos de documentos em seu acervo: os documentos da fundação e constituição do IMSJ, as Crônicas do IMSJ escritas pelas filhas de Maria Auxiliadora e as Estatísticas Pastorais do IMSJ.

Quanto aos documentos da fundação e da regulamentação do IMSJ, o principal documento localizado foi uma cópia do ato de criação do instituto, no qual se lê:

Art.1º Fundação: O INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ, fundado na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso a 8 de janeiro de 1946, é uma Sociedade de caráter cultural, instrutivo e de assistência social, que visa amparar a juventude e a infância pobre, mediante sua educação integral. Art.2º FINALIDADES: Dentro de suas possibilidades e na medida que as circunstâncias o permitirem, o Instituto Missionário São José, poderá desenvolver qualquer obra de educação, ensino e assistência social que venha, direta ou indiretamente, beneficiar a juventude, sobretudo a mais desprotegida e abandonada. Sua finalidade portanto é: a) Formação de Professores e Educadoras, para Escolas Domesticas, Artes femininas, ensino primário. Formação de Enfermeiras e Assistentes Social, para exercerem suas atividades em orfanatos, educandários, hospitais, ambulatórios, Colônias de Missão entre os índios Bororos e Xavantes, dirigidas pelas religiosas Filhas de Maria Auxiliadora ou Salesianos de São João Bosco, no Estado de Mato Grosso. b) Educação e instrução primária totalmente gratuita de crianças pobres do Bairro da Vila Rosa na cidade de Campo Grande. Art. 3º PATRIMÔNIO: E constituído pelos imóveis situados á Rua Campo de Marte em Campo Grande: poderá ser aumentado

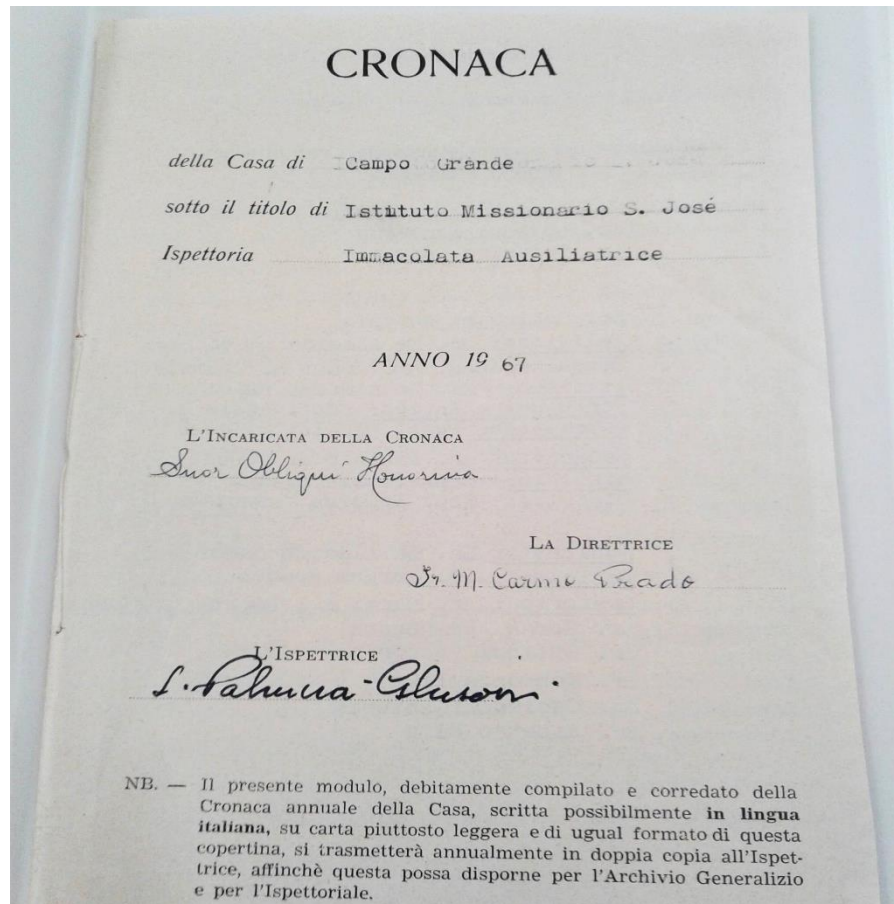
por todos os títulos de aquisição e posse, da forma da legislação civil, como ainda da legislação Eclesiástica, cujos cânones o Instituto Missionário São José declara querer sempre respeitar em qualquer matéria. Não produzindo renda o patrimônio e nem podendo valer-se de contribuição algumas das alunas matriculadas pois que nenhuma taxa deverá gravar sobre as famílias das mesmas, o Instituto Missionário São José, manterá suas atividades mediante a Cooperação da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, representada pela Inspeção do Estado de Mato Grosso, as suas subvenções dos poderes públicos e o auxílio de pessoas benfeitoras (INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ, 1946).

Outros documentos que contribuem para o registro da história do IMSJ também foram localizados, como a cópia do Diário Oficial de 22 de maio de 1974, em que ocorre a atualização do Estatuto do Instituto Missionário São José e registros de diversos dados das atividades da instituição.

Outra fonte localizada, por meio das buscas desenvolvidas na Inspeção, foram as crônicas, que são um registro diário produzido pelos salesianos, com a função de manter registrados marcos importantes da rotina da instituição. Na Inspeção foram localizadas as Crônicas do Instituto Missionário São José, com data inicial no ano de 1967, estendendo-se até o ano de 2006, porém, a presente pesquisa se apropriou, mediante a leitura das informações, do período que compreende até o ano de 1975, quando se encerra o recorte temporal proposto no presente trabalho. Com a leitura das crônicas, foi possível identificar atividades da escola em seus registros como a do dia 1º de março de 1967, em que se lê: “Iniciaram as aulas dos alunos da nossa escola elementar, são 300 aceitos. São todos professores do governo e Ir<sup>a</sup> Carmem Lucia é a encarregada da escola junto com as alunas e 2 mulheres cuidam da limpeza” (Instituto Missionário São José – Crônica, 1967).

As crônicas localizadas no acervo da Inspeção são escritas a mão e em italiano do ano de 1967 ao ano de 1974 (como se vê na Figura 1 abaixo), no ano de 1971 passam a ser datilografadas, e somente no ano de 1975 elas passam a ser escritas em português.

**Figura 1:** Capa da Crônica (1967)



**Fonte:** IMSJ – Imagem feita pela autora.

Após a catalogação e o registro das fontes localizadas na Inspetoria, a próxima etapa da pesquisa passou a ser desenvolvida no prédio do Instituto Missionário São José. A Escola São José se localiza dentro do prédio do IMSJ e foi possível perceber, mediante o desenvolvimento das buscas no local, que todos os documentos de registro e regulamentação do IMSJ estavam arquivados na Inspetoria, ficando no prédio do Instituto apenas os documentos referentes à escola.

Para o início da pesquisa na Escola São José, foi necessária a solicitação do pedido de autorização, a qual foi encaminhada para o órgão responsável pela escola que é a Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso do Sul. Com a autorização concedida, a pesquisa foi iniciada na escola, sendo esta desenvolvida em dois espaços: o Acervo da Secretaria e o Acervo Antigo.

O primeiro local em que se realizou as buscas pelas fontes dentro do espaço da escola foi o Acervo da Secretaria, onde foi possível identificar uma diversidade de documentos, tais

como: os documentos direcionados ou recebidos de órgão públicos, os planos e os calendários escolares, as grades curriculares, os currículos de diversos anos, as estatísticas elaboradas pela coordenação e direção da escola (conforme disposto no Quadro 1 abaixo). Vale destacar que, dentro deste levantamento, se manteve a lógica de busca adotada pela presente pesquisa, selecionando somente os documentos que fazem parte do recorte cronológico estabelecido com o início no ano de 1957 e que se estende até o ano de 1975.

**Quadro 1:** Referencial Documental – Sala da Secretaria

<b>REFERENCIAL DOCUMENTAL ESCOLA SÃO JOSÉ ACERVO DA SECRETARIA</b>	
ANO	TIPO DE DOCUMENTO
1974	Cópia do diário oficial de 22 de maio de 1974 – Criação do Estatuto do Instituto Missionário São José
1974	Ofício de 03/04/1974 – Requer o Decreto de criação da Escola Estadual São José
1974	Ata de eleição da diretoria do IMSF – 24/01/1974
1974	Requerimento de criação da Escola de 1º grau 03/04/1974
1974	Termo de convênio entre a Escola e o Estado do MT – 11/02/74
1974	Autorização de Funcionamento da Escola 14/08/1974
1974	Decreto de publicação de alteração da denominação da escola
1974	Planta da estrutura da escola no ano de 1974
1974	Solicitação da construção da quadra de esporte 30/09/1974
1974	Solicitação de criação da Pré Escola no dia 03/04/1974
1974	Grades curriculares de 1974
1974	Regimento do Ginásio de 1º grau do ano de 1974
1972-1975	Plano Escolar – consta toda a organização da escola com calendário, corpo administrativo, docente e discente e nome dos livros adotados e em alguns anos dados estatísticos
1974-1975	Cronograma de atividades: calendário escolar com as comemorações, treinamento dos professores e orientações gerais da escola
1975	Relatório das atividades gerais da escola

**Fonte:** Arquivo da Secretaria – Quadro organizada pela autora.

O quadro representado acima contempla as fontes localizadas no Arquivo da Secretaria da escola no período cronológico proposto. A partir disso, podemos destacar um fato interessante quanto ao ano em que o arquivo se inicia, visto que nas buscas desenvolvidas foi possível perceber que a data inicial dos documentos é o ano de 1974, ano em que a escola passa a ser estadual.

Os documentos localizados contemplam inicialmente a regulamentação da escola, como o seu Decreto de Criação datado do ano de 1974. A leitura desses documentos permitiu

compreender o processo de regulamentação e ampliação da escola por meio de requerimentos e solicitações encaminhadas ao Estado de Mato Grosso, como demonstra a solicitação da construção da quadra de esporte com a data de registro de 30 de setembro de 1974.

A organização didática da escola também pode ser compreendida por meio da leitura das grades curriculares e do regimento da escola. Vale salientar que as fontes localizadas no Acervo da Secretaria se encontravam bem organizadas e de fácil acesso, separadas em pastas identificadas por assunto e armazenadas em armários de aço, diferentemente de outras instituições:

O estudo das instituições escolares por meio da documentação que registra sua história nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consulta. Na maior parte das vezes, a coleta, seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho (MIGUEL, 2007, p. 31).

O recorte cronológico estabelecido por esta pesquisa tem o seu início no ano de 1957, no entanto, as fontes localizadas no Acervo da Secretaria se iniciaram no ano de 1974, não contemplando os anos iniciais de fundação da escola. Diante disso, fez-se necessária uma busca em outros espaços da escola na tentativa de localizar fontes que contemplassem seus anos iniciais.

Com essas novas buscas, foi localizado um espaço que fica embaixo da escada da escola que funciona como um depósito, o local foi denominado pela presente pesquisa como “Acervo Antigo”, pois contém prateleiras com inúmeros papéis e caixas, contendo documentos antigos sem uma organização definida. Destaca-se que este espaço demonstrou uma realidade muito diferente da encontrada no Acervo da Secretaria, contudo, muito comum quando se desenvolve um levantamento de dados no campo da história das instituições escolares.

De qualquer forma, um arquivo ou a descoberta de novos registros que contenham informações sobre determinada instituição trazem sempre a expectativa da descoberta, a possibilidade de novos caminhos e pode até imprimir novos direcionamentos ao trabalho, apontando para novas interpretações. Para alguns autores, o arquivo é um nicho que contém não apenas registros e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real (MIGUEL, 2007, p. 31).

Para o desenvolvimento da pesquisa no Acervo Antigo, fez-se necessária, inicialmente, a organização do espaço físico, onde os documentos se encontravam depositados. Após a organização do espaço, as fontes foram localizadas e separadas em atenção ao período cronológico proposto e somente assim foi possível identificar as potenciais fontes que pudessem conter informações para ser utilizadas na pesquisa.

As figuras abaixo demonstram como o Acervo Antigo estava antes e como ficou após a organização. Ressalta-se que esta primeira organização realizada foi em caráter provisório, tendo em vista que o projeto de intervenção da presente pesquisa será organizar o Acervo Antigo em definitivo para a entrega à direção da escola com os documentos organizados e devidamente catalogados.

**Figura 2:** Acervo Antigo Escola Estadual São José (inicial)



**Fonte:** Imagem feita pela autora.

**Figura 3:** Acervo Antigo Escola Estadual São José (em fase de organização)



**Fonte:** Imagem feita pela autora.

Após o processo de organização e identificação das fontes localizadas no Acervo Antigo, diversos cadernos de registros da escola foram encontrados, como os Cadernos de Registro de Matrículas dos anos de 1957 a 1975, os Cadernos de Frequência Diária com início no ano letivo de 1957 se estendendo até 1968, os Livros Pontos dos Professores entre os anos de 1972 a 1975, os Livros Pontos Administrativos, datados com os anos de 1974 e 1975, e os Cadernos de Atas de Resultados Finais com a data inicial de abertura no ano de 1957 até o ano de 1975.

Esta pesquisa define as fontes localizadas no Acervo Antigo como as principais fontes para a construção da fase inicial da história da escola, sendo, entre elas, duas de maior importância, a primeira é o caderno intitulado como “Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar”; e a segunda os onze “Cadernos de Registros Escolar de Frequência Diária”.

O caderno intitulado “Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar” tem sua data de abertura no dia 18 de fevereiro de 1957, assina como diretora responsável pela instituição a Irmã Elvira Pedrelli, a primeira diretora da escola. O caderno contém o registro das primeiras matrículas realizadas na escola, registra informações

com os nomes dos alunos, idade, classe, nome e profissão do responsável, com a data inicial de registro em fevereiro de 1957 e final no ano de 1963.

**Figura 4:** Capa do Caderno de Registro Escolar, Matrículas, Professores e Aparelhamento Escolar (1957)



**Fonte:** Imagem feita pela autora no Acervo Antigo.

**Figura 5:** Termo de Abertura do Caderno de Registro Escolar, Matrículas, Professores e Aparelhamento Escolar (1957)

TÉRMO DE ABERTURA

CONTÉM o presente livro 125 fôlhas, devidamente numeradas, e servirá para o registro da matrícula, dos professores e do aparelhamento escolar, do curso: Primário  
da Escola: Instituto Missionário "S. José"  
sita à rua Campo de Ugaré n.º \_\_\_\_\_  
na cidade (vila ou localidade de) Vila Bora  
no distrito de Campo Grande  
do município de Campo Grande

Data: 218 de fevereiro de 1957  
Irma Elvira Pedrelli  
(assinatura do Diretor ou responsável pela Escola)

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR:  
Data: 1 de setembro de 1958  
assinatura: [Assinatura]  
cargo: Supervisor Regional

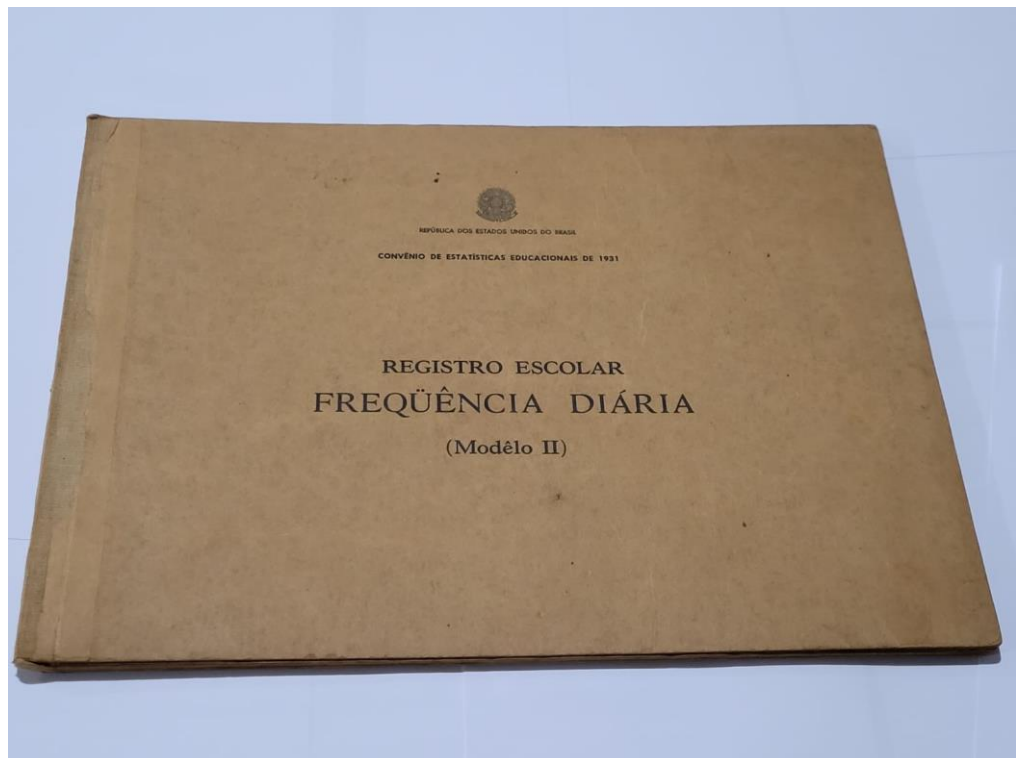
AVISO IMPORTANTE

Este livro faz parte do arquivo da Escola mencionada no presente termo de abertura. O Diretor ou responsável pela Escola, quando afastado do cargo ou transferido, não deverá, portanto, levá-lo em seu poder.

**Fonte:** Imagem feita pela autora no Acervo Antigo.

A segunda fonte mais importante localizada no Acervo Antigo foram os cadernos intitulados como “Cadernos de Registro de Frequência Diária”, sendo onze no total, distribuídos em quatro cadernos, com início de registro no ano de 1957, dois com registros iniciais no ano de 1960 e cinco se iniciam no ano de 1961. Estes cadernos possuem a estrutura de um diário de classe em que são registrados os dias letivos, os nomes dos alunos, a chamada e as datas comemorativas.

**Figura 6:** Capa do Caderno de Registro de Frequência Diária



**Fonte:** Imagem feita pela autora no Acervo Antigo.

As fontes localizadas no Acervo Antigo são os únicos registros que contêm informações em referência aos primeiros anos de funcionamento da escola, tornando-os assim de extrema relevância dentro do desenvolvimento da presente pesquisa. Compreendendo a importância destas fontes, ressalta-se que as figuras apresentadas no decorrer da pesquisa relacionadas aos documentos localizados em ambos os Acervos serão utilizadas como fontes de informação e não como ilustrações.

Foi dito no início deste tópico que o objeto de estudo da pesquisa é a Escola São José, a qual se constitui como um objeto de pesquisa inédito e que esta pesquisa tem como objetivo escrever sua história. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, compreender o cenário das produções acadêmicas que contemplam a história de uma escola na cidade de Campo Grande.

Com esta finalidade, a presente pesquisa realizou um mapeamento que contempla as produções acadêmicas nos programas de Pós-Graduação que desenvolveram pesquisas com a temática “a história de escolas públicas ou escolas salesianas sediadas na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul”, com a intencionalidade de conhecer o cenário destas produções, o resultado deste mapeamento será apresentado no tópico a seguir.

## **1.2. Mapeamento das pesquisas produzidas nos programas de Pós-Graduação do estado de Mato Grosso do Sul que contemplam a história das Escolas Públicas e das Escolas Salesianas sediada na cidade de Campo Grande/MS**

Este tópico apresenta o mapeamento realizado por meio do levantamento nos repositórios da CAPES e do BDTD, com a data de busca inicial em 03 de maio de 2022 a 20 de maio de 2022, sem recorte temporal de publicação definido, buscando localizar trabalhos produzidos pelos programas de Pós-Graduação das instituições de MS que desenvolveram estas duas temáticas: a primeira, o estudo de uma escola pública sediada na cidade de Campo Grande/MS; a segunda, o estudo de uma escola salesiana sediada na cidade de Campo Grande/MS. Foi utilizado como critério para este levantamento, além destes dois fatores, o fato de o trabalho ter abordado em seu desenvolvimento o contexto histórico da instituição pesquisada.

A busca nos repositórios mencionados retornou 18 trabalhos, sendo que destes nem todos os arquivos de texto estavam disponíveis para leitura. Diante disso, fez-se necessário realizar a busca pelos textos para que a leitura fosse realizada diretamente nos repositórios online e nas bibliotecas físicas das seguintes instituições: UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), instituições às quais, conforme a pesquisa inicial, os trabalhos pertenciam. Com a realização desta busca e após a localização dos trabalhos, foi possível realizar uma análise por meio da leitura.

Para Buffa (2007, p. 152), “partindo da constatação de que os estudos sobre instituições escolares representam, atualmente, um tema de pesquisa significativo entre os historiadores da educação”, os programas de Pós-Graduação, por meio das pesquisas desenvolvidas em instituições escolares, têm produzido um quantitativo significativo de trabalhos com excelente qualidade e importância que contribuem para o registro da história e da memória destas instituições. Estes trabalhos, de forma geral, têm como objetivo estudar as instituições, mapear sua história temporal e compreender a sua importância e influência local.

Quanto aos trabalhos localizados e lidos, das 18 pesquisas, 16 contemplavam o contexto histórico dentro da temática “escola pública sediada na cidade de Campo Grande/MS”, e 2 contemplavam a temática “escola salesiana sediada na cidade de Campo Grande/MS”.

A seguir, apresentar-se-á a relação dos trabalhos que contemplam as temáticas pesquisadas por meio de dois quadros: o primeiro com a relação dos trabalhos que desenvolveram o contexto histórico de uma escola pública na cidade de Campo Grande/MS; e o segundo de uma escola salesiana na cidade de Campo Grande/MS. O quadro abaixo contempla os 16 trabalhos que desenvolveram o contexto histórico de uma escola pública na cidade de Campo Grande/MS.

**Quadro 2:** Lista das Dissertações dos Programas de Pós-Graduação do MS – Tema Escolas Públicas

INSTITUIÇÃO	ANO	TÍTULO	AUTOR
UFMS	1996	JOAQUIM MURTINHO DA POLÍTICA A EDUCAÇÃO, UMA MESMA PERSPECTIVA	Costa, Jânio dos Santos
UFMS	2005	ESCOLA E CIDADE: OS SENTIDOS DOS ESPAÇOS NO MARIA CONSTANÇA, CAMPO GRANDE, MS (1954-2004)	Adimari, Maria Fernandes
UFMS	2006	O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU NA ESCOLA ESTADUAL MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO (1977-2002)	Cardoso, Maria Angélica
UFMS	2007	POR UMA HISTÓRIA DO CURRÍCULO NO/DO COLÉGIO MARIA CONSTANÇA NA DÉCADA DE 1960: CULTURA DOCENTE, PRÁTICAS E MATERIAIS CURRICULARES	Rocha, Adriana Alves de Lima
UFMS	2009	ESTUDOS SOBRE ESCOLA: TEMPOS E ESPAÇOS NA ESCOLA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO	Almeida, Crislei Aparecida Alves de
UCDB	2009	OS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE MATO GROSSO COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: O GRUPO ESCOLAR JOAQUIM MURTINHO, EM CAMPO GRANDE, SUL DO ESTADO (1910-1950)	Gonçalves, Arlene da Silva
UFMS	2011	COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE-MS: TECENDO OS FIOS DO HABITUS PROFESSORAL	Silva, Miriam Ferreira de Abreu da
UCDB	2011	OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE	Silva, Soraya Moura Nonato da
UCDB	2012	FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM MURTINHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (1989-1996)	Souza, Elisete Luiza Massera de
UFMS	2014	FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO NO SUL DE MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1930 A 1973.	Simões, Caroline Hardoim
UEMS	2015	O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA ESTADUAL	Marques, Edilmar Galeano

		HÉRCULES MAYMONE, CAMPO GRANDE/MS	
UFMS	2016	RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS) – CAMPUS E CAMPO GRANDE/MS	Pereira, Ewângela Aparecida
UEMS	2017	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS) E OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS EM CAMPO GRANDE – 2011 A 2015	Brizueña, Tânia Mara Dias Gonçalves
UEMS	2019	E. M. SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA – TUMUNE KALIVONO – “CRIANÇA DO FUTURO”: CONSTITUIÇÃO, PROCESSO HISTÓRICO E COTIDIANO ESCOLAR (1999-2017)	Oliveira, Renata Leny Costa de
UFMS	2021	A ESCOLA BETINE EM MS: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NOS PRESÍDIOS	Silva, Eliana Doraci da
UEMS	2021	A EVASÃO NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS), CAMPUS CAMPO GRANDE: APROXIMAÇÕES DA META 11 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	Vianna, Ingrid Ferreira

**Fonte:** Brasil – CAPES/BDTD (2022) – Quadro organizada pela autora.

Pode-se compreender, por intermédio da leitura do quadro em questão, que o programa que mais produziu trabalho utilizando a temática desta pesquisa, isto é, que desenvolveram a história de uma escola pública sediada na cidade de Campo Grande/MS, foi o programa da UFMS com nove dissertações, seguido do programa da UEMS com quatro trabalhos, e da UCDB com três produções. Outro dado de relevância, identificado com a organização das produções, é que apenas sete escolas públicas foram pesquisadas na cidade de Campo Grande, sendo estas em sua maioria da Rede Estadual de Ensino, com dez trabalhos desenvolvidos em sua rede. Cinco trabalhos foram desenvolvidos em instituições federais, três abordando o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), e dois em referência ao Colégio Militar, e somente um contemplou a Rede Municipal de Ensino da cidade de Campo Grande.

No contexto dos trabalhos produzidos na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, a Escola Estadual Joaquim Murtinho e a Escola Estadual Maria Constância de Barros Machado foram as mais pesquisadas, sendo ambas contempladas com o desenvolvimento de quatro trabalhos. Outras duas escolas da Rede Estadual do estado de Mato Grosso do Sul foram pesquisadas, a Escola Estadual Hércules Maymone, e a Escola Estadual Professora Regina Lúcia Anffe Nunes Betine que atua em atendimento a alunos privados de liberdade. A única escola municipal que foi objeto de pesquisa de um trabalho que desenvolveu a história de uma escola

pública foi a Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira, que atende ao público da aldeia urbana da cidade de Campo Grande.

Quanto à cronologia de defesa dos trabalhos, foi possível compreender um fator importante, após a organização dos trabalhos, foi identificado que o primeiro trabalho desenvolvido com a referida temática foi defendido no ano de 1996, pelo programa da UFMS, e o segundo somente após nove anos da primeira publicação, no ano de 2005, pelo mesmo programa. Pode-se observar que, após essa retomada no ano de 2005, ao menos um trabalho passou a ser defendido anualmente ou dentro de um intervalo de no máximo dois anos pelos programas com pesquisas que desenvolveram a história de uma escola pública da cidade de Campo Grande.

Outro ponto de percepção em relação à produção dos trabalhos, é quanto às modalidades das escolas pesquisadas, ao todo seis trabalhos contemplaram escolas que possuem uma modalidade educacional específica, sendo elas: Técnica Profissional, representada pela Escola Estadual Hércules Maymone; Indígena, representada pela Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira; Atendimento Prisional, representada pela Escola Estadual Professora Regina Lúcia Anffe Nunes Betine; e Militar, representada pelo Colégio Militar de Campo Grande.

O presente trabalho tem como início o recorte temporal no ano de 1957, nos trabalhos localizados com a temática das escolas públicas da cidade de Campo Grande apenas dois trabalhos contemplaram, em seu período cronológico, o desenvolvimento de um espaço temporal próximo ao que é desenvolvido na presente pesquisa.

No trabalho apresentado por Arlene da Silva Gonçalves do Programa de Pós-Graduação da UCDB, no ano de 2009, intitulado *Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*, a autora constrói a história do seu objeto de estudo retomando a trajetória histórica da cidade de Campo Grande, tendo como ponto de partida a sua fundação, enfatizando o seu próspero desenvolvimento. Contempla, em seu texto, que o povoado onde se desenvolveu a cidade foi iniciado no ano de 1875, porém “ressalta-se, no que se refere à educação, que Campo Grande foi elevada à condição de cidade, por meio da Lei Estadual n. 772, de 16 de julho de 1918, a iniciativa particular já se fazia presente no setor educacional” (GONÇALVES, 2009, p. 111). Mesmo que o recorte cronológico estabelecido por Gonçalves se atenha até o ano de 1950, a abordagem por ela apresentada em face da criação da primeira escola pública da cidade de Campo Grande contribui para o entendimento do cenário educacional da cidade no período cronológico estudado por ela.

Nesse ano foram matriculados no referido grupo 411 alunos, sendo 200 crianças do sexo masculino, e 211 pertencentes ao sexo feminino, com maior número de matrículas nas duas primeiras séries, o que já indica a importância do grupo para a educação das crianças (GONÇALVES, 2009, p. 117).

Quanto à didática, desenvolvida na escola estudada por Gonçalves, uma importante abordagem foi realizada pela autora. Gonçalves faz referência ao método de ensino aplicado na escola, o qual deveria ser o intuitivo, conforme previa a lei educacional da época, no entanto, “[...] no âmbito da organização do trabalho didático, isto é em relação ao ensino ministrado no Grupo Escolar Joaquim Murinho, os dados levantados nos documentos indicam que permaneceu durante o período pesquisado, o modelo de repetição e memorização” (Gonçalves, 2009, p. 124).

No que diz respeito ao número de alunos na escola pesquisada, há a seguinte descrição: “no mês de abril de 1931 havia um total de 374 alunos matriculados e no mês de agosto do mesmo ano esse número aumentou para 582” (Gonçalves, 2009, p. 125).

Já em relação às considerações elencadas no trabalho de Gonçalves e citadas no presente texto, contemplando a perspectiva de compreender o cenário educacional da cidade de Campo Grande, ressalta-se mais uma vez que o período cronológico apresentado pela pesquisa é anterior ao abordado no presente trabalho, porém, pode-se considerar as informações elencadas no trabalho de Gonçalves, com a perspectiva de compreender a constituição da escola pública na cidade de Campo Grande e a necessidade de sua implantação, tendo em vista que a segunda escola pública foi fundada na cidade na década de trinta e somente na década de cinquenta duas novas escolas foram instituídas reforçando o entendimento do déficit no atendimento nas escolas públicas na cidade de Campo Grande.

Seguindo com a perspectiva de compreender e constituir o cenário educacional, em vista do levantamento realizado, o segundo trabalho identificado, no recorte temporal da presente pesquisa, foi defendido por Maria Fernandes Adimari, no ano de 2005, pelo programa de Pós-Graduação da UFMS, com o título *Escola e cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande /MS (1954-2004)*. O trabalho de Adimari busca entender os sentidos dos espaços que marcaram os momentos históricos da primeira Escola Estadual Secundária do município de Campo Grande, e mesmo diante do objetivo da autora, o de apresentar o ensino secundário na cidade de Campo Grande, algumas explanações contempladas em seu texto apresentam o cenário educacional da cidade no espaço temporal da presente pesquisa. Segundo a autora, “Campo Grande é o palco e a cena dos processos das transformações que ocorreram a partir da década de 1950 em Mato Grosso. No âmbito da educação, foi muito fértil, posto que a

expansão escolar encontra condições materiais para se realizar” (Adimari, 2005, p. 59). Quanto ao desenvolvimento da cidade, ela explica que:

A partir da década de 1960, Campo Grande passa a conviver com uma significativa aceleração demográfica que, a cada década, acusava um aumento de cem por cento na área urbana diferentemente do correspondente de igual período da área rural, de acordo com o quadro demográfico anterior citado. Toda essa conjuntura urbana e algumas das necessidades básicas da sociedade contemporânea como morar, trabalhar e estudar fazem que com novos lugares fossem construídos na nova composição temporal e espacial da cidade (ADIMARI, 2005, p. 56).

Ambos os trabalhos vistos acima apresentam um cenário de crescimento para a cidade de Campo Grande, desenvolvimento que afeta diretamente a necessidade educacional da cidade. No início da década de cinquenta até o início dos anos sessenta, as autoras destacam a expansão da cidade como fator que impulsiona a necessidade da inauguração de inúmeras instituições, principalmente de escolas.

Dando continuidade à apresentação do levantamento desenvolvido pelo mapeamento das produções que tiveram como tema uma escola pública de Campo Grande, a segunda temática pesquisada foi quanto às produções acadêmicas que desenvolveram a história de alguma escola salesiana da cidade. O retorno se deu por meio de apenas dois trabalhos, o primeiro foi produzido no ano de 2010 no programa da UCDB, e o segundo no programa da UFMS no ano de 2014, coincidentemente ambos os trabalhos tiveram como objeto de estudo o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, escola particular da cidade de Campo Grande, fundada e dirigido pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora.

**Quadro 3:** Lista das Dissertações dos Programas de Pós-Graduação do MS – Tema Escolas Salesianas

INSTITUIÇÃO	ANO	TÍTULO	AUTOR
UCDB	2010	A ESCOLA NORMAL COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA CAMPO GRANDE (1930-1950)	Oliveira, Vera Lucia Gonçalves de
UFMS	2014	A ESCOLA NORMAL DE MOÇAS DAS ELITES: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ESCOLARES, CULTURAIS E SOCIAIS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA (1946- 1961)	Ortiz, Fernanda Roz

Fonte: Brasil – CAPES/BDTD (2022) – Quadro elaborado pela autora.

No ano de 2010, Vera Lucia Gonçalves de Oliveira, pelo Programa de Pós-Graduação da UCDB, apresentou o trabalho intitulado: *A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950)*. Oliveira tem

como objetivo em seu trabalho investigar o processo de implantação da Escola Normal no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, delimitando seu período cronológico entre 1930 e 1950.

Um primeiro aspecto a destacar, refere-se ao currículo da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que por meio de suas disciplinas, de seus conteúdos, possibilitava um maior alcance dos objetivos educacionais as moças do Colégio que, conforme prescrição no Regulamento Interno da Instituição tratava de transmitir educação moral e religiosa às mesmas (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Em seu trabalho, Oliveira faz uma descrição detalhada do perfil das alunas matriculadas e da organização do trabalho didático empregado na escola, tendo como base para esta análise documental os registros de atas e documentos internos do Colégio. Acerca disso, a autora destaca que pode ser percebida uma grande preocupação por parte das freiras em relação à organização curricular e com o cumprimento dos conteúdos das disciplinas pelo corpo docente. A autora também enfatiza o caráter religioso na educação desenvolvida na escola:

De acordo com registros do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ao matricularem suas filhas, as famílias tinham ciência da formação educacional à qual as alunas estariam submetidas. Nesse sentido, o trabalho pedagógico foi estruturado com base nos conteúdos ministrados no ensino Normal, de modo que a formação das alunas, esperada pelas famílias, transmitisse a fé católica e os valores da sala de aula para seus lares (OLIVEIRA, 2010, p. 63).

O segundo trabalho localizado foi produzido por Fernanda Ortiz, no ano de 2014, pelo programa da UFMS, cujo título é: *A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)*. O trabalho de Ortiz, assim como o de Oliveira, tem como foco de estudo e análise o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em referência ao Curso Normal. Além desta perspectiva, Ortiz apresentou um contexto histórico da cidade de Campo Grande em que descreve: “além da atração de imigrantes, a possibilidade de desenvolvimento em todos os setores significou o abrigo de escolas públicas e privadas, o que transformou Campo Grande num dos pólos educacionais regionais” (Ortiz, 2014, p. 87).

Do mesmo modo que Oliveira, Ortiz desenvolveu sua pesquisa por meio de documentos da instituição a partir dos quais foi possível fazer um diálogo da história da instituição com o período proposto neste estudo. O que difere o trabalho defendido por Oliveira, no ano de 2010, do trabalho defendido por Ortiz, no ano de 2014, é o campo de abordagem. Ambas as autoras trataram aparentemente do mesmo tema, que é o Curso Normal, no entanto, a primeira autora contempla o aspecto estrutural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, e a segunda aborda o aspecto social e o perfil socioeconômico das alunas que frequentavam o curso.

Nos arquivos consultados da escola, foram percebidas algumas normalistas pertencentes a famílias tradicionais fixadas em Campo Grande, seja por estarem ligadas à pecuária e à agricultura, atividades econômicas significativas para a região, seja pela política ou comércio. Muitas dessas famílias possuem notoriedade até os dias atuais, expressa na representação de campo-grandenses (ORTIZ, 2014, p. 93).

Baseando-se nos dados apresentados pelo levantamento desenvolvido, constata-se que o número de produções que contemplaram a constituição histórica das escolas da cidade de Campo Grande que se enquadram no perfil de pública ou salesiana somam um total de dezoito trabalhos, todos são dissertações. É possível compreender, por meio deste mapeamento, que as produções acadêmicas que têm como tema uma escola pública ou salesiana na cidade de Campo Grande compreendem um pequeno número de trabalhos se considerarmos o quantitativo de dissertações e teses entregues anualmente nos Programas de Pós-Graduação do estado de Mato Grosso do Sul, segundo Sanfelice (2005, p. 79) “não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica”.

Em relação à aproximação das temáticas desenvolvidas nos trabalhos localizados no mapeamento com o objeto de estudo da presente pesquisa, que é a Escola São José com o recorte cronológico estabelecido entre os anos de 1957 a 1975, do total dos dezoitos trabalhos relacionados, apenas quatro contemplam efetivamente alguma temática relacionada à presente pesquisa, sendo dois trabalhos com o tema “escola pública” que estão próximos ao recorte cronológico trabalhado na presente pesquisa, a saber: *Escola e cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande, MS (1954-2004)*, de Maria Fernandes Adimari, do ano de 2005, e *Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do estado (1910-1950)*, de Arlene da Silva Gonçalves, do ano de 2009, e outros dois trabalhos, por terem escolas salesianas como objeto pesquisado, sendo eles: *A Escola Normal Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Campo Grande 1930-1950*, de Vera Lucia Gonçalves de Oliveira, de 2010, e *A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)*, de Fernanda Roz Ortiz, de 2014. Estes quatro trabalhos localizados no mapeamento se relacionam com as características do objeto de estudo da presente pesquisa, uma escola pública fundada pela Congregação Salesiana, por meio da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, com o recorte cronológico estabelecido entre os anos de 1957 a 1975.

O presente capítulo foi desenvolvido em dois tópicos: o primeiro contemplou o mapeamento das fontes localizadas para a produção da presente pesquisa que tem como objetivo construir a história da Escola São José, e o segundo apresentou o mapeamento das

produções acadêmicas dos cursos de Pós-Graduação do estado de Mato Grosso do Sul que tiveram como objeto de estudo escolas públicas ou escolas salesianas sediadas na cidade de Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul, sem o recorte temporal de publicação definido. Para dar continuidade à presente pesquisa, o capítulo a seguir apresenta o contexto histórico das instituições que fizeram parte da fundação da Escola São José, com a finalidade de conhecer a história desta instituição.

## II. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES QUE FIZERAM PARTE DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ

O capítulo que se inicia tem a intencionalidade de apresentar um breve contexto histórico das instituições que fizeram parte da fundação da Escola Estadual São José. Para isso, foi dividido em cinco tópicos. No primeiro tópico do capítulo, a pesquisa apresenta a relação da Igreja Católica com a educação e a breve história da Congregação Salesiana, contemplando sua fundação e sua chegada ao Brasil. O segundo tópico aborda a chegada da Congregação Salesiana ao estado de Mato Grosso. O terceiro tópico narra a história da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. O quarto tópico aborda o início dos colégios Salesianos no Sul de Mato Grosso. Por fim, o quinto contempla o contexto histórico do Instituto Missionário São José, construído por meio da leitura dos documentos localizados no acervo da Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande. Vale destacar que todas as instituições contempladas neste capítulo fazem parte da fundação do objeto de estudo da presente pesquisa, que é a Escola São José.

### 2.1 A educação e a Igreja Católica no Brasil: Salesianos

A história estabelece desde o princípio uma relação entre a igreja e a educação, suas trajetórias se interceptam em diversos períodos de diferentes formas e grau de importância. Registros da Idade Média descrevem a influência da Igreja Católica por meio dos mosteiros como formadores de aprendizagem e saberes na sociedade. Nesse período as escolas instruíam as pessoas para que conhecessem o latim, a lógica e a astronomia.

O fato de essas escolas funcionarem dentro das catedrais e dos mosteiros permitia que a Igreja tivesse total conhecimento e controle de tudo que era passado para as pessoas que as frequentavam, uma forma de ter textos eclesiais usados durante as aulas e ainda uma forma de doutrinar as pessoas (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MATEDI, 2013, p. 46).

No Brasil, a necessidade de uma ordem educadora surgiu a partir de 1530 quando as capitânicas hereditárias foram implantadas por Martin Afonso de Souza e deram início ao processo de povoação da colônia brasileira, com o intuito de assegurar o domínio português. Esta relação teve início ainda nos primeiros anos da colonização, com os padres jesuítas, em 1549, que, por meio de expedições, desembarcam em terras brasileiras com o apoio e o financiamento da Coroa Portuguesa. Neste período, a educação era de responsabilidade da Coroa e a necessidade dela foi suprida com a chegada dos padres, com a missão de catequizar

os indígenas na doutrina cristã e preparar os filhos da elite para as Universidades Europeias. A Igreja Católica, durante o período colonial, estabeleceu um forte vínculo com a Coroa, sendo assim reconhecida como a religião oficial da colônia.

No Brasil, o catolicismo permaneceu como religião oficial após a proclamação da independência, em 1822. No entanto, o Imperador, tanto no Primeiro Império quanto no Segundo, manteve pelo padroado, o domínio das ações da Igreja no Brasil. Na realidade, a união entre a Igreja e a Monarquia brasileira fez com que a Igreja tivesse o seu centro não em Roma, mas no Rio de Janeiro (MESQUIDA; BERTOLIN; DANTAS, 2015, p. 38872).

Por mais de 200 anos, a Igreja Católica, representada pela ordem dos jesuítas, contribuiu para a formação da cultura, da educação e da sociedade brasileira, estabelecendo uma marca profunda na identidade educacional do país que jamais poderá ser ignorada mesmo hoje depois de inúmeras reformas educacionais sofridas ao longo dos anos.

Após o rompimento da Coroa com a Companhia de Jesus em 1759, que resultou na expulsão dos jesuítas do Brasil, de acordo com Moura (2000, p. 76), “eram poucas as dioceses e pouquíssimas existentes, e cada vez mais restritas a liberdade de aceitação da instalação no Brasil de ordens e congregações religiosas”. Cabe destacar que, apesar disso, outras ordens da igreja, como a franciscana e a carmelita, não foram impedidas diretamente de desempenhar a obra no âmbito da educação, mesmo que fosse desenvolvida por meio de uma estrutura precária.

A Congregação Salesiana foi fundada no ano de 1859 por Dom Bosco. Esta ordem possui uma proposta de educação e de evangelização centrada nos jovens e teve o seu primeiro contato com o Brasil em fins de 1875 quando “os primeiros missionários salesianos destinados à América Latina aportam no Rio de Janeiro” (Azzi, 1983, p. 33), porém se estabeleceram no país apenas no ano de 1883 quando retornam em definitivo ao Brasil.

A Congregação Salesiana se estabelece no Brasil como uma nova opção para suprir a carência educacional que se instalava na época. Direcionando a sua atuação aos jovens e dando acolhimento e preparo, os salesianos aplicavam o sistema preventivo adotado por Dom Bosco como método educacional.

O primeiro registro dos salesianos na América do Sul é datado do ano de 1875. Dom Bosco, o patrono dos salesianos, tinha como sonho enviar uma missão para a Argentina, contudo, na referida missão de estreia na América, os salesianos apenas realizaram uma breve visita ao Rio de Janeiro, estabelecendo, assim, um primeiro e importante contato.

A partir desse primeiro encontro, o bispo do Rio de Janeiro, que ainda não conhecia os salesianos, começou a vislumbrar na obra salesiana, fundada em Turim em 1841,

um instrumento valioso para incrementar em sua diocese o movimento de reforma católica, mediante a educação da juventude pobre desamparada (AZZI, 1983, p. 17).

O então bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, a partir do primeiro contato, foi tomado por um imenso interesse em relação aos salesianos. Em viagem a Turim, no ano de 1877, visitou pessoalmente Dom Bosco e solicitou a vinda dos Salesianos ao Brasil, pedido esse que só foi atendido após seis anos com o envio de uma segunda carta, em 1881, pelo bispo do Pará à época, D. Antônio de Macedo Costa.

Na realidade, porém, o estabelecimento dos salesianos em nossa pátria não esteve vinculado apenas à iniciativa dos bispos brasileiros e às decisões dos superiores de Turim. Dois outros pólos de poder político tiveram um peso importante durante a tramitação desses entendimentos: a Cúria Romana e a Corte imperial. Desse modo, nos trâmites efetuados para o início da atividade salesiana houve não apenas dois interlocutores, mas quatro: os superiores de Turim, os bispos brasileiros, o governo imperial e a Santa Sé (AZZI, 1983, p. 33).

Sete sacerdotes salesianos coordenados pelo Pe. Luiz Lasagna aportaram na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1883, e se estabeleceram na cidade de Niterói, onde fundaram o primeiro colégio salesiano do Brasil, o Colégio Santa Rosa. Os salesianos encontraram em Niterói uma cidade de aproximadamente 20.000 habitantes. A população não tinha escola, nem capela, proporcionando um cenário ideal para a implantação da missão. A chegada da missão conciliou transformações que ocorriam no cenário da educação no Brasil, que nesse mesmo ano estabelecia um novo regimento interno adotando inúmeras ações para a reorganização das escolas no Império.

Segundo Azzi (1983, p. 88), “o primeiro ano dos salesianos no Brasil foi muito atribulado”, ocorreu uma campanha contra o Colégio Santa Rosa que tinha sido fundado recentemente, porém, logo em seguida, o trabalho desenvolvido pelos salesianos foi ganhando a confiança da população e transformando as obras em um ambiente mais agradável, passando a se consolidar e, com o cenário favorável, o Pe. Lasagna considerou uma nova expansão da obra no Brasil.

Alguns fatores influenciaram a nova direção tomada para essa expansão, como o grande número de imigrantes italianos que era o principal motivo da obra expandir para o Sudeste, mais precisamente para a cidade de São Paulo. Era de se considerar que essa expansão fosse direcionada para o Norte inicialmente, entretanto, o atendimento aos italianos sempre foi uma das metas propostas por Dom Bosco. Outro fator que contribuiu para esta direção foi a proximidade do Sudeste ser maior que o Mato Grosso do que o Norte, assim a Missão Salesiana daria mais um passo em direção à evangelização dos indígenas.

A tão aguardada chegada dos Salesianos no Brasil foi compensada com a rápida implantação do seu segundo colégio no ano de 1885, o Colégio Liceu Coração de Jesus na cidade de São Paulo surgiu como anexo a uma capela em construção que tinha o mesmo nome, com a proposta de ensinar a arte e o ofício para meninos pobres da região.

Inúmeros roteiros para a expansão da obra Salesiana foram traçados e coordenados pelo então inspetor da missão no Uruguai e no Brasil, Pe. Luiz Lasagna, o qual é considerado o fundador da obra salesiana no Brasil. A missão tinha como foco a educação de jovens, principalmente de imigrantes italianos. Com este cenário de expansão, a Congregação Salesiana se consolida no Brasil com a aprovação do Imperador D. Pedro II e, posteriormente, com a da sua filha, a Princesa Isabel.

Uma característica importante da obra salesiana no Brasil é o seu aspecto moderno, pois suas escolas de arte e ofício proporcionavam uma melhor inserção no mundo do trabalho ao jovem. Azzi (1983, p. 73) os descreve como “peritos em todos os ramos da atividade humana, os salesianos têm sido, por toda parte, um verdadeiro sucesso”.

O sucesso da instalação à qual Azzi (1983) se refere é fruto da postura que os salesianos adotavam em seus colégios, uma postura preventiva que vinha na contramão dos métodos aplicados anteriormente por outras ordens religiosas instaladas no país, apresentando uma postura bastante inovadora quando se tratava de educação. O desenvolvimento social e a ausência de castigo físico eram práticas que fundamentavam o sistema educativo, a liberdade e a responsabilidade eram trabalhadas e, nesse sentido, era dado e ensinado a todos os princípios de liberdade e confiança.

As obras salesianas foram crescendo no Brasil por meio de seus oratórios, colégios e a busca pela evangelização dos indígenas, e foi em vista da meta estabelecida por Dom Bosco que os salesianos rumaram em direção ao estado de Mato Grosso, como apresentado no tópico a seguir.

## **2.2 A chegada dos Salesianos em Mato Grosso**

Se para os salesianos chegarem ao Brasil o processo foi demorado (por meio de pedidos feitos por cartas), a vinda da Congregação Salesiana para o Mato Grosso seguiu o mesmo caminho.

Quando em 1929, o grande Papa de Dom Bosco, Pio XI, recebeu em audiência Dom Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá em Mato Grosso, salesiano, presente em Roma para a beatificação de Dom Bosco, disse - lê o Papa: “ julgava que

Mato Grosso fosse uma invenção dos Salesianos... e Vossa Excelência é de lá (CORAZZA, 1995, p.15).

Após a chegada da Congregação no Rio de Janeiro, no ano de 1883, fez-se necessário mais 9 anos para a chegada dos primeiros salesianos em terras mato-grossenses. O então bispo do Uruguai e do Brasil, D. Lasagna, sagrado “Bispo dos Índios do Brasil”, em 1893, entendia Cuiabá como ponto estratégico para uma ação eficaz juntamente aos indígenas e ao Uruguai.

A crônica da Inspetoria Uruguai-Brasil, cuja cópia nos foi gentilmente cedida pelo secretário, P. Luís Schmidt, refere: “Maio 8, aparição de S. Miguel e quarto dia da novena de Pentecostes. Talvez este dia será um dos mais memoráveis na Congregação salesiana, porque se pode dizer que hoje se dá início a grande empresa do Paraguai e Mato Grosso, partindo de Montevidéu, como iniciador de tal empresa, Dom Lasagna (CORAZZA, 1995, p. 27).

Por tradição, Dom Bosco sempre escolhia datas consagradas a Nossa Senhora para grandes “empresas” e, seguindo este mesmo exemplo e com o propósito de encontrar os indígenas, o “Bispo dos Índios do Brasil” escolheu o dia 08 de maio de 1894 para o início da expedição que tinha como destino o Paraguai e subsequentemente o Mato Grosso. Após alguns ajustes no dia 29 de maio do mesmo ano, o Bispo Lasagna, acompanhado pelo Pe. Balzola e mais cinco padres, se despediram e partiram tendo como destino a cidade de Cuiabá, com a missão de abrir um colégio e iniciar os trabalhos com os indígenas.

Aportando em Assunção no dia 03 de junho, os missionários permaneceram na cidade por alguns dias e seguiram no dia 06 de junho a viagem a caminho de Corumbá que, como menciona Corazza (1995, p. 28), “depois de Cuiabá é a cidade mais importante”. No dia 11 de junho retomam a viagem para o destino final da missão, Cuiabá.

E eis, ao meio dia, de 18 de junho, quando o sol está a pino, o canhão de bronze do Arsenal de Guerra dá o aviso da chegada. O paquete lança âncoras no pequeno porto de Cuiabá e “ao som dos sinos e da banda do exército, enquanto o ar se enche do pipocar dos foguetes escreve Dom Lasagna, somos festejados e abraçados pelo bondoso bispo Dom Carlos, pelo ótimo Presidente, pelas autoridades e por todo um povo que se apinha ao nosso redor”. Numerosas crianças, metidas entre a multidão, esquadrinham, meio apavoradas, os recém-chegados (CORAZZA, 1995, p. 29).

O cenário da cidade de Cuiabá encontrado pelos salesianos recém-afortados era o de uma cidade formada “com uns quinze mil habitantes. As casas, quase todas térreas, sem muita arte, eram com pátio e pequena horta. As ruas eram estreitas e tortuosas” (Corazza, 1995, p. 30).

Os salesianos assumiram a Paróquia da cidade, segundo Corazza (1995, p. 30), “ao assumir a direção da paróquia, os salesianos cuidaram logo de instalar a ‘obra primeira e típica’ da Congregação: o Oratório”, obra que tinha sido utilizada como marco de partida da missão no Rio de Janeiro e em São Paulo. A paróquia assumida contava com onze padres ao todo que se dividiam entre a capital e o interior, um seminário que era dirigido pelos Padres Lazaristas e um asilo com cerca de 40 meninas, administrados pelas Irmãs da Caridade de São Vicente.

Durante 20 dias, D. Lasagna permaneceu em Cuiabá acompanhando as primeiras atividades da missão e articulando juntamente ao governo de Mato Grosso estratégias para o início da catequese para os indígenas, que era a real razão da presença da missão em terras mato-grossenses. Uma semana após a partida de Cuiabá, mais precisamente no dia 17 de junho de 1894, D. Lasagna desembarca em Corumbá.

Dom Lasagna, percorrendo a cidade, à procura de um lugar propício para uma futura obra salesiana, pousa os olhares sobre a quadra, na qual anos antes Frei Mariano iniciara a construção de uma igreja em honra de Sant’Ana. Nesta mesma quadra, onze anos mais tarde, os salesianos iniciariam a construção do Colégio Santa Tereza e, no lugar da igreja em honra de Sant’Ana, o santuário de Nossa Senhora Auxiliadora celeste Padroeira da obra salesiana (CORAZZA, 1995, p. 32).

Os salesianos foram muito bem-recebidos na cidade de Corumbá, “em regozijo pela chegada dos salesianos, o município resolve pagar-lhes o aluguel da casa por um ano. Entretanto o dono da casa admirado como o trabalho e o trato dos salesianos com os jovens, cede-lhes, naquele ano a casa gratuitamente” (Corazza, 1995, p. 41).

A tradição educacional dos salesianos se manteve em suas atividades na cidade de Corumbá, segundo Corazza (1995, p. 41), “em fevereiro de 1904 chegam a Corumbá as Filhas de Maria Auxiliadora ou irmãs salesianas, acolhidas festivamente pela população ansiosa por uma escola para a juventude feminina”. O próximo tópico apresenta a história das Filhas de Maria Auxiliadora, a chegada delas ao Brasil e a instalação no Sul do Mato Grosso, nas cidades de Corumbá e Campo Grande.

### **2.3 A história das Filhas de Maria Auxiliadora**

O início da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora se deu sob o título de Filhas de Maria Imaculada, na cidade de Mornese, a nova congregação foi idealizada pela jovem Ângela Maccagno, em 1852, responsável por redigir e encaminhar o esboço do regulamento da nova congregação, que foi inspirado no regimento das Irmãs Ursulinas ao sacerdote Domingos Pestarino. O rascunho desenvolvido pela jovem foi apresentado ao padre José Frassinetti que,

no ano de 1855, redigiu o regulamento da Pia União das Filhas de Maria Imaculada. “A 9 de dezembro desse mesmo ano, as cinco primeiras jovens, entre as quais Maria Mazzarello, assumiram de forma reservada o compromisso de castidade temporária” (Azzi, 1999, p. 18).

Maria Mazzarello, nascida em 9 de maio de 1937 nas colinas de Monferrato, era a primeira filha dos dez filhos do casal José Mazzarello e Maria Madalena Calcagno. No ano de 1860, a tifo chegou à vila de Maria que foi contaminada pela peste e desde então sua saúde ficou comprometida e “um dia caminhando nas colinas de Borgo Alto tem uma visão onde vê um alto edifício com muitas meninas brincando e correndo em um grande pátio interno” (Bosco, 1986, p. 9).

Após o período de recuperação do tifo, Maria abre um pequeno salão quase fora da vila, onde passou a ensinar uma dezena de meninas pobres o ofício de corte e costura e a prepará-las para a primeira comunhão. Depois de algum tempo, Maria, juntamente com uma amiga, passou a abrigar algumas meninas órfãs, o que transformou a oficina de corte e costura em lar para meninas abandonadas.

Em 1862 Pestarino esteve em Turim, manifestando em seguida desejo de pertencer à congregação salesiana. Por sua vez, Dom Bosco esteve pela primeira vez em Mornese em 1864, vindo a conhecer as moças da Pia União. Três anos depois, em nova passagem pela localidade, fez uma conferência para as Filhas da Imaculada (AZZI, 1999, p. 19).

Ainda de acordo com Azzi (1999, p. 19), “se a educação da juventude masculina fora um sonho que Dom Bosco acalentara desde menino, o mesmo não se pode dizer com relação à fundação de um instituto de religiosa”. Dom Bosco pessoalmente tinha certa resistência quanto à fundação de um instituto de religiosas, não se sentia com vocação para trabalhar com o sexo feminino e, mesmo diante de várias oportunidades, mantinha-se resistente a essa nova extensão para a obra salesiana. Conforme Bosco (1986), um sonho semelhante ao de Maria Mazzarello foi o responsável para que Dom Bosco mudasse de opinião. No sonho, Dom Bosco via inúmeras meninas que brincavam em uma praça em Turim, corriam em sua direção e suplicavam para que ele tomasse conta delas.

Eu procurava afastar-me delas, dizendo que não podia, que outros teriam essa preocupação, porque minha missão era diferente. Vi então aparecer uma nobre senhora, de semblante resplandecente, que me encorajava com sua bela voz a atender-lhes o desejo. E enquanto parecia desaparecer no meio delas, repetia-me: Cuida delas, são minhas filhas (WIRTH, 1971, p. 188).

Azzi (1999) afirma que um sonho de Dom Bosco, aos 9 anos de idade, com a Nossa Senhora foi o principal responsável para o início da idealização da obra com os meninos abandonados e, que agora, outro sonho foi o responsável pelo encorajamento para Dom Bosco fazer o mesmo trabalho com as meninas.

Teve também um peso nessa decisão a sua credibilidade nos sonhos, vendo neles com frequência a manifestação da vontade de Deus. Segundo o padre Francesia, ele vira em sonho um número imenso de meninas a brincar na praça de Turim, abandonadas a si mesma. Estas precipitaram-se em sua direção, suplicando que também tomasse conta delas (AZZI, 1999, p. 19).

O projeto para a Constituição das Filhas de Maria Auxiliadora foi apresentado no ano de 1871 ao já então padre salesiano Domenico Pestarino, que convidou as jovens Filhas de Maria Imaculada para se tornarem religiosas da nova congregação feminina salesiana. Maria Mazarello foi eleita como superiora geral e padre Pestarino como primeiro diretor espiritual das Filhas de Maria Auxiliadora.

Quanto à vinda da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora ao Brasil, esta seguiu os passos da chegada dos Salesianos em 1883, deu-se após seis anos do primeiro contato do então Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, com Dom Bosco na Itália. A vinda das Filhas da Maria Auxiliadora para o país também ocorreu com significativa demora, a espera se estendeu por nove anos e dois fatores fizeram Dom Lasagna adiar a vinda das irmãs ao Brasil. O primeiro deles foi a febre amarela que causava muitas mortes na época, e o segundo foi o clima hostil que se desenvolvia no país com a presença de novos institutos religiosos, repressão que também foi sofrida pelos padres salesianos quando se instalaram na cidade de Niterói. Somente em 1892, após quase uma década da chegada dos salesianos ao Brasil, Dom Lasagna se sentiu seguro para trazer as Filhas de Maria Auxiliadora para o país.

Na perspectiva de Lasagna, a missão dos salesianos e das Filhas de Maria Auxiliadora na América Latina deveria ser, não apenas o cuidado da juventude pobre e abandonada, mas também a abertura de colégios para formação da classe dirigente, contrapondo o ensino religioso ao ensino leigo. Esta era também uma das metas dos bispos reformadores do Brasil (AZZI, 1999, p. 34).

A chegada das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil se deu no dia 10 de março de 1892 no Porto do Rio de Janeiro. As freiras vieram com a missão de assumir obras em três cidades diferentes no estado de São Paulo.

Neste dia chegaram doze irmãs de Maria Auxiliadora de Montevideu (esperando a realização das promessas da Europa), para abrir três casas no Brasil: em Lorena,

Guaratinguetá e Pindamonhangaba. Foram recebidas com verdadeiro entusiasmo, o que mostra com quanta ansiedade [eram esperadas] (AZZI, 1999, p. 38).

O envio das irmãs para o interior do estado de São Paulo, mais precisamente para o Vale do Paraíba, foi uma estratégia de Dom Lasagna que, ao invés de iniciar a obra pelas grandes cidades, preferiu instalá-las no interior onde a população mantinha a tradição religiosa católica preservada com o medo das freiras sofrerem alguma hostilidade.

Em Pindamonhangaba, a obra destinada a elas era um pequeno externato. Já em Lorena, foram designadas a trabalharem como auxiliares no Colégio São Joaquim e na direção da Santa Casa. Nestas duas primeiras cidades, apesar da grande dedicação, o trabalho não se desenvolveu com expressão. A terceira cidade para a qual as freiras foram destinadas foi Guaratinguetá, onde assumiram a direção do Colégio Nossa Senhora do Carmo. O trabalho neste Colégio se tornou a primeira obra dirigida pelas Filhas de Maria Auxiliadora de maior expressão no país.

Desde o início, portanto, o Carmo se constituía como uma espécie de Casa Mãe da obra das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil. Por seu turno, a presença dos dois outros colégios do Vale se tornava mais fácil naqueles primórdios, em razão do diminuto número de alunas internas (AZZI, 1999, p. 70).

Segundo Silva (2001, p. 43), o prédio do Colégio era, na realidade, uma “excelente construção ampla com todas as benfeitorias desejáveis para a época, com localização privilegiada na cidade”, assim, em 9 de julho de 1892, o Colégio do Carmo é doado aos salesianos e inicia suas atividades com o desenvolvimento e a consolidação dos trabalhos das doze freiras no colégio.

No início da República, os dois principais centros urbanos eram Cuiabá e Corumbá. Cuiabá, capital do Estado, era importante como centro político e religioso, com presença significativa de funcionários civis e militares. Corumbá, era o mais importante centro comercial da região, sendo a porta de comércio fluvial com o Paraguai, Uruguai e Argentina (AZZI, 1999, p. 277).

No dia 9 de abril de 1895, chegam as primeiras Filhas de Maria Auxiliadora à cidade de Cuiabá no Mato Grosso, com um pequeno grupo de seis irmãs, destinadas a assumirem o Asilo Santa Rita na cidade, ficando à frente da obra pelos próximos oito anos, segundo Azzi (1999, p. 285), “em condições bem difíceis”. Após o encerramento das atividades no Asilo, fundaram o Colégio Santa Catarina na cidade, iniciando suas atividades educacionais, no dia 7 de janeiro de 1905, com trinta meninas.

A ida das Filhas de Maria Auxiliadora para Corumbá foi uma consequência imediata dos atritos que envolveram o arcebispo e os salesianos na cidade de Cuiabá. “Ao se retirarem

do Asilo Santa Rita, por ordem do padre Malan as irmãs ficaram sem ter onde se alojar” (Azzi, 1999, p. 304).

As freiras chegaram em Corumbá no início do ano de 1904 e foram “acolhidas pelos salesianos, seus alunos, autoridade e o povo” (Azzi, 1999, p. 304). Começam suas atividades educacionais no dia 16 de fevereiro do mesmo ano, com a abertura do Colégio Imaculada Conceição. O colégio passou por algumas dificuldades em seus primeiros anos de funcionamento, principalmente com a epidemia de varíola que atingiu a cidade no ano de 1907, mas “as religiosas [...] continuavam a encontrar o apoio das elites locais” (Azzi, 1999, p. 307). Além do importante trabalho no Colégio, as Filhas de Maria Auxiliadora assumem o Hospital Beneficente de Corumbá desde sua fundação no ano de 1913.

O pedido para a instalação de um colégio dirigido pelas Filhas de Maria Auxiliadora no sul do estado de Mato Grosso foi feito pelo visitador apostólico Revmo. Pe. Renauld quando visitou as irmãs ainda em Cuiabá.

Em setembro de 1925 o visitador apostólico, Revmo Pe Renaud, S.J., visitando todo o Estado do Mato Grosso, e chegando a Cuiabá insistiu com a Revda Madre Inspetora das Filhas de Maria Auxiliadora no Mato Grosso, para que fizesse uma fundação no Sul e propriamente em Campo Grande, cidade de muitas esperanças, e muita necessitada de um colégio religioso. Foram expostas as dificuldades com relação à aprovação do bispo. [...] A aprovação chegou ampla e completa com estas palavras: “Concedo e abençoo a fundação projetada” (AZZI, 1999, p. 236).

Com a permissão, a chegada das Filhas de Maria Auxiliadora à cidade de Campo Grande se deu no dia 22 de fevereiro de 1926, com um grupo de apenas quatro freiras, que foram recepcionadas pelo Pe. João Crippa na estação ferroviária da cidade. As Filhas de Maria Auxiliadora chegam em Campo Grande com a missão de instalar o novo colégio, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, direcionado à educação e à formação das moças da elite da cidade.

O crescimento e a solidificação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora proporcionam a expansão da obra das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande, como o Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1938, o Externato Coração de Jesus em 1940 e o Instituto Missionário São José em 1946. O próximo tópico apresenta o início dos colégios salesianos no sul do Mato Grosso.

## **2.4 O início dos colégios salesianos no Sul do Mato Grosso**

O principal interesse dos salesianos no Sul da América era o contato com os povos indígenas, no entanto, a estrutura da obra na América foi se definindo e se firmando no campo

educacional, segmento de atuação que já era adotado pela missão desde a sua fundação na cidade de Turim na Itália. Tal fato não era novidade na história da obra, uma vez que os salesianos já tinham ampla experiência com a educação desde os seus colégios na Itália.

Por onde se instalava a missão, ocorria a abertura de um Oratório que, aos domingos e dias festivos, reunia os meninos pobres e abandonados para jogos e o ensino da catequese.

Os Oratórios foram contribuindo para que a obra salesiana construísse sua estrutura por meio de colégios e escolas profissionais direcionando seu trabalho para a educação da juventude pobre do local. Na cidade de Cuiabá, foi por meio de um Oratório inaugurado no dia 24 de junho de 1894 que os salesianos iniciaram sua obra.

A expansão para o sul do Mato Grosso teve início no dia 12 de março de 1899 quando embarcaram cinco salesianos na cidade de Cuiabá para uma viagem que durou três dias em direção ao porto de Corumbá.

Os primeiros cinco salesianos, semeadores de instrução e de fé no solo corumbaense (Dr. Gabriel Vandoni) são: P. Ângelo Cavatorta, diretor, chegado a Cuiabá em 1895; P. Agostinho Colli, primeiro salesiano ordenado em Mato Grosso; P. Antonio De Bella, agregado a última hora para subtrai-lo às iras de Dom Carlos e os coadjutores: Silvio Milanese e Fernando Porrera. No dia 4 de abril iniciaram as aulas com 35 alunos, que nos meses seguinte sobem a 160 (CORAZZA, 1995, p. 41).

Segundo Andrade (2021, p. 109), “a primeira iniciativa no campo educacional empreendida pela Missão Salesiana no sul do antigo Mato Grosso ocorreu ainda no século XIX, na cidade de Corumbá, no ano de 1899, com a implantação do Ginásio Santa Teresa juntamente com o Oratório Festivo” em uma casa alugada, onde os salesianos iniciaram as aulas no dia 4 de abril de 1899, fundava-se naquele dia o Colégio Santa Tereza, o primeiro colégio salesiano no Mato Grosso.

O Colégio Santa Tereza iniciou suas atividades atendendo a alunos exclusivamente do sexo masculino, com períodos de semi-internato e noturno, oferecendo também o curso infantil, primeiro elementar e curso elementar. O trabalho dos salesianos favoreceu o sucesso da instalação do colégio na cidade e devido a esse êxito, no ano de 1904, para atender ao público feminino, as irmãs salesianas – Filhas de Maria Auxiliadora – fundaram na cidade a Escola Imaculada Conceição.

Inicialmente, a instituição funcionou em casas alugadas, onde desenvolveram trabalho com o jardim de infância, com o ensino primeiro e o orfanato. Já no ano de 1908, as irmãs se mudaram para o prédio adaptado para a instituição que havia sido “[...] comprada com a colaboração de distintas famílias amigas que generosamente continuaram a auxiliar a obra de Dom Bosco.” (BAÉZ, 1988, p. 69). A construção do novo prédio constituiu-se como elemento indispensável para a consolidação do

internato feminino e deveria, portanto, oferecer condições suficientes para a moradia estudantil (ANDRADE, 2021, p. 113-114).

Com o apoio recebido, o desenvolvimento da obra salesiana no âmbito educacional, no sul do estado de Mato Grosso, foi inevitável, dentro da organização das escolas implantadas, os salesianos trabalhavam com os meninos e as irmãs, Filhas de Maria Auxiliadora, ficavam responsável pelas meninas.

No sul do estado, a expansão iniciou no ano de 1926 com a fundação do seu primeiro colégio em Campo Grande pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. As irmãs iniciam as atividades com a fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, para atender à população feminina da cidade e, subsequentemente, no ano de 1930, os salesianos adquirem o atual Colégio Dom Bosco para atender aos meninos.

A articulação do Colégio N. S. Auxiliadora com o Colégio Dom Bosco proporcionou a esses estabelecimentos maior visibilidade e a criação de uma tradição familiar instruída pela filosofia salesiana, enquanto os filhos estivessem sob a responsabilidade dos padres. De igual forma, as meninas poderiam estar recebendo educação pautada nos mesmos princípios filosóficos e educacionais. Essas estratégias, lograram êxito, uma vez que os empreendidos estratégicos e a política da boa vizinhança durante o período de implantação do curso secundário possibilitaram a ocupação de uma posição de destaque no campo educacional (ANDRADE, 2021, p. 119-120).

Os colégios foram se expandindo por várias cidades do Sul de Mato Grosso, inicialmente, os salesianos receberam a solicitação da implantação de escolas profissionais agrícolas. No ano de 1956, foi inaugurado, na cidade de Dourados, o Colégio Agrícola Dom Bosco, para atender aos filhos dos colonos do Núcleo Colonial de Dourados. Mas o que realmente se desenvolveu no Sul do estado de Mato Grosso foram os colégios internos e externos que ministravam aulas do curso primário e secundário para alunos da classe média e alta local, sendo implantados na cidade de Corumbá e Campo Grande.

**Quadro 4:** Colégios Salesianos

<b>COLÉGIOS</b>	<b>CIDADE</b>	<b>CARÁTER</b>	<b>ANO DE FUNDAÇÃO</b>
Ginásio Santa Tereza	Corumbá	Particular	1899
Ginásio Imaculada Conceição	Corumbá	Particular	1904
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Campo Grande	Particular	1926
Colégio Dom Bosco	Campo Grande	Particular	1930
Instituto Dom Bosco – Escola Agrícola	Indápolis, Dourados	Pública	1956
Instituto Missionário São José – Escola	Campo Grande	Conveniada	1957

Escola Dom Bosco	Corumbá	Pública	1961
------------------	---------	---------	------

Fonte: ANDRADE, 2021 – Quadro organizado pela autora.

No segmento público, além do Colégio Agrícola Dom Bosco, os salesianos firmaram parcerias com o governo, parcerias que proporcionaram a implantação da Escola São José, fundada em 1957 na cidade de Campo Grande, administrada pelas Filhas de Maria Auxiliadora, e da Escola Estadual Dom Bosco na cidade de Corumbá, no ano de 1961, administrada pelos Salesianos de Dom Bosco.

A Escola São José é o objeto de estudo da presente pesquisa e foi fundada a partir das atividades desenvolvidas pelas Filhas de Maria Auxiliadora por meio do Instituto Missionário São José, instituição que será retratada no próximo tópico.

## 2.5 O Instituto Missionário São José

O Instituto Missionário São José é uma das obras fundadas pelas Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande, tendo como função inicial a formação educativa para futuras noviças. No diário oficial do estado de Mato Grosso, do dia 27 de maio de 1954, foi publicado o primeiro estatuto do Instituto, que consta como data da sua fundação o dia 8 de janeiro de 1946. O documento descreve o instituto como uma sociedade de caráter cultural, instrutivo e de assistência social, que visa amparar a juventude e a infância pobre mediante a educação integral. O Instituto, em seu estatuto, se descreve como pessoa jurídica autônoma e independente, reconhecendo a Inspeção da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora como ordem superior.

Entende-se pelas finalidades descritas em seu estatuto, apresentado anteriormente, que o Instituto foi fundado com a intencionalidade de desenvolver obras voltadas para a educação que beneficiassem a juventude, principalmente a abandonada e desprotegida.

No início das atividades, no ano de 1946, o Instituto funcionava como anexo ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, tendo como sua principal função ser um Noviciado que é definido como uma casa para a formação de aspirantes e postulantes, sua sede própria foi inaugurada no dia 24 de fevereiro de 1956, endereço mantido até hoje.

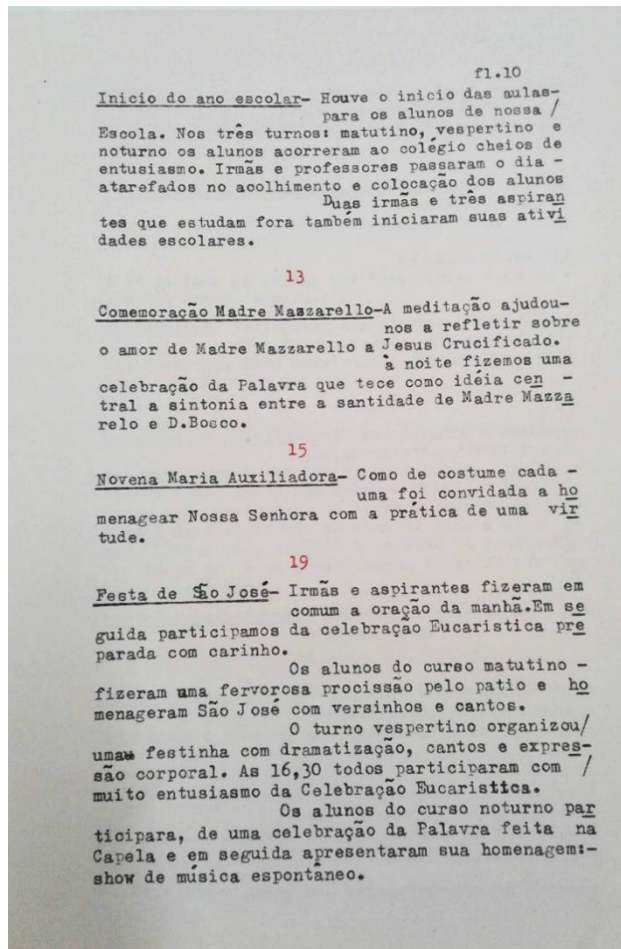
Em relação ao corpo docente e administrativo que iniciou as atividades na instituição, o Art. 4º do Estatuto do Instituto Missionário São José (1954) descreve “o corpo docente e administrativo é constituído por elementos pertencentes à Congregação das Filhas de Maria

Auxiliadora Sociedade Civil com sede em Campo Grande [...] e estes membros não recebem remuneração alguma pelo exercício das funções” (1954, p. 2).

A presente pesquisa, dentro do seu desenvolvimento, não identificou nenhuma outra pesquisa que possibilitasse obter alguma informação em relação à história do Instituto São José. Diante deste fato, as informações para se produzir o presente tópico foram retiradas de documentos, como o Estatuto da instituição, as crônicas e as estatísticas, fontes estas localizadas na Inspeção das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande.

Os membros da ordem dos Salesianos possuem como um dos principais meios de registros das suas atividades as cartas e as crônicas. As crônicas são registros escritos em forma de diário, em que são registrados e relatados os acontecimentos e as atividades importantes nas instituições da missão salesiana durante o ano (como se vê na Figura 7). A primeira crônica com registro das atividades do Instituto São José que consta no arquivo da Inspeção das Filhas de Maria Auxiliadora, na cidade de Campo Grande, é do ano de 1967, foi escrita a mão em um caderno em italiano pela irmã Honorina Obliqui e, por meio da leitura das crônicas localizadas, foi possível identificar como era a rotina do Instituto Missionário São José na cidade de Campo Grande.

**Figura 7 - Caderno de Crônicas (1975)**



**Fonte:** IMSJ – Imagem feita pela autora.

A figura acima é uma página da Crônica do Instituto Missionário São José do mês de março do ano de 1975, sendo possível, com a sua leitura, perceber como a rotina da instituição ocorria. Por diversas vezes, foi possível identificar ações ocorridas na Escola São José em seus registros, vale destacar que, apesar da presente pesquisa ter tido acesso a crônicas dos anos anteriores, elas estão escritas a mão e em italiano, não possibilitando facilmente a sua leitura e, devido a esta circunstância, a figura escolhida para ser apresentada é a do ano de 1975.

Inicialmente, o IMSJ concentrava suas atividades na educação, com instrução primária gratuita para alunos, por meio da Escola São José. Com os anos, novas ações foram sendo desenvolvidas a partir de necessidades encontradas na comunidade, como o Clube da Mãe Pobre que, segundo relatório de atividades do Instituto do ano de 1975, atendia 70 senhoras, com encontros e reuniões em que eram ministradas palestras com temas como normas de higiene, puericultura, culinária, socorro e urgência, instrução moral e cívica, além de aulas de corte e costura, tricô e crochê.

As atividades do Oratório também eram desenvolvidas pelas Filhas de Maria Auxiliadora do Instituto Missionário São José aos domingos e feriados, onde crianças e jovens se reuniam para atividades como jogos e aulas práticas, praticando sempre os princípios educacionais de Dom Bosco, por meio do sistema preventivo.

O sistema preventivo procura favorecer o bom desenvolvimento do aluno e procura mais prevenir os problemas na educação do que simplesmente remediá-los por compreender a importância do hábito para o desenvolvimento do indivíduo. O sistema preventivo é utilizado, principalmente, para promover, nos estudantes, a ordenação saudável das faculdades e a formação da vontade para o domínio de si mesmo. Os principais meios a serem adotados são i) o acompanhamento constante dos estudantes, para que o educador possa prevenir ações e comportamentos prejudiciais e incentivar comportamentos saudáveis, ii) a alegria e iii) a bondade (ESCOLA SÃO FRANCISCO SALLES, 2023, p. 1).

O método praticado pelos salesianos também estava presente nas atividades desenvolvidas pelas freiras, como a prática de grupos musicais e teatros que faziam parte das atividades desenvolvidas por elas, através de grupos formados por alunos e ex-alunos, a exemplo do que foi registrado em crônica, no dia 26 de dezembro de 1972: “Para encerrar as atividades das aulas de piano, foi programada uma tarde, com horas alegres para os pais, de Audição musical, com peças simples, mas muito alegrou aos pais” (Instituto Missionário São José, 1972).

As estatísticas pastorais (conferir Figura 8) do Instituto Missionário São José são outra fonte documental que possibilita entender a história e o trabalho executado na instituição. Nelas constam o registro de todas as atividades desenvolvidas pelo IMSJ, a saber: o catecismo, o internato, a escola, o oratório e as associações. O registro mais antigo das estatísticas é datado do ano de 1966. O oratório, os batismos, as crismas, a 1ª comunhão e a associação com as Devotas de Maria também aparecem nesse documento como ações executadas.

O crescimento das atividades desenvolvidas pelo Instituto Missionário São José pode ser compreendido com a leitura das estatísticas. No ano de 1971, a Obra de Promoção Social aparece pela primeira vez nos documentos, nos quais foi registrado a ação da escolarização por meio da alfabetização e do ensino integrado para adultos como uma nova atividade educacional desenvolvida pelo IMSJ na escola.

**Figura 8 – Estatística do Instituto Missionário São José (1971)**

DADOS PARA ESTATÍSTICA DE 1.971 --

CASA Campo Grande: Ins. S. José DESENVOLVER ATÉ FIM DE NOVEMBRO

1. VOCAÇÕES : Alunas Nº ..2... Oratorianas Nº ..1... Outras Nº ...3...
2. ESCOLAS : Jardim e Pré ...28... Externas ...293...  
 Primário : Externas ..... " .....  
 Ginásio " ..... " .....  
 Col.-Normal " ..... " .....  
 Faculdade Nº .....  
 Cursos Profissionais: de qualquer tipo: enfermagem, arte culinária,  
 corte, costura, bordado, datilografias etc. Nº ..14..45..
3. PESSOAL AUXILIAR: Professores externos Nº .....1...  
 Empregados e funcionários .....2...  
 Escola doméstica .....
4. BENEFICIÊNCIA: Alunas gratuitas: internas nº .....14... Externas Nº ..15...  
 reduções " ..... " .....6...
5. ORATÓRIO  
ORATÓRIO : até 14 anos (frequentantes) Nº .....10.....  
 além de 14 anos, e grupos " " .....120.....
6. CATECISMOS : Paróquias Nº .....5.....  
 Oratórios " .....2.....  
 Escolas " .....1.....  
 aulas para Catequistas " .....2.....  
 outros varios " .....2.....
7. CENTROS JUVENIS: Grupos - Número de participantes .....20.....  
 Associações Marianas (com qualquer denominação que corresponda)  
 SS. Anjos Nº .....  
 S. Maria Mazzar. " .....  
 Filhas de Maria " .....12.....
8. ATIVIDADES MISSIONÁRIAS: laboratórios, etc. Nº .....
9. EXALUMAS inscritas durante o ano: Nº .....
10. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES: frequentantes inscritos Nº .....
11. DEVOTOS DE MARIA AUXILIADORA : Nº .....
12. CASAS SALESIANAS: Moças Nº :..... Superiores: Nº ..... ALUNOS Nº .....
13. MISSÕES : Internas Nº..... Ambulatório Nº..... Visitas aldeias .....
14. HOSPITAIS: hospitalizados Nº ..... Ambulatório Nº .....
15. OBRAS DE PROMOÇÃO SOCIAL : alfabetização, ensino, cursos para casais e noivos  
 e de qualquer natureza, etc.: (discriminar)  
 a. Alfabetização de Adultos ..... Nº ..... 40.....  
 b. Ensino integrado - Adultos " ..... 30.....  
 c. Preparação de Comunhão " ..... 80.....  
 d. .... " .....
16. NOTA: acrescentar, em folha à parte, qualquer outra atividade  
 ou obra que funciona na Casa e que aqui não está nomeada.

Curso para as aspirantes e postulantes - 12

Fonte: IMSJ – Imagem feita pela autora.

No período pesquisado (1957-1975), pode-se compreender que a finalidade do IMSJ, desde sua fundação, sempre foi mantida, isto é, a de proporcionar à população carente da região um atendimento educacional gratuito, buscando desenvolver a educação moral, cívica e religiosa, por meio de uma escola gratuita que surgiu juntamente com o início das atividades do IMSJ e que devido a esta iniciativa várias outras ações foram surgindo e sendo desenvolvidas a favor da comunidade local.

O próximo capítulo da presente pesquisa contempla o início da Escola São José, fundada por meio das ações do IMSJ, no ano de 1957.

### **III. A HISTÓRIA INICIAL DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: 1957 A 1971**

O presente capítulo tem como objetivo escrever a história inicial da Escola São José no recorte cronológico estabelecido, que se inicia no ano de 1957 e se estende até o ano de 1971. O capítulo está subdividido em quatro tópicos: o primeiro contempla o início das atividades da escola; o segundo tópico é dedicado a construir o perfil inicial do corpo docente da escola; o terceiro tópico apresenta o perfil social dos alunos matriculados na escola nos primeiros anos de funcionamento por meio da compreensão do perfil profissional dos pais; e o quarto tópico contempla a organização didática curricular e a estrutura física da escola dentro do recorte cronológico pesquisado.

#### **3.1 A origem e as características da Escola São José: 1957-1971**

O cenário educacional da cidade de Campo Grande, no início da década de 1930, era composto por dois colégios fundados e dirigidos pela Congregação Salesiana na cidade, segundo Gonçalves (2009, p. 112), “em 1930, surgiram dois novos colégios particulares, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, e o Colégio Dom Bosco, contribuindo assim para a formação do cidadão campo-grandense”.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado e dirigido pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e o Colégio Dom Bosco pelos padres Salesianos, ambos os colégios funcionavam em caráter particular e “fica evidente também, desde a fundação, o prestígio com que era representado o Colégio pela sociedade” (ORTIZ, 2014, p. 87).

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi o primeiro a ser fundado pela Congregação Salesiana, por meio das ações da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, para Azzi (2003, p. 20), “quanto à atuação da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, suas obras no Mato Grosso com fins educativos concentraram-se em Corumbá, Campo Grande e Cuiabá no início do século XX, na época as cidades mais importantes do estado”.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi inaugurado no ano de 1926, atendia exclusivamente ao público feminino, funcionando nos regimes de internato e externato. Já o Colégio Dom Bosco foi fundado quatro anos após o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pela Congregação Salesiana no ano de 1930, para atender ao público masculino, funcionando igualmente o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em dois regimes, o de internato e externato.

Na virada da década, em 1930, os salesianos já tinham adquirido a Escola Pestalozzi, fundando o Colégio Dom Bosco. As irmãs, da mesma ordem, assumiam a educação

das meninas e moças, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Ambos funcionavam em regime de internato e externato, o que atraía para Campo Grande os filhos de fazendeiros de médias posses de todo o sul de Mato Grosso [...] (CABRAL, 1999, p. 41).

Em relação ao Colégio Dom Bosco, não foi localizada nenhuma produção acadêmica que fornecesse informações quanto à sua historiografia. Em referência ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Ortiz, em seu trabalho intitulado *A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)*, apresenta informações acerca do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

[...] a função do colégio caracterizou-se por oferecer às educandas instrução voltada para o refinamento cultural e social, a fim de torná-las aptas ao convívio social como mulheres virtuosas, polidas e religiosas convictas, atendendo assim às expectativas das famílias que desejavam ver suas filhas como futuras “damas da sociedade” (TRUBILIANO; MARTINS, 2010, p. 4 *apud* ORTIZ, 2014, p. 87).

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, segundo Ortiz, se tornou, para a cidade de Campo Grande, um exemplo de educação e, em relação à qualidade da sua oferta educacional,

No decorrer da história do Colégio, um de seus grandes orgulhos, devido às inúmeras exigências do sistema, foi a conquista da classificação “excelente” pela Diretoria do Ensino Secundário (Of. n. 01317 de 08/02/1946). Tal feito fora lembrado e registrado em informativos do Colégio, a fim de tornar público o quanto aquele era um “bom colégio” (ORTIZ, 2014, p. 87).

Ambos os Colégios, além de terem em comum a sua fundação vinculada à Congregação Salesiana, seguiam o princípio educativo de Dom Bosco, desenvolvido por meio da execução do Método Preventivo sustentado por seus três pilares: razão, religião e *amorevolezza*.

O Sistema Repressivo consiste em fazer que os súbditos conheçam a lei, e depois vigiar para saber os seus transgressores e infligir-lhes, quando necessário, o merecido castigo. Nesse sistema, as palavras e o semblante do superior devem constantemente ser severos e até ameaçadores, e ele próprio deve evitar toda a familiaridade com os dependentes. O diretor, para dar mais prestígio à sua autoridade, raro deverá achar-se entre os dependentes e quase unicamente quando se trata de ameaçar ou punir. Esse sistema é fácil, menos trabalhoso. Serve especialmente para soldados e, em geral, para pessoas adultas e sensatas, que devem, por si mesmas, estar em condições de saber e lembrar o que é conforme às leis e outras prescrições. Diferente e, eu diria, oposto é o Sistema Preventivo. Consiste em tornar conhecidas as prescrições e as regras de uma instituição, e depois vigiar de modo que os alunos estejam sempre sob os olhares atentos do diretor ou dos assistentes. Estes, como pais carinhosos, falem, sirvam de guia em todas as circunstâncias, dêem conselhos e corrijam com bondade. Consiste, pois, em colocar os alunos na impossibilidade de cometerem faltas. O sistema apóia-se todo inteiro na razão, na religião e na bondade. Exclui, por isso, todo o castigo violento, e procura evitar até as punições leves (BOSCO, 1877, p. 1).

Os salesianos possuíam uma lógica de trabalho adotada em todas as suas casas, assim que instalada a nova Instituição, um oratório festivo era inaugurado, anexo à nova estrutura da Congregação. As atividades desenvolvidas por meio dos oratórios eram diretamente voltadas para o atendimento da comunidade carente do local, segundo Silva (2001, p. 46), “os Oratórios foram os iniciadores da obra educativa salesiana, cuja finalidade primordial passou a ser a educação da juventude pobre”, e foi por meio das atividades desenvolvidas em um oratório dirigido pelas Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande que nasceu a Escola São José.

Segundo a Rede Salesiana Brasil, São José é o patrono da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. O Instituto que leva seu nome foi fundado em 8 de janeiro de 1946, na cidade de Campo Grande, como anexo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, seu estatuto o define como “uma sociedade de caráter cultural, instrutivo e de assistência social, que visa amparar a juventude e a infância pobre, mediante sua educação integral” (INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ, 1946, p. 1) e define como uma de suas finalidades, em seu Estatuto, “desenvolver qualquer obra de educação, ensino e assistência social que venha, direta ou indiretamente, beneficiar a juventude sobretudo a mais desprotegida e abandonada” (INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ, 1946, p. 1).

A sede própria do IMSJ foi inaugurada no dia 24 de janeiro de 1956, na Rua Campo de Marte, que atualmente se chama Rua Dr. Arthur Jorge, na Vila Rosa, na cidade de Campo Grande do ainda estado de Mato Grosso, onde “o espaço então passou a ser utilizado, primeiramente para a evangelização e catequese de crianças e jovens, propondo atividades recreativas e religiosas proporcionando um ambiente alegre e acolhedor” (Escola São José, 2012, p. 7).

A partir destas atividades desenvolvidas na comunidade, esta percebeu a necessidade e importância de se ter uma escola nas proximidades, uma vez que não havia nenhuma unidade escolar e a comunidade muito carente não tinha acesso às outras escolas da cidade. Diante desta difícil realidade, as irmãs resolveram criar condições para que ela se desenvolvesse, desafiando nelas a sua criatividade, espontaneidade, valorizando o seu meio, tornando o ambiente das crianças menos amargo, favorecendo condições para que a aprendizagem acontecesse de forma prazerosa, dentro de um clima religioso, já que a escola é um local para adequar as necessidades individuais no meio social, e para isso ela deveria organizar-se de forma a retratar o quanto possível a vida do educando (ESCOLA SÃO JOSÉ, 2012, p. 7).

O primeiro registro do início das atividades da Escola São José foi identificado por meio do primeiro caderno de matrículas da escola, intitulado como “Caderno de Registro

Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar”, que tem como data de abertura o dia 18 de fevereiro de 1957. O caderno contém os primeiros registros de matrícula da escola e consta como diretora da instituição a Irmã Elvira Pedrelli.

De acordo com Gatti (2007, p. 185), “no Brasil, ainda que mediante dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, por meio da construção de interpretações”. Para construir o início da história da Escola São José, foi necessário que a presente pesquisa, conforme descreve o autor citado, construísse o início da história da Escola São José, por meio da interpretação das duas únicas fontes de pesquisa localizadas, que contêm informações em relação aos seus primeiros anos de funcionamento na escola, sendo estas o Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar e os Cadernos de Frequência Diária.

Para o desenvolvimento do presente tópico, foram utilizados, inicialmente, doze cadernos como fontes de pesquisa para construir a organização inicial da Escola São José, dentro do recorte cronológico estabelecido pelo presente capítulo que tem o início no ano letivo de 1957, estendendo-se até o ano letivo de 1971.

O quadro a seguir relaciona os onze Cadernos de Frequência Diária localizado no Acervo Antigo da escola, a organização numérica descrita no quadro foi realizada pela presente pesquisa, com a intencionalidade de identificar as fontes durante as análises realizadas, tendo em vista que esses cadernos não possuíam nenhuma organização. Quanto à organização numérica apresentada por meio do quadro ressalta-se que a metodologia adotada para o seu desenvolvimento ocorreu de acordo com os registros localizados nas fontes, sendo numerados de acordo com o ano letivo registrado e pela oferta do período da turma na escola. Destaca-se que a identificação dos cadernos descrita no quadro será mantida para a execução do projeto de intervenção realizado no final da presente pesquisa, o projeto de intervenção tem como objetivo organizar e catalogar as fontes localizadas no Acervo Antigo da Escola São José.

**Quadro 5:** Registros das Turmas nos Cadernos de Frequência (1957-1968)

<b>REGISTRO DAS TURMAS DA ESCOLA SÃO JOSÉ NOS CADERNOS DE FREQUÊNCIA DIÁRIA POR PERÍODO (1957-1968)</b>			
<b>CADERNO</b>	<b>ANO</b>	<b>TURNO</b>	<b>TURMAS DE REGISTRO</b>
I	1957-1960	MATUTINO	1º ANO B
II	1957-1961	MATUTINO	2º ANO
III	1957-1960	VESPERTINO	1º ANO A
IV	1957-1960	VESPERTINO	1º ANO C e 2º ANO
V	1961-1965	MATUTINO	1º ANO A – 1961 a 1964 – Pré Primário – 1965
VI	1962-1968	MATUTINO	2º ANO – 1962 a 1966 – 1º ANO – 1967 a 1968
VII	1960-1965	MATUTINO /	1º B e C – 1960 a 1964 (vespertino)

		VESPERTINO	1º ANO A – 1965 (matutino)
VIII	1960-1967	VESPERTINO	4º ANO – 1960 a 1963 e 1965 3º ANO – 1964, 1966 e 1967
IX	1961-1967	VESPERTINO	1º ANO – 1961 a 1963 e 1965 Pré-Primário – 1964 2º ANO – 1967
X	1961-1967	MATUTINO / VESPERTINO	3º ANO – 1961 a 1963 (vespertino) 4º ANO – 1964 (matutino) 3º ANO - 1965 – 1966 (matutino) 2º ANO – 1967 (matutino)
XI	1961-1968	VESPERTINO	2º ANO – 1961 a 1966 5º ANO - 1968

**Fonte:** Cadernos de Registros de Frequência – Quadro organizado pela autora.

Com a apresentação da organização das turmas da Escola São José, por meio do quadro, pode-se compreender como eram organizadas as turmas em relação à oferta educacional entre os anos de 1957 e 1968, período cronológico que consta registrado nos Cadernos de Frequências Diárias. Foi possível identificar também que a Escola São José iniciou suas atividades ofertando os dois primeiros anos do primário no ano de 1957 com duas turmas, uma do 1º e uma do 2º ano no matutino e três turmas no período vespertino, sendo duas do 1º ano e uma do 2º ano.

O primeiro registro de uma turma do 3º ano Primário nos Cadernos de Frequência Diária foi identificado no ano de 1961, e da primeira turma do 4º ano Primário consta registrada no ano de 1960. Ainda em relação à abertura de novas turmas, no ano de 1964, aparece o registro da primeira turma do Pré-Primário, turma que aparece registrada também no ano de 1965 e, no ano de 1968, aparece o registro da primeira turma do 5º ano no período vespertino.

Buscando um aprofundamento no entendimento da configuração inicial da Escola São José, foi pesquisado como se deu a configuração da oferta educacional na instituição em seu primeiro ano de funcionamento. Este levantamento foi realizado no primeiro Caderno de Matrícula da Escola, o “Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar” (1957-1963), e nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968).

O primeiro registro de matrícula da Escola São José, segundo o Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar (1957-1963), ocorreu em 18 de fevereiro de 1957. Além disso, a leitura do caderno possibilitou compreender que neste dia o caderno contém um total de 162 registros de matrículas distribuídas entre meninos e meninas. O ano letivo na Escola São José teve início no dia 06 de março de 1957, com um total de 193 alunos, como descrito na tabela abaixo, contudo, conforme os registros contidos no referido caderno, o total de matrículas registradas no ano letivo de 1957 foram de 225 alunos, o que caracteriza que a escola mesmo após o início das aulas continuou realizando as matrículas de novos alunos.

**Tabela 1:** Organização das Salas Escola São José (1957)

<b>ORGANIZAÇÃO DAS SALAS DA ESCOLA SÃO JOSÉ NO ANO DE 1957</b>			
TURMAS DO PERÍODO MATUTINO		TURMAS DO PERÍODO VESPERTINO	
1º Ano	52 Meninos	1º Ano A	57 Meninas
1º Ano C	24 Meninos	1º Ano C	29 Meninas
2º Ano	12 Meninos	2º Ano	19 Meninas
Total de Meninos	88 Meninos	Total de Meninas	105 Meninas
<b>TOTAL DE ALUNOS (A) NO ANO DE 1957: 193</b>			

**Fonte:** Caderno de Registro de Frequência Escolar (1957-1968) – Escola São José, mês de março de 1957 – Tabela organizada pela autora.

A tabela acima foi construída por intermédio da análise realizada dos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), está dividida em dois períodos – matutino e vespertino –, apresentando as turmas que a escola ofertava em seu primeiro ano de funcionamento.

A primeira informação que se pode compreender mediante a apresentação das informações identificadas na tabela é a de que a escola, neste primeiro ano de funcionamento, organizava seus alunos por período e sexo, atendendo, no período matutino, aos meninos, e no período vespertino, às meninas. A escola iniciou suas atividades com seis turmas, três no período matutino e três no período vespertino, ofertando o primeiro e o segundo ano do ensino primário, atendendo a um total de 193 alunos.

Quando as meninas puderam sentar-se lado a lado com os meninos? Para BERGER foi a fundação de escolas protestantes, especialmente metodistas e presbiterianas, que quebraram o monopólio religioso do catolicismo, e que pela primeira vez na história do Brasil reuniram sob o mesmo teto alunos de ambos os sexos (1984, p. 168). Estas escolas passaram a ser instaladas no Brasil a partir de 1870. Mais ou menos a partir desta data, apareceram nas províncias as escolas públicas mistas (STAMATTO, s/a, p. 7).

Para Almeida (2014, p. 118), “no Brasil, desde o século XIX, o sistema público de ensino contava com classes mistas”, contudo, a Escola São José iniciou suas atividades no ano de 1957 com classes divididas entre meninos e meninas. No estado de Mato Grosso, em relação à divisão das turmas por sexo, Gonçalves e Oliveira (2010, p. 69-70) destacam que, no Grupo Escolar Joaquim Murinho sediado na cidade de Campo Grande,

No ano de 1923, conforme relatório do diretor Bartholomeu Lopes dos Santos, funcionavam os quatro primeiros anos do ensino primário com dez classes, sendo classificados de 1º ano A, 1º ano B, 2º, 3º e 4º, com cinco turmas femininas e cinco turmas masculinas. As turmas masculinas eram regidas por professores, enquanto as femininas, por professoras, embora elas pudessem também ministrar aulas em turmas

mistas. Os dados mostram que a implantação do mesmo número de classes para meninas e meninos, atendia ao princípio da igualdade da educação entre os sexos, princípio este assinalado na obrigatoriedade do ensino, instituído na Reforma de 1910. No entanto, apesar da coexistência de meninos e meninas no mesmo Grupo, as classes funcionavam com completa divisão de sexo, indicando assim, que no Grupo Escolar Joaquim Murtinho não havia o atendimento ao princípio da co-educação, já que os alunos de ambos os sexos não frequentavam as mesmas classes e nem participavam das mesmas atividades. A co-educação [...] implicava uma concepção pedagógica e social concernente à conveniência conjunta dos dois sexos. (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2010, p. 69-70)

Apesar do ano letivo mencionado em relação à organização das turmas do Grupo Escolar Joaquim Murtinho ser o ano 1923 e ser 35 anos antes da fundação da Escola São José, é possível compreender, conforme explicação obtida por meio do texto de Gonçalves e Oliveira e da organização das classes da Escola São José identificada na tabela apresentada, que a Escola São José, em seu primeiro ano de funcionamento, atendia ao princípio de igualdade da educação devido ao fato da instituição ofertar o mesmo número de turmas para os meninos e para as meninas, contudo, a escola não atendia ao princípio de coeducação mantendo suas turmas separadas por sexo.

Segundo Almeida (2014, p. 118), em seu trabalho *Meninos e meninas estudando juntos: os debates sobre as classes mistas nas escolas brasileiras (1890/1930)*, do ano de 2014, “a resistência em educar conjuntamente meninos e meninas era um processo que atingia os católicos de todos os países”. E continua:

A Igreja Católica considerava a coeducação nociva e prejudicial para a boa formação cristã, atacando as bases onde esta se estruturava, isto é, sobre o naturalismo e a recusa ao pecado original, que legitimava a promiscuidade nessa indesejável associação dos sexos. Aceitava-se a educação de meninos e meninas em conformidade com os lugares nos quais esses casos seriam o menor mal. Com as devidas precauções, as escolas católicas poderiam adotar o sistema de ensinar os sexos em conjunto em casos de absoluta necessidade, adotando precauções e definindo normas rígidas a serem seguidas, para evitar perigos morais (ALMEIDA, 2014, p. 119).

Além da organização das turmas do primeiro ano letivo da Escola São José e o quantitativo de alunos atendidos por elas, os dados apresentados pela tabela possibilitaram o entendimento da influência da Igreja Católica na organização inicial da escola, pois, ainda que a instituição tenha iniciado suas atividades em um período em que a coeducação já era praticada nas escolas do Mato Grosso, ela iniciou suas atividades mantendo seus alunos separados por período e sexo. Para Almeida (2014, p. 120), “as classes mistas, aos poucos, se tornaram uma realidade nas escolas públicas brasileiras, a maioria dos colégios católicos continuou com a tradição de educar os sexos em separados”.

Quanto à organização das turmas ofertadas pela Escola São José no próximo ano letivo, o ano de 1958, a análise do Caderno de Atas dos Resultados Finais (1957-1978) possibilitou concluir que, além das turmas de 1º e 2º anos do Primário, salas já ofertadas em seu primeiro ano de funcionamento, foi identificado que a Escola São José, no ano letivo de 1958, abriu uma nova turma, sendo esta a do terceiro ano do ensino primário.

Pressupõe-se que esta nova turma ofertada foi aberta com a intencionalidade de dar continuidade ao atendimento dos alunos do segundo ano do ensino primário do ano anterior, no entanto, a turma aberta atendia somente às meninas quanto à oferta educacional. Para os meninos, ela ficou limitada somente às duas primeiras turmas do Ensino Primário. A mesma logística quanto à abertura de uma nova turma acontece no ano letivo de 1959 quando ocorre a abertura de uma turma do quarto ano do ensino primário com registro de matrículas somente para as meninas. Vale destacar que estas turmas de 3º e 4º anos primários, abertas no ano letivo de 1958 e 1959 respectivamente, tiveram seus registros localizados apenas no Caderno de Atas dos Resultados Finais (1957-1978), não sendo identificadas nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), razão pela qual não constam no quadro.

A configuração da Escola São José em relação à oferta e à organização das salas nos anos 1960 e 1961, segundo as informações contidas nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), permanece a mesma, sendo os meninos atendidos no período matutino e as meninas no período vespertino, ficando o atendimento para os meninos limitado ao primeiro e ao segundo ano do primário e, para as meninas, disponíveis os quatro primeiros anos. No ano letivo de 1962, a escola abre uma nova turma de quinto ano, mantendo sua oferta apenas para as meninas.

Quanto à predileção para o atendimento da instituição ser voltado para as meninas, nenhuma informação que explicasse essa preferência foi localizada formalmente, o que se pode supor é que devido ao fato de a Escola ter sido fundada e ser dirigida pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, responsável também por fundar e dirigir o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, instituição que atendia somente ao público feminino, formula-se a hipótese de que este fator possa ser o provável motivo para esta preferência pelo atendimento ao público feminino ser também adotado na configuração da oferta da Escola São José.

Até o ano letivo de 1963, segundo os registros localizados nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1963), todas as turmas femininas eram ofertadas no período vespertino, porém, no ano letivo de 1964, ocorreu uma troca de período, a turma do quarto ano, que era ofertada no período vespertino passou a ser ofertada no período matutino. Esta troca de período é o primeiro registro localizado em que uma turma feminina passa a ser ofertada no período matutino na Escola São José e, em consonância com esta mudança, os Cadernos de Frequência

Diária (1957-1963) apresentam o registro da abertura de uma nova turma no ano letivo de 1964 no período vespertino.

A escola, até o ano letivo de 1964, ofertava apenas os cinco primeiros anos do Primário. No ano letivo de 1964, segundo os Cadernos de Frequência Diária (1957-1963), a escola começa a ofertar o Pré-Primário no período vespertino. A dedução que se pode ter no que concerne à movimentação da turma do quarto ano primário e ao período de atendimento é que a alteração da turma foi realizada para que ocorresse a abertura da turma do Pré-Primário na escola no período vespertino.

Outro dado importante, identificado nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), diz respeito à identidade da Escola São José, qual seja, os registros de diversas datas comemorativas e feriados que aparecem descritos nos cadernos ao longo do ano letivo.

Nos referidos cadernos, diversos registros de feriados católicos, como a Semana Santa e a Páscoa, estão descritos nas atividades da escola no decorrer do ano letivo. Estas datas são feriados católicos, mas também datas previstas pelo Programa de Ensino Primário de Mato Grosso.

O que merece destaque é que, além dos feriados católicos previstos pelo Programa de Ensino Primário de Mato Grosso, aparecem registros de dias dedicados a homenagear os santos de devoção da Congregação Salesiana, a exemplo do dia de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, o dia de São José, patrono da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e da escola, e o dia de Madre Mazarello, fundadora da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, todas estas datas constam registradas no caderno como datas festivas.

19 de março – Os alunos do curso matutino fizeram uma fervorosa procissão pelo pátio e homenagearam São José com versinho e cantos. O turno vespertino organizou uma festinha com dramatização, cantos e expressão corporal. Às 16:30 todos participaram com muito entusiasmo da Celebração Eucarística. Os alunos do curso noturno participaram de uma celebração da Palavra feita na Capela e em seguida apresentaram homenagem: show de música espontânea (INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ – CRÔNICAS, 1971).

As crônicas, como já mencionado anteriormente, são práticas da Congregação Salesiana, em que as ações cotidianas são registradas. As crônicas do Instituto Missionário São José, além da rotina diária, contemplam, em alguns trechos, as atividades desenvolvidas na Escola São José e, no que se refere às festas católicas identificadas no calendário escolar, a crônica de 1971 destaca:

14 de maio – Páscoa: à noite um bom grupo de pais dos nossos alunos aderiram ao convite feito a todos e vieram para um momento de reflexão e oração. Nossos vigários fizeram uma palestra sobre o amor de Deus e a necessidade de respondermos a este amor. Atendeu as confissões e celebrou a Eucaristia da qual todos participaram com fervor (INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ – CRÔNICAS, 1971).

Com os trechos das crônicas apresentados, foi possível compreender que a Escola São José, além de manter as celebrações católicas oficiais em seu calendário escolar, também mantinha as comemorações em referência a datas especiais para os Salesianos, em especial para a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, a partir das quais se pode confirmar a identidade confessional da instituição, com destaque para a participação da comunidade escolar que se fazia presente nos dias letivos referente às comemorações católicas desenvolvidas pela escola, como pode ser compreendido pelo fragmento da Crônica de 1971 acima.

O presente tópico tem a intencionalidade de construir a organização e identificar as características da Escola São José dentro do recorte cronológico de 1957 a 1971. Esta pesquisa, em seu levantamento das fontes, localizou a Estatística (1972)<sup>1</sup>, documento que contém informações de diversos segmentos da Escola, como equipamentos, materiais pedagógicos e dados relacionando o quantitativo de alunos em relação ao atendimento de diversos anos letivos. As informações contidas nessas estatísticas foram utilizadas para compreender como era a estrutura da escola.

Em referência ao ano letivo de 1971, a Estatística (1972) informa que a Escola ofertava os quatro primeiros anos do Primário no ano letivo de 1971, atendendo a 100 alunos no 1º ano, 36 alunos no 2º ano, 74 alunos no 3º ano e 70 alunos no 4º ano, totalizando um número de atendimento de 280 alunos.

No tocante à organização das turmas ofertadas no ano letivo de 1971, essa informação só foi possível por meio da análise do Caderno de Atas de Resultados Finais que contemplam o período dos anos letivos de 1957 a 1978. O Caderno de Atas de Resultados Finais (1957-1978) informa que, no ano letivo de 1971, a escola organizou sua oferta de atendimento em nove salas de aula distribuídas em seus dois períodos de funcionamento, organizadas da seguinte forma: três salas do 1º ano do Primário, uma sala do 2º ano do Primário, duas salas do 3º e 4º ano do Primário e uma sala do Pré-Primário.

Foi possível identificar pela análise do Caderno de Atas de Resultados Finais (1957-1978) que, neste ano letivo, oito salas registradas no caderno eram formadas apenas por

---

<sup>1</sup> A nomenclatura Estatística foi utilizada pois é como esta descrito no documento destaca-se que o conceito de estatística na década de 1970 era diferente do adotado em 2023.

meninas, e somente a sala do Pré-Primário possui registro de nomes masculinos, sendo que dos 29 alunos registrados apenas seis eram meninos.

Para concluir o presente tópico que contempla a organização inicial da Escola São José, destacamos que, além da hegemonia no atendimento feminino, foi possível compreender também que a Escola São José iniciou suas atividades no ano de 1957 com seis turmas distribuídas entre o 1º e o 2º anos primários, atendendo a 193 alunos, e encerra o ano letivo de 1971 com nove turmas distribuídas entre o Pré-Primário e os quatro primeiros anos do primário, atendendo a 280 alunos, uma centena a mais do total de atendidos em seu primeiro ano de funcionamento.

Após a apresentação da organização inicial da Escola São José neste tópico, é possível compreender como a instituição se organizou em seus primeiros anos e, em continuidade à apresentação da presente pesquisa, o tópico a seguir tem como foco, em seu desenvolvimento, conhecer como foi constituído o corpo docente da Escola São José, dentro do recorte cronológico estabelecido no presente capítulo, que se inicia em 1957 e se estende até o ano de 1971.

### **3.2 A constituição do perfil inicial do corpo docente da Escola São José**

A história da Escola São José, retratada por meio do PPP do ano de 2012, conta que suas atividades começaram por uma iniciativa das freiras da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, que perceberam “a necessidade e importância de se ter uma escola nas proximidades, uma vez que não havia nenhuma unidade escolar e a comunidade muito carente não tinha acesso às outras escolas da cidade” (PPP E. E. SÃO JOSÉ, 2012, p. 7). Para Saviani (2005, p. 28), “as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas”.

O presente tópico tem a intencionalidade de construir o perfil dos professores da Escola São José, no recorte cronológico estabelecido no Capítulo III que tem início em 1957 e se estende até o ano de 1971.

O primeiro ano letivo da Escola São José funcionou com seis turmas, divididas em dois períodos, organização que foi apresentada no tópico anterior, em relação ao quadro de professores que atuaram nestas turmas, a pesquisa realizada nos Cadernos de Frequência Diária (1957- 1968), que contêm as informações em referência ao primeiro ano de funcionamento da escola, possibilitou identificar, por meio da sua análise, que somente a turma do 2º ano matutino

possuía registro nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968) com o nome da professora regente. Consta neste caderno registrado que a professora regente da turma do 2º ano matutino era a Irmã Elvira Pedrelli, então diretora da escola.

**Quadro 6:** Nome das Professoras por turma (1957-1968)

<b>NOME DAS PROFESSORAS, ANO, TURMAS E TURNOS DE REGISTROS – (1957-1968) DA ESCOLA SÃO JOSÉ <sup>2</sup></b>			
<b>NOME DO PROFESSORA</b>	<b>ANO</b>	<b>TURMAS</b>	<b>TURNOS</b>
Irmã Elvira Pedrelli	1957 a 1961	1º e 2º ano	Matutino
Irmã Elza Ribeiro	1960 e 1961	1º Ano	Matutino
Irmã Bartira Joalina de Abreu	1960 e 1961	1º Ano	Vespertino
Irmã Neyde Bueno de Arruda	1960	1º e 2º ano	Vespertino
Irmã Darcy	1962	1º Ano	Matutino
Irmã Carmem Teixeira	1963 e 1964	1º Ano e 4º Ano	Matutino
Maria José Barreto	1964 a 1966	1º Ano e Pré Primário	Matutino/ Vespertino
Irmã Odila Polizel	1962	1º e 2º ano	Matutino/ Vespertino
Maria José Muniz	1962	2º ano	Matutino
Irmã Raimunda Sole	1966	2º ano	Matutino
Iracema Custodio Santana	1967	1º Ano	Matutino
Irmã Cândida Adania	1966 a 1968	1º e 3º Ano	Matutino
Laurita L. e Queiroz	1960	1º ano	Vespertino
Maria de Lourdes	1964 e 1965	1º Ano	Matutino
Irmã Isoleta Nascimento	1960 e 1961	3º e 4º Ano	Vespertino
Nadir Gomes	1962 a 1966 e 1968	3º, 4º e 5º Ano	Vespertino
Zita Maria Gonçalves	1967	2º ano	Vespertino
Assima Abdo	1962	1º Ano	Vespertino
Edite Pereira	1962 a 1965	1º Ano e Pré Primário	Vespertino
Luiza Yaeco Miyashiro	1967	2º ano	Vespertino
Maria de Lourdes Melo	1963	3º Ano	Vespertino
Telma Valle	1963 e 1964	2º ano	Vespertino
Nilda M. da Cunha	1965 e 1966	2º ano	Vespertino

**Fonte:** Cadernos de Frequência Diária (1957-1968) da Escola São José – Quadro organizado pela autora.

O quadro acima contém os nomes dos professores que constam nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), relacionados com as suas respectivas turmas de atuação. Vale destacar que, em algumas turmas, mesmo constando o registro das turmas, os nomes dos alunos e a frequência no caderno, não foi possível identificar o nome do professor que atuou na turma devido à falta do registro do nome do docente no caderno. Esta falta de registro do nome do professor, em algumas turmas, não possibilitou que a pesquisa identificasse todos os docentes que atuaram na escola, não sendo possível com isso o conhecimento do real quadro dos docentes da instituição nestes primeiros anos.

<sup>2</sup> Em alguns anos letivos não constam registrados os nomes dos professores regentes. A tabela foi realizada somente com os dados dos registros existentes.

Quanto à composição do corpo docente da escola, conforme as informações apresentadas por meio do quadro 6, dentro do período pesquisado que se inicia em 1957 e se estende até 1968, pode-se afirmar que não foi localizado nenhum registro de professor do sexo masculino trabalhando na instituição neste período. Esta ausência de registro de professores do sexo masculino induz à percepção de existir uma hegemonia feminina no quadro de docentes da escola.

Ortiz, em seu trabalho *A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)*, em relação aos professores, destaca

O crescente ingresso do público feminino na docência é um fenômeno ligado a alterações na escolarização e na sociedade como um todo, cujo bojo esteve além das relações entre mulher e ensino. O advento das escolas normais, públicas e privadas, é reflexo desse cenário, entre elas as escolas normais confessionais católicas, importantes difusoras dos ideais de mulher, mãe, esposa e professora primária (ORTIZ, 2014, p. 64).

Não se sabe qual é o real motivo desta hegemonia feminina no corpo docente da Escola São José em seus primeiros anos de funcionamento, admite-se que um provável fator que tenha ocasionado esta característica é o fato de a congregação que fundou e dirigiu a escola ser formada por religiosas da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

Outra característica que pode ser identificada em relação ao corpo docente inicial da instituição elencada no quadro é quanto à formação religiosa das professoras deste período, sendo possível compreender, por meio das informações relacionadas no quadro, que onze professoras foram identificadas como freiras dentro do número global de 23 nomes distintos, localizados nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968) que atuaram como professoras no período descrito.

**Figura 9:** Registro de Professores (1966)

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ  
— DAS —  
SANTAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA  
CAIXA POSTAL, 116  
CAMPO GRANDE MATO GROSSO

ANO DE 1966

Irmã Carmen Teixeira - Diretora, Orientadora, Secretária e Professora

CLASSES	ALUNAS	PROFESSÓRAS
4o ano	45	Irmã Carmen Teixeira
3o ano A	37	Nadir Gomes Esteche
3o ano B	46	Irmã Lenir Lima Barros ( S ( substituída por Candida Adania)
2o ano A	42	Irmã Raimunda S. Abreu
2o ano B	46	Nilva Martins da Cunha
1o ano C	52	Maria Jose Bar. Muniz
1o ano A	50	Iracem Custodio Santana
Pre- Primario	40	Luisa Miyashiro

Tôdas as professôras são nomeadas pelo Estado com exceção de Candida Adania que é paga com o rodizado de Irmã Lenir de Lima Barros.

**Fonte:** Acervo Antigo – Imagem produzida pela autora.

Em desenvolvimento do presente tópico, que visa compreender como o quadro de professores da Escola São José foi estabelecido nos primeiros anos de funcionamento, uma segunda fonte localizada no Acervo Antigo da Escola possibilitou o entendimento da constituição do seu corpo docente no ano letivo de 1966. O documento apresentado na figura acima será identificado no desenvolvimento da presente pesquisa como Registro de Professores

(1966), uma vez que o documento não possui nenhuma nomenclatura específica e nenhuma referência em relação à sua finalidade descrita.

A leitura do documento permite identificar que o quadro de professores que atuaram na escola no ano letivo de 1966, igualmente ao apresentado anteriormente, também era formado exclusivamente por mulheres, o que confirma a hegemonia feminina no corpo docente da instituição em seus primeiros anos de funcionamento. Destaca-se que este é o primeiro quadro completo de professores da escola localizado dentro das fontes pesquisadas.

No que se refere à formação acadêmica das professoras elencadas no documento, o Registro de Professores (1966) contém uma nota anexa a ele que relaciona a formação acadêmica de cada professora com seu nome. Ressalta-se que esta nota anexa é o primeiro documento localizado na presente pesquisa que permite o conhecimento em relação à formação acadêmica do corpo docente da Escola São José.

A nota anexa ao Registro de Professores (1966), no que se refere à formação acadêmica das docentes relacionadas, destaca que as professoras Nadir Gomes Esteche, Nilva Martins da Cunha, Ir. Raimunda Soares, Ir. Lenir B Lima, Luisa Y. Miyashiro e Ir. Carmem Teixeira são classificadas pela categoria K, descritas no documento como Normalistas, e as professoras Iracema C. Santana e a Maria José Bar. Muniz são classificadas como PP2 primária, o que corresponde à formação completa em nível do curso normal de Ciclo 1. Salienta-se que não foi localizado nenhum registro que comprove que as professoras identificadas como Normalistas na nota tinham concluído o curso normal ou ainda estavam com a formação em andamento.

A Lei Orgânica do Ensino Normal dividiu em dois ciclos o curso Normal – o primeiro ciclo dava-se nas Escolas Normais Regionais, as quais ministrariam o curso para regentes do ensino primário (quatro anos). As Escolas Normais e Institutos de Educação formariam o professor do ensino primário durante dois anos no curso de segundo ciclo. Além disso, os Institutos de Educação ofereciam a formação especializada (educação especial, complementar primário, ensino supletivo, desenho, música e canto, cursos de administradores escolares). Essa Lei foi relevante para o contexto da formação de professores, haja vista a seriedade do tratamento dado (ORTIZ, 2014, p. 47).

No que diz respeito à origem da formação das docentes, não foi possível identificar a sua procedência, uma possível hipótese é a de que as professoras religiosas podem ter realizado a formação acadêmica no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, devido ao fato do IMSJ ser uma instituição ligada ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o colégio ofertar o curso normal em suas atividades, contudo, não há nenhum registro localizado que possibilita afirmar tal hipótese. O Registro de Professores (1966) permite apenas identificar o nome das professoras e seu grau de formação (não informando em qual instituição as docentes a realizaram). Em se tratando da


formação religiosa das docentes, o Registro de Professores (1966) informa que, dos nove nomes listados, três eram identificados como freiras.

Com a análise do Registro de Professores (1966), verificou-se que o corpo docente da Escola São José no ano letivo de 1966 apresentava três principais características. A primeira é a de que o corpo docente da instituição era formado somente por mulheres, mantendo a característica do corpo docente apresentado anteriormente no presente tópico; a segunda é quanto à formação das professoras, sendo possível identificar pela primeira vez a formação das docentes que aparecem classificadas como Normalistas ou com formação em nível normal de Ciclo 1; e, por fim, a terceira, com foco na formação religiosa do corpo docente, que apresenta no ano de 1966, segundo o documento pesquisado, três docentes identificadas como freiras em sua composição.

O documento Registro de Professores (1966), além da formação acadêmica, também contempla informações importantes em referência à organização da escola neste ano, segundo ele, a escola apresenta as oito turmas que vão do Pré-Primário ao 4º ano, com o número de alunos atendidos em cada sala de aula, destaque para a nomenclatura usada para a identificação dos alunos que no documento está escrito como “alunas”, o que faz subentender que a escola neste ano atendia somente a meninas em seu corpo discente. Além disso, o documento informa que todas as professoras relacionadas no documento eram nomeadas e pagas pelo Estado de Mato Grosso neste ano, informação importante para se compreender como as professoras da escola neste período eram remuneradas.

Um contrato assinado entre a Prefeitura Municipal da cidade de Campo Grande e a Irmã Elvira Pedrelli (como se observa na Figura 10), então diretora da escola na época, é a terceira fonte utilizada para a construção das características do corpo docente da Escola São José, no recorte cronológico desenvolvido no Capítulo III que se inicia em 1957 e finaliza em 1971.

**Figura 10:** Contrato de prestação de serviço (1959)



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇO

Entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande, representada pelo seu Prefeito DR. WILSON BARBOSA MARTINS e a RVMA. IRMÃ. ELVIRA PEDRELLI, brasileira, solteira, residente nesta cidade, fica ajustado o seguinte contrato:

I

IRMÃ ELVIRA PEDRELLI se obriga a exercer as funções de professor primário Referência III, no Curso Primário São José, anexo ao Instituto Missionário São José, nesta cidade, obedecendo ao regulamento de ensino e demais instruções da Diretoria de Educação.

II

Este contrato vigora de 1º de março a 31 de Dezembro de 1959.

III

A Prefeitura reserva-se o direito de reformar o contrato depois de vencido ou rescindi-lo na sua vigência, a critério do Snr. Prefeito.

IV

Se o exercício da contratada se prolongar por mais de um ano em virtude de prorrogação deste contrato, ser-lhe-ão concedidas as férias regulamentares.

E por se acharem justas e contratadas, firmam o presente contrato, que eu, Maria de Lourdes Vidal Romar, Diretor da Diretoria de Educação, mandei datilografar em duas vias.

Campo Grande, 25 de fevereiro de 1959

Wilson Barbosa Martins  
Irma Elvira Pedrelli

Fonte: Acervo Antigo – Imagem produzida pela autora.

A figura acima apresenta o Contrato de Locação de Serviço (1959), assinado no ano de 1959 entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Irmã Elvira Pedrelli, o documento formaliza a contratação da Irmã Elvira Pedrelli como professora da Escola São José estabelecendo que a sua remuneração seria realizada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, destaca-se que este contrato foi assinado dois anos após a fundação da escola que ocorreu no ano de 1957.

Diante destes fatos, questionamos: até que ponto o ensino confessional e privado foi uma ameaça ao ensino público e estatal? Embora não haja uma resposta precisa frente a tal questão, é possível inferir, com base em Cury (1992; 2005), que a legislação brasileira de diferentes modos permitiu que a iniciativa privada, nesse caso, a confessional, sustentasse suas propostas e, por vezes, recebesse recursos públicos. Todavia, existia controle legal e ferramentas para que essas instituições mantivessem certo padrão e gozassem de equiparação às escolas oficiais (ORTIZ, 2014, p. 53).

Quanto às obrigações atribuídas à Irmã Elvira Pedrelli, o Contrato de Locação de Serviço (1959) informa que a professora se compromete em exercer a função de professora primária na Escola São José obedecendo ao regulamento da Diretoria de Educação Municipal. Já em relação à abrangência do contrato, enfatiza-se um ponto de atenção importante, pois o documento foi assinado somente pela Irmã Elvira Pedrelli, não sendo registrado nenhum outro nome no documento, o que leva à compreensão de que o Contrato de Locação de Serviço (1959), assinado entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande e a freira, não contempla outros professores e demais funcionários da instituição.

Sobre as demais informações contidas no Contrato de Locação de Serviço (1959), o documento determina que a Irmã Elvira Pedrelli deveria seguir o regulamento e as instruções da Diretoria de Educação do município de Campo Grande. Sublinha-se que a freira em questão era a então diretora da Escola São José no ano letivo de 1959, o que pressupõe que a escola, a partir da assinatura deste contrato, passa a seguir as instruções do órgão, o que pode levar a crer que ela passa a ter características de escola pública, devido a esta condição contratual.

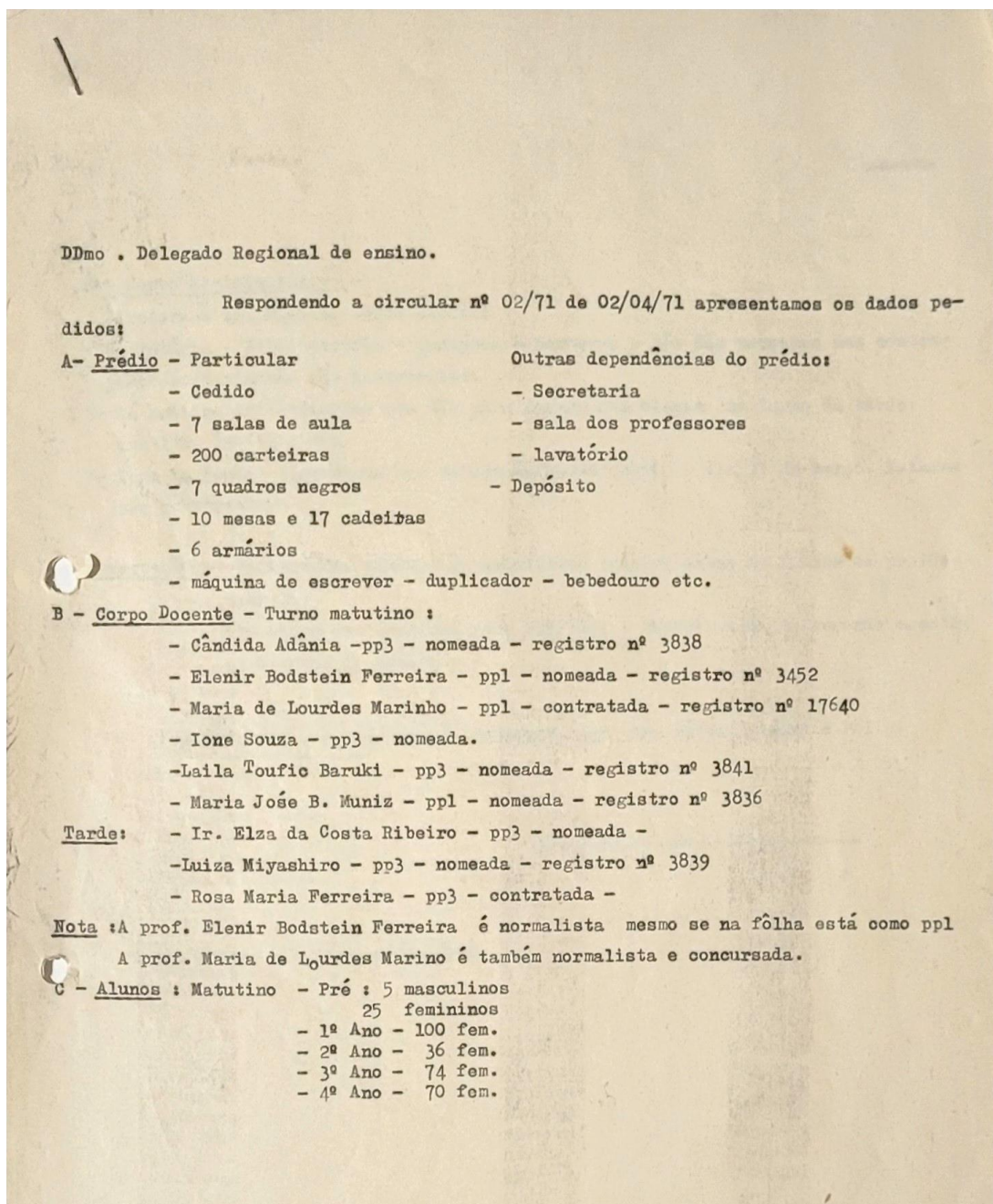
A última fonte utilizada em busca da construção dos quadros de professores, no recorte determinado pelo Capítulo III, é um documento emitido pela Escola São José em resposta à Delegacia Regional de Ensino, o documento é datado do ano de 1971, foi localizado no Acervo Antigo da Escola e foi nomeado pela presente pesquisa como Resposta a Circular (1971).

A análise da Resposta a Circular (1971) permitiu a identificação dos professores atuantes na escola no ano letivo de 1971, o documento relaciona os nomes de todos os professores da escola, sendo possível identificar por meio da sua leitura que os nomes

relacionados são todos femininos, indicando mais uma vez que o quadro de docentes da Escola São José também no ano letivo de 1971 era formado apenas por professoras.

Segundo a Resposta a Circular (1971), o vínculo empregatício entre as professoras da Escola São José e o Estado de Mato Grosso era realizado por meio de nomeação ou de contrato, esta informação já tinha sido contemplada anteriormente pelo Registro de Professores (1966) e volta a constar nas informações obtidas por meio da Resposta a Circular (1971) do ano letivo de 1971, o que confirma que os docentes da Escola São José eram pagos pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

**Figura 11:** Resposta a Circular (1971)



Observando o documento (Figura 11) é possível compreender que o quadro de docentes da escola no ano letivo de 1971 é todo feminino, formado por nove professoras distribuídas nos dois períodos da escola, sendo seis no período matutino e três no período vespertino. Quanto à formação religiosa das professoras, o documento informa que, das nove professoras descritas, apenas uma é declarada como freira.

O documento também contém uma importante informação quanto aos professores da instituição, informação que permite compreender mais uma vez a formação acadêmica das professoras que atuaram na Escola São José. O documento relaciona uma sigla à cada nome de professora, tal sigla se refere à classificação do professor quanto ao seu nível de escolaridade adotada pelo estado de Mato Grosso na época.

O livro *O ensino do Mato Grosso*, publicado no ano de 1972 pela Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, escrito pelo Professor Gilberto Luiz Alves, apresenta um quadro explicativo que contempla as categorias e as siglas relacionadas aos professores do Ensino Primário do Estado do Mato Grosso, praticado no ano de 1971. Este quadro relaciona as categorias dos professores e o símbolo correspondente à sua formação acadêmica em relação aos cursos realizados, destaca-se que esta classificação influenciava diretamente no valor do salário recebido pelo professor.

**Quadro 7** – Classificação da categoria dos Professores do Governo de Mato Grosso (1972)

CATEGORIA	SÍMBOLO	CURSOS REALIZADOS	DURAÇÃO
Professor Supervisor	PP4	1. Curso Normal – 2º ciclo 2. Curso de Supervisão	3 anos 1 ano
Professor Normalista	PP3	1. Curso Normal – 2º ciclo	3 anos
Professor Regente	PP2	1. Curso Normal – 1º ciclo ou 1. Curso Ginásial 2. Curso Regente – CTM	4 anos 4 anos 1 ano
Professor Leigo	PP1 c/ OP	1. Primário Incompleto 2. Curso de Treinamento ou 1. Primário Completo 2. Curso de Treinamento ou 1. Ginásio Incompleto 2. Curso de Treinamento	4 anos variável

		1	Primário Incompleto	4 anos
		2	Primário Completo	4 anos
			ou	
	PP1 s/ OP	1	Ginásio Incompleto	4 anos
		2	Ginásio Completo	4 anos
			ou	
		1	Colégio Incompleto	3 anos
		2	Colégio Completo	3 anos

Fonte: MATO GROSSO, 1972, p. 21.

Na compreensão dos cursos relacionados no quadro, quanto aos ciclos do Curso Normal, Saviani (2009, p. 146) explica:

O curso normal, em simetria com os demais cursos de nível secundário, foi dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao ciclo ginasial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos institutos de educação. (SAVIANI, 2009, p.146)

Observando as categorias elencadas no quadro e estabelecendo um comparativo com as categorias relacionadas às professoras da Escola São José descritas no documento, é possível compreender que, das nove docentes atuantes no ano de 1971, oito eram classificadas com a categoria PP3, o que representa que as profissionais possuíam Curso Normal (2º Ciclo), e somente uma professora era classificada como PP1, o que corresponde ao professor leigo. Segundo o livro *O ensino do Mato Grosso*, em referência ao perfil do professor leigo:

Considera-se leigo todo o não normalista, daí a necessidade de um esclarecimento. Como tal, os leigos distribuem-se, numa escala muito ampla, onde situam-se em pontos muito diferentes, segundo o grau de instrução. Entre os leigos encontramos desde o que nem terminou os quatros anos fundamentais até aqueles com o 2º ciclo completo, que não o Normal” (MATO GROSSO, 1972, p. 15-16).

É possível compreender, por meio da análise realizada do quadro com a classificação atribuída ao professor da Secretaria de Educação e Cultura e da Resposta a Circular (1971), que a formação acadêmica do corpo docente da escola era composta, em sua maioria, por nível de Curso Normal do 2º Ciclo, o que caracteriza que a escola possuía um corpo docente capacitado para exercer suas atividades na escola.

**Quadro 8:** Linha do tempo dos professores da Escola São José (1957-1971)

<b>LINHA DO TEMPOS COM AS CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA SÃO JOSÉ – 1957-1971</b>				
<b>ANO</b>				
<b>1957</b>	<b>1959</b>	<b>1957-1968</b>	<b>1966</b>	<b>1971</b>
- Início das atividades na Escola São José - Consta no registro somente a Irmã Elvira Pedrelli como professora	- Assinatura do Contrato de Locação entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Irmã Elvira Pedrelli	- Registro de 23 nomes distintos de professoras dentro do período cronológico. - Onze professoras são identificadas como freiras	- Registro do 1º corpo docente completo. - Total de oito professoras, três identificadas como freiras - Todas as professoras eram pagas pelo Estado do Mato Grosso - Formação: seis são normalistas e duas possuem o Curso Normal 1º Ciclo completo	- Registro de nove professoras, uma identificada como freira. - Formação: seis identificadas com curso Normal 2º ciclo e três como professoras leigas

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora.

O quadro acima apresenta o resumo das informações obtidas por meio do desenvolvimento da pesquisa em relação aos professores. Diante das informações apresentadas no presente tópico, foi possível identificar quatro características importantes quanto ao quadro do corpo docente da Escola São José no período cronológico estabelecido entre 1957 e 1971. A primeira característica é quanto à composição do corpo docente que era formado integralmente por mulheres desde o ano de fundação da escola, não sendo localizado neste período nenhum registro de professores do sexo masculino; a segunda é quanto à formação religiosa de algumas das professoras que aparecem identificadas como freiras nos documentos utilizados como fonte de pesquisa; a terceira é quanto ao vínculo empregatício do corpo docente

que, conforme consta nos registros a partir do ano de 1959, era realizado por meio de contratos assinados com órgãos públicos, inicialmente com a prefeitura de Campo Grande e posteriormente com o Estado de Mato Grosso; e, por fim, a quarta característica a se destacar é que a escola possuía um corpo docente capacitado.

Após a apresentação do perfil dos professores e em continuidade com o desenvolvimento da presente pesquisa cujo objetivo é construir a história da Escola São José, o próximo tópico busca identificar o perfil social dos alunos que frequentavam a instituição no período cronológico estabelecido (1957-1971), elencando as profissões dos pais por meio do trabalho declarado na efetivação da matrícula do aluno na instituição.

### **3.3 A construção do perfil social dos alunos por meio da profissão dos pais**

O tópico anterior expôs as duas principais motivações para a fundação da Escola São José, a primeira foi a falta de escolas na região, e a segunda, o fato de a população, que residia no entorno do Instituto Missionário São José, ser formada por famílias carentes que não tinham acesso à escola.

O presente tópico foi construído com a intencionalidade de conhecer o perfil social dos alunos que frequentaram a escola em seus primeiros anos de funcionamento. O perfil será construído por meio de um levantamento realizado em busca de identificar a profissão exercida pelos pais ou responsáveis dos alunos matriculados na escola. Segundo Roggenkamp (2020, p. 3), as “relações humanas que se articulam em torno da técnica, do trabalho e da propriedade, constituem a base econômica da sociedade”.

Para Petitat (1994, p. 37), “a educação e a escola não podem ser compreendidas fora do contexto das relações que mantêm com o restante da sociedade”, relações que podem ser compreendidas por meio de diversos fatores, pode-se elencar alguns, como sua “implantação no terreno, o seu entorno e a origem social da clientela escolar” (Buffa, 2001, p. 84).

A origem social da clientela escolar é uma categoria que possibilita a compreensão acerca da origem dos alunos, que se viabiliza a partir do trabalho executado pelo indivíduo, identificando assim a sua localização no espaço social. Petitat (1994, p. 84) questiona “em que proporções estas categorias sociais estão representadas nos colégios? Não dispomos de mais do que alguns poucos trabalhos sobre esta importante questão, os quais se referem a um número limitado de colégios”, pensando neste déficit de informação, a presente pesquisa, para construir o perfil social dos alunos que frequentavam a escola neste período inicial e compreender quais seriam estas proporções no objeto pesquisado, realizou o levantamento das

profissões declaradas pelos pais ou responsáveis pelos alunos registradas no Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar (1957-1963), buscando compreender a origem social dos alunos.

Foi utilizada como única fonte para este levantamento o Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar (1957-1963), o qual foi o primeiro caderno de registro de matrículas da escola a conter os registros de matrículas de todos os alunos, desde seu primeiro ano de funcionamento até o ano de 1963.

**Quadro 9:** Profissões declaradas pelos pais/responsáveis (1958-1962)

<b>REGISTRO DE PROFISSÕES DECLARADAS PELOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS – 1958 A 1962</b>					
<b>PROFISSÃO</b>	<b>1958</b>	<b>1959</b>	<b>1960</b>	<b>1961</b>	<b>1962</b>
Lavrador	30	40	43	42	38
Funcionário Público	15	7	4	3	1
Pedreiro	10	22	21	12	19
Comerciante	10	13	8	8	10
Agricultor	9	19	14	15	4
Diarista / Empregada Domestica	9	23	7	8	1
Carpinteiro	9	15	5	6	8
Motorista	6	18	19	18	20
Fazendeiro	6	12	5	9	7
Ferroviário	6	5	6	9	7
Carroceiro	6	12	4	7	8
Leiteiro	3	2	1	3	1
Militar	2	4	4	6	1
Pintor	1	2	2	4	2
Viajante	1	2	2	1	2
Do Lar	1	1	-	-	-
Boiadeiro	1	1	2	1	-
Alfaiate	1	2	3	-	-
Doceiro	-	1	1	1	1
Negociante	-	1	1	1	3
Mecânico	-	2	4	1	4
Sapateiro	-	2	5	5	1
Açougueiro	-	2	3	2	-
Serralheiro	-	1	1	-	-

**Fonte:** Caderno de Registro Escolar: Matrículas, Professores e Aparelhamento (1957) – Tabela organizada pela autora.

A primeira descoberta foi quanto ao quantitativo de profissões distintas que foram localizadas nos registros da fonte. No primeiro ano em que o levantamento foi realizado, o ano de 1958, foram identificadas 22 profissões diferentes e, no ano de 1959, 29 profissões distintas constavam no registro do referido caderno. Diante desta diversidade, para a organização do quadro, a pesquisa selecionou as profissões que apareceram com maior frequência no

levantamento realizado, apropriando-se de um total de 24 profissões de maior destaque nos cinco anos pesquisados.

Em relação ao quantitativo das profissões declaradas, a profissão que apresentou o maior número de registro foi a de lavrador, sendo a mais declarada também em todos os cinco anos relacionados no quadro. Deve-se destacar que algumas profissões possuem nomenclaturas semelhantes com a de lavrador, como agricultor e fazendeiro. Pode-se presumir que lavrador, provavelmente, se refere ao trabalhador rural, e agricultor e fazendeiro a proprietários rurais. As três profissões identificadas possuem vínculo com o trabalho na terra, contudo, não temos informações da real situação econômica dos responsáveis que declararam estas profissões, mas muito possivelmente estas distinções de nomenclatura expressam diferenças na situação econômica do declarante.

Outra informação identificada por meio da organização do quadro é quanto ao perfil de execução da profissão, as profissões são, em sua maioria, de perfil masculino, identificadas como sendo de perfil feminino apenas duas dentro do levantamento, a de diarista e a de empregada doméstica, no universo das 24 profissões distintas.

Um ponto de atenção, identificado pela análise das profissões elencadas no quadro, é quanto à formação necessária para exercer as profissões relacionadas. Com a análise, é possível compreender que, das profissões relacionadas, em sua maioria, para exercê-las, não se faz necessária uma formação específica, seja em nível de curso técnico, seja de curso superior, sendo que muitas delas podem ser aprendidas por meio da transmissão de conhecimento direto e da prática do ofício para serem exercidas.

Com isso, pode-se compreender que para exercer a maioria das profissões relacionadas no quadro não era necessário aos pais ou responsáveis um alto nível de escolaridade. Esta informação pode ser confirmada pela leitura do Caderno de Registro Escolar: Matrículas Professores e Aparelhamento Escolar (1957-1963), no campo “escolaridade dos pais”, a grande maioria se declara analfabeto ou com instrução primária.

No início deste tópico foi destacado que sua intencionalidade era a de compreender, por meio da identificação das profissões dos pais ou responsáveis, a origem e o perfil social dos alunos da Escola São José em seus primeiros anos de funcionamento, para isso, além de identificar as profissões exercidas e ter conhecimento quanto ao seu quantitativo, foi necessária uma análise em relação às profissões identificadas e relacionadas no quadro, com um olhar voltado para a identificação da classe social, como afirma Roggenkamp (2020, p. 4) “as classes sociais constituem-se de indivíduos que, em sua atuação de forma consciente ou não, expressam os interesses de seu grupo”.

Assim, podemos concluir que as profissões identificadas pelo levantamento são, em sua grande maioria, profissões cujas atividades são desenvolvidas no campo, como a de lavrador, agricultor e fazendeiro. Ademais, identificou-se profissões de prestação de serviços, como a de pedreiro e carpinteiro. Com essa caracterização, é possível compreender que os alunos que frequentavam a Escola São José, em seus cinco primeiros anos de funcionamento, eram, majoritariamente, provenientes de famílias da classe de trabalhadores, de acordo com o perfil das profissões exercidas por seus pais ou responsáveis declaradas na fonte pesquisada.

Após a apresentação do levantamento relacionado às profissões dos pais, o próximo tópico contempla a organização didática curricular inicial da Escola São José e a sua estrutura física, buscando identificar como a escola se organizou nestes dois segmentos dentro do recorte cronológico apresentado neste capítulo.

### **3.4 A organização didático-curricular e a estrutura física inicial da Escola São José**

A organização didática adotada por uma instituição está relacionada diretamente com as práticas pedagógicas desenvolvidas por ela e podem ser utilizadas como uma categoria de análise, com a intenção de compreender como os conteúdos eram organizados na instituição pesquisada e possíveis singularidades da escola em relação a elas. Como já mencionado anteriormente, a Escola São José foi fundada por uma instituição religiosa, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e, com isso, a escola possui características de uma instituição confessional, segundo Bittar (2010, p. 1), a escola confessional:

Caracteriza-se por seguir a “confissão” religiosa de uma determinada ordem religiosa ou congregação. Uma escola confessional pode ser católica, presbiteriana, evangélica, etc. Por ser “confessional”, esse tipo de escola professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas e em seu próprio marketing perante a sociedade. (BITTAR,2010,p.1)

O primeiro registro localizado no qual se faz referência à organização didática inicial adotada pela Escola São José está presente em um dos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968). Estes cadernos contemplam um período cronológico que tem início no ano de 1957 e se estende até 1968 e, apesar do período de registro dos cadernos contemplarem mais de uma década de informações da escola, somente um caderno possui registro quanto à organização didática da escola. O registro é do ano de 1962, é por meio dele que foi possível conhecer a composição da grade curricular da escola naquele ano. Segundo os Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), no ano letivo de 1962, a escola possuía sete turmas, ofertava os quatro

primeiros anos do primário para as meninas, distribuídos em cinco turmas, e os dois primeiros anos para os meninos em duas turmas.

**Quadro 10:** Grade Curricular Escola São José (1962)

<b>GRADE CURRICULAR ESCOLA SÃO JOSÉ - 1962</b>		
<b>1º Ano</b>	- Aritmética - Caligráfica - Canto	- Desenho - Português - Ensino Religioso
<b>2º, 3º e 4º Anos</b>	- Aritmética - Caligrafia - Canto - Ciências - Desenho	- Ensino Religioso - Geografia - História - Português

**Fonte:** Caderno de Registro de Frequência Diária (1957-1968) – Quadro organizado pela autora.

A grade curricular relacionada no quadro acima era a utilizada pela Escola São José no ano letivo de 1962, um ano após a publicação da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, lei que fixa as primeiras Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a primeira LDB do Brasil. Segundo Saviani (2001, p. 305), “promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei n. 4.024, nossa primeira LDB entrou em vigor em 1962, conforme estipulado em seu último artigo”.

No ano de 1962, além de entrar em vigor a primeira LDB do Brasil, o Governo do Estado de Mato Grosso aprovou o seu Programa de Ensino Primário por meio do Decreto n. 319 de 4 de maio de 1962, o documento foi o responsável por normatizar os Programas Escolares do Ensino Primário do estado de Mato Grosso.

O documento “Programas Escolares do Ensino Primário” (1962), publicado pelo estado de Mato Grosso, continha as disciplinas para cada ano do ensino primário, com as “ORIENTAÇÕES E METODOLOGIA GERAIS”, em que são traçadas as diretrizes básicas para o ensino de cada disciplina, e as “INSTRUÇÕES”, estabelecendo as obrigações e deveres de professores e alunos (Mato Grosso, 1962, p. 6).

**Quadro 11:** Grade Curricular do Programa de Ensino Primário (1962)

<b>PROGRAMA DE ENSINO PRIMÁRIO - 1962 /MT</b>		
<b>GRADE CURRICULAR</b>		
<b>1º Ano</b>	- Aritmética - Caligráfica - Canto - Ciências - Desenho - Educação Cívica Moral e Social	- Educação Física - Geografia - Higiene - História - Português - Trabalhos Manuais
<b>2º Ano</b>	- Aritmética e Geometria - Caligráfica - Cantos e Hinos - Ciências Naturais e Física - Desenho	- Educação Física - Geografia - Higiene - História - Português

	- Educação Cívica Moral e Social	- Trabalhos Manuais
<b>3º e 4º Anos</b>	- Aritmética e Geometria - Cantos e Hinos - Ciências Naturais e Física - Desenho - Educação Cívica Moral e Social - Educação Física	- Geografia - Higiene - História - Português - Trabalhos Manuais

**Fonte:** Programa de Ensino Primário MT (1962) – Quadro organizado pela autora.

Estabelecendo um comparativo entre a grade curricular do 1º ano, proposta pelo Programa de Ensino Primário de Mato Grosso de 1962, e a grade curricular registrada no Caderno de Frequência Diária (1957-1968) utilizada pela Escola São José no mesmo ano, percebe-se que a grade da Escola São José, em 1962, contém seis conteúdos, cinco dos doze propostos pelo Programa de Ensino Primário de Mato Grosso, e o ensino religioso. Destaca-se que disciplinas como geografia, história, ciências, educação moral e cívica, higiene, trabalhos manuais e educação física não aparecem no registro da grade do 1º ano da Escola São José.

Quanto aos 2º, 3º e 4º anos do ensino primário, o registro da escola apresenta a mesma grade curricular para todos os anos. Segundo os Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), a Escola São José ofertava nove matérias, sendo que o Programa de Ensino Primário de Mato Grosso designava doze disciplinas para o segundo ano e onze para os 3º e 4º anos. As disciplinas de educação moral e social, higiene, trabalhos manuais e educação física não aparecem no registro da escola em relação aos 2º, 3º e 4º anos do Primário. Ressalta-se que a disciplina de ensino religioso não consta no Programa de Ensino Primário do Mato Grosso, contudo aparece na grade escolar dos quatro anos do Primário da Escola São José.

Um segundo registro quanto à grade curricular adotada pela Escola São José foi localizado nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), mais especificamente nos registros em referência ao ano letivo de 1965, no entanto, o registro se refere apenas ao ensino Pré-Primário da escola. A turma do Pré-Primário da Escola São José aparece nos registros dos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), pela primeira vez, no ano letivo de 1964, como sendo uma turma feminina no período vespertino.

A turma do ano letivo de 1965 à qual o registro localizado (a grade curricular) se refere também era uma turma feminina, composta por trinta alunas, tendo como regente a professora Edite Pereira, as disciplinas ministradas nesta turma de Pré-Primário, conforme descreve os Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), eram: ensino religioso, linguagem, aritmética, caligrafia e desenho.

A informações contidas no Programa de Ensino Primário do Mato Grosso, do ano de 1962, não contemplam a grade curricular em referência ao Pré-Primário, o que impossibilita a

realização de um comparativo entre a grade curricular trabalhada na Escola São José com o que era o proposto pela normativa da época, entretanto, pode-se destacar a presença da disciplina de ensino religioso na grade que aparece como disciplina em todos os anos letivos ofertados, reforçando assim o caráter confessional da instituição.

Quanto à organização administrativa da escola e de seu espaço físico, nenhuma informação foi localizada nos cadernos, o documento mais antigo que torna possível o conhecimento destas informações é o do ano de 1962. O documento é um formulário intitulado como Estatística de Ensino Primário Geral (1962) que foi respondido pela escola e encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura.

Segundo a Estatística de Ensino Primário Geral (1962), a escola se identificava como particular, porém, informa que ofertava o ensino de forma gratuita e que ofertava somente o ensino primário e contava com um quadro de funcionários de doze pessoas, todas do sexo feminino, sendo sete professoras normalistas, uma pessoa que se dedicava exclusivamente à direção ou à secretaria da escola, não sendo especificado em qual setor esta pessoa exercia sua função e as demais quatro funcionárias não tiveram sua função detalhada.

Quanto à estrutura física, a Estatística de Ensino Primário Geral (1962) informa que o prédio é de caráter particular e próprio, pertencente ao IMSJ, foi construído especialmente para fins escolares, com paredes de cimento amado, cobertura de telhas de barro, iluminação elétrica, instalações sanitárias higiênicas, não dispoñdo de água encanada, sendo abastecido por meio de um poço artesiano. Declara que as instalações da escola contavam com quinze salas no prédio, destas, dez eram utilizadas para o ensino e dispunha também de uma área de recreio e uma para práticas desportivas dos alunos.

Nossas escolas defrontam-se com necessidades básicas. Com muitas dificuldades suprem-se de giz, apagadores, lápis, assim como material de secretaria – máquinas de escrever, arquivos e impressos. Uma sala de aula, via de regra, conta somente com quadro-negro, escrivaninha para o professor e carteiras para os alunos. Segundo levantamento do Departamento de Patrimônio há um déficit de 12.000 carteiras escolares na rede estadual de ensino, e 28000 na rede municipal em todo Estado (MATO GROSSO, v. 5.1, 1972, p. 27).

O cenário descrito nas escolas da Rede Estadual de Ensino é diferente do que descreve a estrutura da escola, conforme a Estatística de Ensino Primário Geral (1962) respondida pela Escola São José em seu Item III. Em relação à estrutura física da Escola São José, a Estatística contempla informações quanto ao Aparelhamento Escolar da instituição, relacionando quais eram os equipamentos que a escola possuía em sua estrutura e as atividades extras desenvolvidas no ano.

Quanto às informações sobre a estrutura, a escola declarou que possuía uma biblioteca com trezentos volumes e um auditório; quanto aos equipamentos, descreveu que possuía um aparelho de projeção cinematográfica e um receptor de rádio, equipamentos considerados modernos para uma escola da época em referência ao uso destes equipamentos pela comunidade escolar não foi localizada nenhuma informação dentro do desenvolvimento da pesquisa. Algumas atividades extras também aparecem registradas no formulário da Estatística de Ensino Primário Geral (1962) como as aulas de trabalhos manuais e de educação física.

O ano letivo da Estatística de Ensino Primário Geral (1962) da Escola São José corresponde ao mesmo ano letivo analisado em referência à grade curricular apresentada no início do presente tópico. Retomando as informações dos conteúdos relacionados na grade curricular, localizadas no Caderno de Frequência Diária, trabalhada na Escola, não consta no registro as aulas de educação física e de trabalhos manuais que correspondam à grade curricular trabalhada na escola, contudo, a grade curricular dos Programas Escolares do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso apresenta estas disciplinas como obrigatórias.

Com a leitura e a análise dos dados registrados na Estatística de Ensino Primário Geral (1962), foi possível identificar que a escola ofertava estes dois conteúdos: trabalhos manuais e educação física, contudo, não constavam registrados nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968).

Com esta nova informação, localizada na Estatística de Ensino Primário Geral (1962), é possível compreender que a grade curricular ofertada pela Escola São José, no ano letivo de 1962, era mais completa do que a registrada nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), sendo que para o 1º ano do Primário a escola deixou de ofertar, em sua grade, segundo o levantamento realizado, as disciplinas de geografia, história, ciências, educação moral e cívica e higiene e para os 2º, 3º e 4º do Primário higiene e educação moral e social. Vale destacar que não foi localizada nenhuma informação em relação ao motivo desta pendência de oferta de disciplinas na grade curricular da Escola São José.

Em relação ao horário de funcionamento da escola, a Estatística de Ensino Primário Geral (1962) informa que as atividades da instituição eram organizadas em dois turnos, o matutino com o início das aulas às 7h30 até 10h30, e o período vespertino com início às 12h30 até 16h15. O documento também declara que a escola fornecia merenda para os alunos e registra um total de dez turmas distribuídas nos dois períodos.

O documento representado pela Figura 11 do presente tópico é uma resposta da Escola São José a uma circular encaminhada pela Delegacia Regional de Ensino, que foi nomeado como Resposta a Circular (1971) pela presente pesquisa, o documento contém informações que

correspondem à estrutura da escola do ano de 1971. A leitura da Resposta a Circular (1971) permite a compreensão quanto à organização do espaço da escola no ano de 1971, quase uma década depois do primeiro registro utilizado no início do presente tópico, a Estatística de Ensino Primário Geral (1962).

No que concerne à estrutura física da escola, a Resposta a Circular (1971) declara que a escola neste ano contava com sete salas de aula, secretaria, sala dos professores, lavatório e depósito, oferta turmas do pré ao quarto ano do ensino primário para um total de 310 alunos que são em sua maioria meninas como consta registrado.

O presente tópico abordou como prioridade a apresentação da organização curricular da Escola São José e a sua estrutura física inicial. Pode-se destacar que, em relação à grade curricular, foi possível ter conhecimento somente de uma grade curricular, à qual se refere o presente capítulo, no recorte cronológico de 1957 a 1971, a grade curricular localizada e analisada foi a do ano de 1962.

Foi possível perceber, com as informações localizadas nos Cadernos de Frequência Diária (1957-1968), que a grade curricular do ano de 1962, ofertada para o 1º ano do Primário, não trabalhava cinco disciplinas e, para os 2º, 3º e 4º anos do Primário, apenas duas. Com isso, pode-se afirmar que a escola não atendia à grade curricular solicitada pelos Programas Escolares do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso, deixando de ofertar alguns conteúdos, contudo, destaca-se a presença do ensino religioso, que aparece na grade curricular de todos os anos, reforçando assim o caráter confessional da escola.

Já a estrutura física da escola era aparentemente adequada às necessidades escolares desde o primeiro registro localizado que se refere ao ano de 1962, contendo ambientes necessários para o bom funcionamento de uma escola, disponibilizando, além das salas de aula para seus alunos, outras dependências educacionais como uma biblioteca e um auditório.

Contemplando, de forma geral, as informações que foram apresentadas no desenvolvimento do presente capítulo, dentro dos quatro tópicos desenvolvidos, é possível compreender que a Escola São José, no que se refere a este primeiro recorte pesquisado que tem início em 1957 e se estende até 1971, manteve a oferta de suas atividades regularmente, ofertando os dois primeiros anos do Ensino Primário para os meninos e os quatro anos e o Pré do Ensino Primário para as meninas. Com essa configuração de oferta educacional, a escola atendia a um público quase que em sua totalidade feminino.

Em relação ao quadro de funcionários deste recorte, destaca-se, mais uma vez, a hegemonia feminina em todos os segmentos, o quadro de professores era integralmente feminino e as professoras da escola eram pagas por meio de convênio, inicialmente assinado

com a Prefeitura do município de Campo Grande e, posteriormente, com o Governo do Estado de Mato Grosso.

Portanto, durante este primeiro período pesquisado, a escola mantém características confessionais que foram identificadas por meio da oferta da disciplina de ensino religioso em todos os anos letivos e em todas as suas turmas, e também por meio das celebrações de datas comemorativas do calendário católico, no desenvolvimento das suas atividades ao longo do ano letivo. Quanto ao público atendido, como já mencionado, era, em sua maioria, composto por meninas e, diante do levantamento realizado em relação às profissões declaradas por seus pais ou responsáveis na efetivação da matrícula, pode-se concluir que são meninas com um perfil social proveniente de famílias da classe de trabalhadores rurais ou prestadores de serviço.

#### **IV. A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ: 1972 A 1975**

Este capítulo contempla a história da Escola São José em quatro anos letivos, tendo início em 1972 e se estendendo até 1975. É composto por cinco tópicos que abrangem o desenvolvimento da escola no período cronológico delimitado: o primeiro tópico apresenta a nova oferta educacional da Escola São José a partir do ano letivo de 1972; o segundo tópico contempla a análise do corpo docente da escola no período cronológico estudado; o terceiro tópico apresenta o levantamento das profissões declaradas pelos pais na efetivação da matrícula visando identificar se ocorreu alguma alteração em relação à classe social dos alunos atendidos pela escola por meio do público escolar nos quatro anos analisados; o quarto tópico contempla o processo de regulamentação da escola por meio dos documentos localizados nos acervos; e, por fim, o quinto tópico apresenta a organização didática adotada pela escola após sua regulamentação quando ela passa a ser estadual.

##### **4.1 O contexto da nova organização da Escola São José a partir do ano de 1972**

O cenário educacional do Brasil no início da década de 1970 passou por uma nova mudança em decorrência da publicação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, responsável por fixar as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus no país.

Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a 5692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por nove membros, indicados pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Entre as principais determinações da 5692/71, destaca-se a extensão da obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos, unificando os antigos ensinos primário e ginásial, criando, assim o ensino de 1º e 2º graus. O seu Art. 1º, §1º, tem a seguinte redação: “Para efeito do que dispõem os Art. 176 e 178 da Constituição entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau” (ADIMARI, 2005, p. 63-64).

A ampliação da obrigatoriedade do ensino e a unificação do antigo ensino primário com o ginásial, ocorrida por meio da Lei 5.692/71, trouxeram mudanças para o cenário educacional do Brasil.

Quer-nos parecer que para a primeira, a reformulação do ensino de 1º grau era mais importante e atendia melhor aos interesses da retomada da expansão econômica iminente, do que a reformulação do ensino de 2º grau. Essa expansão num país dependente como o Brasil, exigia um aumento do nível geral de escolaridade do trabalhador, mas por sua vez esse aumento teria de ser concedido, de forma compatível com a posição periférica de nossa economia: a industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o

indivíduo ser introduzido na manipulação de técnicas de produção e aumentar a produtividade, sem, contudo, ter sobre o processo nenhum controle, nem mesmo qualquer possibilidade de exigências salariais que um nível mais elevado de escolarização e qualificação acabaria por suscitar. Enfim, era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão-de-obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e ao mesmo tempo, barata (ROMANELLI, 1986, p. 234).

Com a publicação da Lei 5.692/71, a educação no estado de Mato Grosso também sofreu mudanças, para nortear estas mudanças, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso elaborou uma coleção de livros com um total de sete volumes que “tem por fim divulgar, amplamente, no meio educacional mato-grossense a lei que presidirá a expansão e atualização do ensino de 1º e 2º graus, ajustada às novas características do desenvolvimento nacional” (Mato Grosso, v. 1, 1972, p. 7).

O ensino de 1º grau visa “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elementos de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”, destinando-se, em especial, “a formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimentos dos alunos”, abrangendo uma duração de oito anos de escolaridades (7 a 14 anos) (MATO GROSSO, v. 5.3, 1972, p. 10).

Entre os livros produzidos pelo estado de Mato Grosso, o volume 5.1 desta coleção é intitulado como “O ensino em Mato Grosso” e apresenta o diagnóstico da rede escolar de Mato Grosso no ano de 1971 em diversos aspectos e, em relação ao cenário educacional do Estado de Mato Grosso na época, o livro destaca:

Na zona urbana a escola tem tido por função formar quadros para suprir a máquina administrativa da sociedade, assim como iniciar as classes dirigentes. Nas cidades, as redes de ensino contam com algumas unidades escolares de alto padrão. Mesmo aí, entretanto a maioria dos prédios apresentam-se em precárias condições físicas (MATO GROSSO, v. 5, 1972, p. 8).

O diagnóstico apresentado no livro informa que “a rede de ensino Primário em Mato Grosso compôs-se de 2.872 unidades escolares em 1970, para atender a uma matrícula de 193.154 crianças” (Mato Grosso, v. 5, 1972, p. 9) e “em idade escolar nas faixas etárias de 7 a 14 anos, havia 438.376 e que destas 193.718 estavam sendo atendidas, não sendo atendidas um número total de 244.358 crianças gerando com isso um déficit que atingia o índice de 55,9%” (Mato Grosso, v. 5, 1972, p. 9).

Diante das informações apresentadas no diagnóstico retratado acima, é possível compreender que o cenário educacional do estado de Mato Grosso no ano de 1971 necessitava de uma significativa ampliação e melhoria em sua estrutura para suprir o déficit apresentado.

Neste cenário de mudanças e necessidade de ampliação na educação do estado de Mato Grosso, a Escola São José, em 1972, passou por algumas transformações que foram identificadas por meio dos dados da Estatística Escolar (1972) que contempla informações que permitem compreender quais mudanças ocorreram na instituição neste ano.

A Escola São José, desde sua fundação em 1957 até o ano de 1971, ofertava os quatro anos iniciais do Primário e o Pré, conforme foi apresentado no capítulo anterior da presente pesquisa. Segundo a Estatística Escolar (1972), ocorre uma mudança em sua oferta educacional, como consta no documento, a oferta da escola sofre uma ampliação passando a ofertar as turmas do 1º ao 8º ano do 1º Grau. Vale destacar que, com a publicação da Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, o Ensino Primário foi extinto, passando a se chamar 1º Grau.

**Figura 12:** Estatística da Escola São José (1972)

DADOS PARA CÁLCULO DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE

MUNICÍPIO: Campe-Grande DRE: 02 Campe-Grande  
 ESTABELECIMENTO: Gr. Escola Inst. M. São José ANO: 1972

SÉRIE ANO	I GRAU								II GRAU		
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3
1967	90	64	26	45							
1968	66	38	34	53							
1969	79	42	42	77							
1970	70	54	51	50							
1971	100	36	74	70							
1972	84	80	80	86	142	48	37	39			

Sr. Odete Nascimento  
 Responsável p/ Preenchimento  
 Data 18 / 10 / 1972

Visto do Delegado  
 Data \_\_\_ / \_\_\_ / 1972

Ficha nº 4

**Fonte:** Acervo Antigo – Imagem produzida pela autora.

As informações contidas na figura acima contemplam o número de alunos atendidos, tendo início no ano letivo de 1967 e se estendendo até o ano letivo de 1972, divididos por ano

e turma, em que se pode observar que, de 1967 a 1971, a Escola São José ofertava apenas os quatro primeiros anos do Ensino Primário.

**Tabela 2:** Quantitativo de Alunos Atendidos (1967-1972)

<b>Ano</b>	<b>Total de alunos atendidos na escola por ano</b>
1967	255
1968	191
1969	240
1970	225
1971	280
1972	596

**Fonte:** Estatística do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Educação e Cultura – Escola São José (1972) – Ficha de número 4 – Tabela produzida pela autora.

A tabela 2 foi elaborada com a intencionalidade de apresentar o total de alunos atendidos pela Escola São José em cada ano letivo relacionado na Figura 14. Com a construção do quadro, pode-se compreender o total de alunos atendidos pela Escola São José, sendo possível identificar que ocorreu um aumento significativo no número de alunos atendidos no ano letivo de 1972, se comparado com o ano anterior (1971), é possível compreender que a Escola São José passou seu atendimento de 280 alunos, no ano letivo de 1971, para 596 alunos no ano letivo de 1972, o que caracteriza um aumento de 316 alunos de um ano para o outro. Cabe destacar que nos anos anteriores elencados no quadro, que corresponde respectivamente aos anos letivos de 1967, 1968, 1969, 1970 e 1971, ocorreu uma linearidade no número de alunos atendidos, podendo-se com isso afirmar que o aumento no número de alunos sofrido foi em decorrência da ampliação da oferta educacional da Escola São José que passou a atender, em 1972, aos oitos anos do ensino de 1º Grau.

Devido à ampliação da oferta das turmas na Escola São José, a presente pesquisa sentiu a necessidade de compreender como se estabeleceu a nova organização da oferta das classes escolares da instituição. Para que isso ocorresse, foram utilizadas as informações contidas no Caderno de Ponto dos Professores do ano letivo de 1972.

Segundo o Caderno de Ponto dos Professores (1972), a escola ofertava, em seu período matutino, o Pré e o Primário e as turmas do 1º ao 4º Ano do 1º Grau e, no período vespertino, a escola registra, no referido caderno, salas de 1º ano, 2º ano, 3º ano e duas turmas de 5º ano do 1º Grau. Ressalta-se que, no ano letivo de 1972, aparece pela primeira vez o registro de atividades no período noturno da escola com turmas de 1º, 2º, 3º e 4º ano.

O/A estudante noturno apresenta características distintivas em relação aos alunos/as dos demais turnos. Destacam-se, nesse contexto, a trajetória escolar de cada indivíduo e a subdivisão das atividades desenvolvidas pelos estudantes, que podem ter a escola

como prioritária, e quanto a isso nos referimos aos/as alunos/as que conseguem apenas estudar e àqueles que precisam conciliar trabalho e aprendizagem escolar (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2021, p. 248, *apud* SOUSA; OLIVEIRA, 2008).

Percebe-se que alguns registros localizados nem sempre são como se identifica em sua primeira leitura, às vezes são necessárias várias interpretações ou até mesmo, em alguns casos, outras fontes para a complementação e o entendimento das informações coletadas. Foi o que ocorreu com a análise do registro do Caderno de Ponto dos Professores (1972), a fonte utilizada para a pesquisa da organização das salas da Escola São José apresenta a distribuição das turmas da escola por período, sendo identificado, neste documento, o primeiro registro do atendimento no período noturno na Escola São José, contudo, no noturno, as turmas registradas estão descritas como 1º, 2º, 3º e 4º anos como mostra a Figura 13 a seguir.

**Figura 13:** Caderno de Ponto dos Professores – Escola Estadual São José (1972)

1972		Março
Materias	Classes	Dia 1º - 4ª feira
<b>Turno Matutino</b>		
	1º ano	<del>Benedita de Carvalho</del>
	2º ano	Luiza Vasco Miyashiro
	3º ano	Maria Jose Barreto Nunes
	4º ano	L. Lelia Barros Rodrigues
<b>Turno Vespertino</b>		
	1º ano	Paulinda Adania
	2º ano	Elizangela
	3º ano	Lidia S. Paqueta
Português	5º ano A	Ana Clara Brandão Verão
Português	5º ano B	Karina Sales Rocha
Ed. M. C.	5º ano A-B	Ana Clara B. Verão
Geograf	5º ano A-B	Karina Sales Rocha
<b>Turno Noturno</b>		
Português	1ª 2ª 3ª 4ª	Ana F. M. Amâncio
Matemat	1ª 3ª 4ª	Maria Rosa de Jesus
História	1ª 2ª 3ª 4ª	Janayra Camello
Geografia	1ª 2ª 3ª	Alcides Maria Pizoti
Ed. T. S.	3ª	Olga Maria Juncaltes
Ciências	1ª 2ª 4ª	Olga Maria Juncaltes
Form. C.	2ª	
	4º ano	Fernim Fernandes
	continua	J. Ely Zanetti
	continua	Doracy G. Abreu
	aux adm.	L. Odete Mascarenhas
	aux adm.	L. Elide Sato Jansen

Fonte: Acervo Antigo – Foto produzida pela autora.

Em uma primeira leitura do registro do Caderno de Ponto dos Professores (1972), a percepção que se teve com a coleta de informações foi a de que as turmas registradas no período noturno correspondiam aos quatro primeiros anos do 1º Grau, o que gerou uma lacuna quanto aos registros das salas em relação às turmas dos anos finais do 1º Grau que começaram a ser ofertadas no ano letivo de 1972, conforme foi localizado na Estatística Escolar (1972), contudo, analisando os registros do Caderno de Exames Finais (1972) foi possível compreender que estes quatro anos ofertados no período noturno correspondiam respectivamente aos 5º, 6º, 7º e 8º anos do 1º Grau.

Com as informações apresentadas no desenvolvimento deste tópico, é possível compreender que a organização da oferta da Escola São José em relação ao ano letivo de 1972 sofreu três importantes transformações. A primeira foi a ampliação em relação à oferta da Escola São José neste ano, que passou a ofertar todos os oito anos correspondentes ao 1º Grau, sendo que anteriormente a escola ofertava apenas os quatro primeiros anos do Primário e o Pré.

A segunda mudança que ocorreu foi em decorrência da ampliação do número de turmas, sendo que esta ampliação gerou um aumento significativo de alunos atendidos pela Escola São José que passa a atender, no ano letivo de 1972, a 316 alunos a mais do que no ano de 1971 e, para concluir as mudanças que ocorreram no ano letivo de 1972 apresentadas no presente tópico, a terceira mudança identificada foi em relação à ampliação na oferta do período, sendo identificado pela primeira vez o atendimento no período noturno.

Em decorrência das mudanças ocorridas na Escola São José que ocasionaram a ampliação do seu atendimento escolar, o próximo tópico contempla o perfil do corpo docente da Escola São José a partir do ano letivo de 1972, visando identificar se ocorreram mudanças no perfil inicial do corpo docente da instituição apresentado anteriormente e como as alterações na organização da escola podem ter refletido no corpo docente da instituição.

#### **4.2 O perfil do corpo docente da Escola São José a partir de 1972**

O presente tópico tem a intencionalidade de construir o perfil do corpo docente da Escola, no recorte cronológico estabelecido pelo Capítulo IV que tem início no ano de 1972 e se estende até o ano de 1975, buscando identificar se ocorreram mudanças no corpo docente da Escola São José, estabelecendo um comparativo com o corpo docente inicial retratado por meio do capítulo anterior e das mudanças identificadas na nova organização da Escola São José apresentadas no presente capítulo.

A primeira mudança localizada no corpo docente da escola no recorte cronológico do presente capítulo foi em relação à sua composição. Inicialmente, o corpo docente da Escola São José era formado apenas por professoras, como apresentado no capítulo III da presente pesquisa, a leitura do Caderno de Ponto dos Professores (1972) possibilitou, pela primeira vez, a identificação do registro de um professor do sexo masculino no corpo docente da escola.

O nome do professor registrado no Caderno de Ponto dos Professores (1972) era o do professor Mário N. Nobori que atuava no período noturno da escola, ministrando aulas de matemática para as turmas de 5º, 7º e 8º anos do 1º Grau; a folha em que consta o registro do nome do professor está representada pela Figura 13 do tópico anterior do presente capítulo.

O cruzamento de informações por meio de diversas fontes foi uma prática que se fez necessária dentro do desenvolvimento da presente pesquisa para a construção deste tópico, tal prática se tornou bem recorrente tendo em vista que as fontes localizadas para a sua construção foram os Livros Pontos e documentos localizados no Acervo Antigo da escola.

Entre os documentos localizados no Acervo Antigo da escola, um registro apresenta a relação nominal completa do quadro de funcionários da escola e contempla os setores administrativos e a relação dos professores dos três períodos de atuação da escola, sendo este denominado pela presente pesquisa como Registro dos Funcionários (1972).

O Registro dos Funcionários (1972) não possui data de registro, o que dificultou a compreensão em referência a qual ano letivo as informações contidas no documento estavam relacionadas. Devido a isso, fez-se necessária uma análise comparativa com outras fontes para a identificação do ano letivo ao qual o documento localizado estava relacionado.

Figura 14: Relação do Quadro de Funcionários da Escola – 1972 – p. 1

INSTITUTO MISSIONÁRIO "SÃO JOSÉ"	
DIRETOR	Ir. Darcy Dantas de Almeida
Secretária-	Ir. Mariluce Morineu -N-
AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	
1-	Ir. Odete Nascimento -C-PP3-
2-	Ir. Cleide Palo Janeiro -C-
SERVENTES:	
1-	Fermin Fernandes -N-
2-	Ir. Elza Zanetti -N-
3-	<del>Maria Vanézia de Castro Lemos -N-RV</del>
MATUTINO	
Pré :	Rita Lúcia Honório -N-PP3-
1º :	Isaura Maria de Oliveira -N-PP3-
2º :	Luíza Yaiko Myashiro -N-PP3-
3º :	Maria José B. Minis -N-PP3-
4º :	Ir. Zélia B. Rodrigues -C-PP3-
Ed. Fís.	Iraci C. Borges -C-
VESPERTINO	
1º :	Cândida Adânia -N-PP3-
2º :	Leôncia Chimenes Nicodemos -N-PP3-
3º :	Lenice Figueiredo Neto -N-PP3-
5º :	Tereza de Jesus Lopes -N-PP3-
5º :	Ana Clara B. Verão -N-PP3-
	: Maria da Conceição S. Rocha -C-PP3-
Ed. Fís	Maísa Odete P. Caldas -C-PP3-
Obs: Elenir Bodstein está em licença e ocupa, seu lugar: Rita L. Honório	

Fonte: Acervo Antigo da Escola São José – Imagem produzida pela autora.

Figura 15: Relação do Quadro de Funcionários da Escola – 1972 – p. 2

INSTITUTO MISSIONÁRIO "SÃO JOSÉ"		
NOTURNO		
Port:	Ir. M. Amância Pardo	20A -C-
Mat :	Mário N. <del>de</del> Nobori	16A -C-
Hist:	Nancy Alves Gomes	8A -C-
Geog:	Alcione M. Peixoto	6A -C-
EMC :	Nancy Alves Gomes	8A -C-
Ciê:n:	José Oscar de Souza	6A -C-
Ing :	Clélia Santana Botelho	8A -C-
OSPB:	Alcione M. Peixoto	2A
	: José Oscar de Souza	2A
Form. Cristã:	Ir. Cleide P. Janeiro	4A -C- PP3-
4º :	Olinda Souza Godoy	-C-PP3

Fonte: Acervo Antigo da Escola São José – Imagem produzida pela autora.

A identificação do ano letivo ao qual o documento se refere foi possível após o comparativo dos nomes registrados no documento ser realizado com os Livros Pontos localizados no acervo da escola. A metodologia usada para localizar o Livro Ponto correto foi realizada por meio da comparação dos nomes listados no Registro dos Funcionários (1972) com os quatro Livros Pontos correspondentes ao recorte cronológico pesquisado, tendo em vista que o recorte do presente capítulo se inicia no ano letivo de 1972 e se estende até o ano letivo de 1975.

O comparativo realizado teve seu início com o objetivo de identificar se o documento fazia parte do recorte estabelecido neste capítulo (1972-1975), para isso, uma informação contida no Registro dos Funcionários (1972) ajudou nesta primeira identificação, o documento traz registrado como diretora da Escola o nome de Irmã Darcy Dantas de Oliveira.

A informação que se tem da história da escola descrita por meio do seu PPP do ano de 2012 é a de que esta freira foi diretora da escola entre os anos de 1972 a 1976, o que já possibilitou afirmar que o documento faz parte do recorte cronológico estudado no presente capítulo, contudo, para confirmar o que consta no registro foi necessário realizar um comparativo entre os nomes do documento e o registro do Livro Ponto dos anos letivos de 1972 a 1975. Com esta análise comparativa, foi possível, por meio dos nomes registrados nos Livros Pontos, identificar que os professores relacionados no documento faziam parte do quadro de professores do ano letivo de 1972.

Na leitura realizada no Caderno de Ponto dos Professores (1972), foi possível identificar apenas um nome como sendo masculino, entretanto, o documento apresentado na figura 15 permitiu a compreensão de que, na realidade, são dois professores do sexo masculino que atuaram na escola no ano letivo de 1972. Cabe destacar que os registros do Caderno de Ponto dos Professores (1972), utilizado como fonte de pesquisa, eram realizados a mão por meio da escrita do nome do professor por extenso ou por sua assinatura, diante desta informação, admite-se que possivelmente esse fator pode ter sido responsável pela não identificação do segundo professor na leitura realizada no Caderno de Ponto dos Professores (1972).

O documento representado pela figura do Registro dos Funcionários (1972), além de proporcionar a identificação do corpo docente completo da Escola, possibilitou identificar no ano letivo de 1972 outra característica importante do corpo docente, sendo esta em relação à formação religiosa dos professores.

Segundo o Registro dos Funcionários (1972), apenas três professoras eram identificadas como freiras do total de 21 professores que compunham o corpo docente naquele ano, esse

número representa um percentual de menos de 15% do corpo docente da escola identificados com formação religiosa.

O livro *O ensino em Mato Grosso* (1972), em relação à formação do corpo docente do estado de Mato Grosso, afirma que, no ano de 1970, o número de professores em exercício era de 7.200 professores, atendendo a 193.154 alunos matriculados no Ensino Primário, deste total, 5.190 professores atendiam à zona urbana do estado, sendo que do total de professores que atendiam à zona urbana, 3.427 eram leigos (PP1).

Duas agências de treinamento têm procurado suprir a formação deste pessoal, através de cursos periódicos. São elas o Serviço de Supervisão do Estado do Mato Grosso e o Centro de Treinamento do Magistério com sede em Cuiabá. Segundo dados do Serviço de Supervisão de 1967 até 1970, 2709 leigos passaram pelas diversas modalidades de cursos de treinamento. Por outro lado, o Centro de Treinamento do Magistério, através de 7 cursos treinou 597 leigos (MATO GROSSO, 1972, p. 16).

Quanto à formação acadêmica dos professores, de acordo com as informações descritas no documento Registro dos Funcionários (1972), o corpo docente da Escola São José era formado quase em sua totalidade por professores da categoria PP3 que corresponde à categoria de Professores Normalistas, ou seja, que possuíam o Curso Normal (2º Ciclo), o que caracteriza uma boa formação do corpo docente.

O normal, por sua vez, se dividiu em dois níveis e previa dois tipos de professores: o curso de primeiro ciclo, que tinha duração de quatro anos, destinava-se à formação de regentes do ensino primário (escolas normais regionais) e correspondia ao ginásio (nível de ensino após o primário); e o curso de segundo ciclo, com extensão de três anos e voltado à formação do professor primário (escolas normais). Era pré-requisito para o ingresso no segundo ciclo a conclusão do primeiro ciclo ou do curso ginásial (VEIGA, 2007, p. 283).

Ainda em relação às mudanças ocorridas no corpo docente da Escola São José no recorte cronológico estabelecido, uma terceira fonte localizada possibilita o conhecimento das características do corpo docente no último ano do recorte adotado pelo presente capítulo, o ano letivo de 1975, esta fonte foi identificada como Relação n. 145/75 (1975).

**Figura 16:** Relação de professores aptos a lecionar na Escola Estadual São José no ano letivo de 1975 – p. 1

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
DIVISÃO DE INSPEÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENSINO

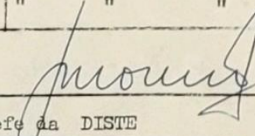
RELAÇÃO Nº.....145/75.....

A Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Autoriza os professores abaixo indicados a lecionar no corrente' ano letivo de 1975 na ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU SÃO JOSÉ da cidade.....CAMPO GRANDE.....DREC.....CAMPO GRANDE.....

Aut. Nº	Nome do Professor	Disciplina	Grau	Habilitação Legal
Ir. 218	Darcy Dantas de Almeida	Diretora A	1º	Pedagogia
179	Maria Conceição Figueiredo	Vice-Diretora A	1º	Normal
1402	Irma Gomes de Albuquerque	Secretária A	1º	Normal
1403	Maria José Barreto Muniz	Nível I a IV P	1º	Normal
1404	Teresa de Jesus Lopes	Português P	1º	Letras ~
1405	Ana Clara Brandão Verão	Português P	1º	Letras (cursando)
1406	Clayse Chaves	Geografia P	1º	Geografia (cursando)
1407	" "	História P	1º	Geografia (cursando)
1408	" "	Educ.M. Cívica	1º	Geografia (cursando)
1409	Sofia Fenelon Marinho	Educ.M. Cívica	1º	Pedagogia
1410	" " "	O S P B	1º	Pedagogia
1411	Francisco dos S. Araújo	Educ.M. Cívica	1º	Comunicações Sociais
1412	" " "	História	1º	" "
1413	" " "	O S P B	1º	" "
1414	Amália Ap. Matos Inada	Matemática	1º	Matemática (cursando)
1415	" " "	Desenho	1º	"
1416	" " "	Ciências	1º	"
1417	Tone Simiole da Silva	Português	1º	Letras
1417	" " "	Educ. Artística	1º	Letras

Cuiabá, 12 de agosto de 1975.....

  
 Chefe da DISTE  
 Profª. Gislaene Moreno  
 Chefe Div. Ins. - Serv. Tec. Ensino

Fonte: Imagem produzida pela autora.

Figura 17: Relação de professores aptos a lecionar na Escola Estadual São José no ano letivo de 1975 – p. 2

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
DIVISÃO DE INSPEÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENSINO

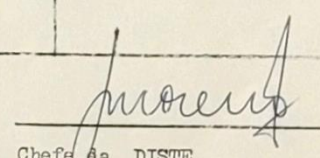
RELAÇÃO Nº...Contº 145/75.....

A Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Autoriza os professores abaixo indicados a lecionar no corrente ano letivo de 1975 na ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU SÃO JOSÉ da cidade.....CAMPO GRANDE.....DREC.....

Aut. Nº	Nome do Professor	Disciplina	Grau	Habilitação Legal
1418	Ir. Maria José de Assis	Inglês	1º	Normal
1419	Maria da Conceição Rodrigues	Geografia	1º	Geografia (cursando)
1420	Josefina Bezerra Xavier	História	1º	Direito
1421	" " "	O S B B	1º	"
1422	" " "	Educ.M.Cívica	1º	"
1423	Maria José Paz Corrêes	Matemática	1º	Ciências exatas (cursando)
1424	Maíra Odete Pereira Caldas	Educ.Física	1º	Educ.Física
1425	Eugenio de Camargo Dias	Educ.Física	1º	Educação Física (cursando)

Cuiabá, 12 de agosto de 1975.....

  
 Chefe da DISTE  
 Profª. Gislaine Moreno  
 Chefe Div. Ins. Serv. Tec. Ensino

Fonte: Imagem produzida pela autora.

Segundo a Relação n. 145/75 (1975), o corpo docente da escola, no ano letivo de 1975, era composto por quatorze professores, sendo dois do sexo masculino e doze do sexo feminino; quanto à formação religiosa do corpo docente, o registro apresenta apenas uma professora identificada como freira, esta informação é o menor número registrado até o momento no desenvolvimento da presente pesquisa que se refere à presença de religiosas no corpo docente da escola.

O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.692/71 (Brasil, 1971) modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau [...] Para as quatro últimas séries do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a lei n. 5.692/71 previu a formação de professores em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração) (SAVIANI, 2009, p. 147).

A formação acadêmica dos professores da Escola São José, registrada na Relação n. 145/75 (1975), é uma informação que merece destaque na construção do perfil do corpo docente da escola, retratada por meio do presente tópico. De acordo com a Relação n. 145/75 (1975), dos quatorze professores que compõem o corpo docente, apenas dois possuíam o Curso Normal e os outros doze docentes que atuavam na escola possuíam formação em nível de graduação ou estavam cursando, o que reforça uma formação adequada pelos docentes da escola.

O presente tópico teve como objetivo principal compreender as mudanças ocorridas na estrutura do corpo docente da Escola São José, como foi explicado no início do seu desenvolvimento. Em relação à identidade do corpo docente, no recorte cronológico do Capítulo IV que se inicia em 1972 e se estende até o ano de 1975, duas mudanças identificadas merecem destaque.

A primeira é a composição do corpo docente que passa a ser misto a partir do ano letivo de 1972; a segunda é a redução do número de docentes identificadas com formação religiosa na instituição, sendo que no ano letivo final do recorte cronológico, o ano de 1975, apenas uma professora foi identificada como freira. Além disso, destaca-se a boa formação acadêmica do corpo docente da Escola Estadual São José que foi identificada e apresentada no Capítulo III, com início no ano de 1957, estendendo-se até 1971, mantendo-se no período cronológico do presente capítulo, isto é, de 1972 a 1975.

Em relação ao vínculo empregatício, os professores da Escola São José, de 1972 a 1975, se mantiveram sob responsabilidade do Estado de Mato Grosso.

Em continuidade ao desenvolvimento da presente pesquisa, o tópico a seguir busca identificar o perfil social do aluno da Escola São José por meio da análise das profissões dos pais declaradas no ato da efetivação da matrícula, o levantamento que é apresentado a seguir foi realizado com a intencionalidade de verificar se ocorreu alguma mudança no perfil social dos alunos atendidos em relação ao identificado no levantamento anterior.

### **4.3 O perfil social dos estudantes da Escola São José no ano de 1974**

A construção do Capítulo IV contempla as mudanças que ocorreram na Escola São José após 15 anos da sua fundação, o recorte cronológico desenvolvido no presente capítulo não foi estabelecido pensando nos anos de existência da instituição, mas sim em decorrência das mudanças que foram identificadas por meio do levantamento das fontes para a construção da pesquisa.

O presente tópico apresenta os dados levantados para a construção do perfil social dos alunos por meio das profissões declaradas no registro de matrícula no ano de 1974, destaca-se que a maneira como esta nova análise foi realizada se fez diferente da apresentada anteriormente, sendo definida por meio de um fator que será explicado a seguir.

A primeira análise realizada foi construída por meio dos registros localizados em cinco anos letivos (1958-1962). A escola, nesse recorte, ofertava apenas as quatro primeiras séries do Primário em sua grade curricular. Seguindo a lógica da organização adotada no primeiro levantamento realizado, apresentado no Capítulo III, a análise a ser desenvolvida no presente tópico em relação ao perfil profissional dos pais ou responsáveis deveria ser construída com as informações contidas nos registros em referência a todo recorte cronológico adotado neste capítulo (1972-1975), contudo, como foi apresentado no início do presente capítulo, a Escola São José ampliou sua oferta educacional no ano letivo de 1972 passando a atender as oito turmas do 1º Grau. Diante desta ampliação, a metodologia adotada no primeiro levantamento ficou inviável em razão do grande número de alunos que a escola passou a atender, por este motivo, foi estabelecido que o novo levantamento seria realizado em apenas um ano letivo dentro deste recorte.

O ano inicial do recorte cronológico do presente capítulo coincide com uma década após o último levantamento realizado, porém, ao realizar a análise do Caderno que corresponde às informações das matrículas do ano letivo de 1972, o Livro não continha a informação em relação às profissões dos pais ou responsáveis preenchidas, impossibilitando a análise deste ano letivo.

Diante disso, o próximo registro que poderia ser analisado para construir o perfil profissional dos pais ou responsáveis seriam os dados em relação ao ano letivo de 1973, os Cadernos de Matrículas deste ano letivo continham o registro das profissões, com isso, o levantamento poderia ser realizado, porém, pensando no desenvolvimento dos tópicos seguintes da presente pesquisa, foi definido que a análise realizada seria feita em relação ao ano letivo de 1974.

Justificando a escolha em relação ao ano letivo analisado, esclarece-se que o ano letivo de 1974 para a Escola São José foi um ano muito importante na sua construção histórica enquanto instituição, pois foi neste ano letivo que a escola passou a pertencer ao quadro de escolas da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, passando a se chamar Escola Estadual de 1º Grau São José. Diante desta importante mudança, a presente pesquisa optou em construir o perfil profissional dos pais ou responsáveis em relação a este ano letivo com o fito de identificar o perfil social dos alunos que frequentavam a escola quando esta importante mudança histórica ocorreu na instituição.

Quanto à ação adotada para a construção do quadro que será apresentado a seguir, a presente pesquisa utilizou o mesmo critério do realizado no Capítulo III, sendo o levantamento realizado por meio da identificação das profissões registradas no Caderno de Registros de Matrículas (1974) e do quantitativo registrado.

No ano letivo de 1974, a Escola Estadual São José possuía uma oferta diferente da analisada no primeiro recorte, como já foi mencionado, no primeiro recorte, a escola ofertava apenas as quatro primeiras séries do primário e, no ano de 1974, a escola ofertava o 1º Grau completo.

Com essa mudança na oferta educacional da escola, além da presente pesquisa analisar somente um ano letivo, optou-se também por analisar somente o perfil profissional dos pais ou responsáveis dos alunos matriculados nos quatro primeiros anos do primeiro grau, que é a etapa educacional à qual se faz referência no primeiro período analisado e apresentado no capítulo anterior. A fonte utilizada para esta construção foi o Caderno de Registros de Matrículas (1974), destaca-se que os registros estão distribuídos em dois cadernos localizados no Acervo Antigo da Escola.

**Quadro 12:** Profissões declaradas pelos pais/responsáveis (1974)

<b>REGISTRO DE PROFISSÕES DECLARADAS PELOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS NA MATRÍCULA – 1974</b>				
<b>PROFISSÃO</b>	<b>1º ANO</b>	<b>2º ANO</b>	<b>3º ANO</b>	<b>4º ANO</b>
Comerciante	18	13	19	8
Motorista	5	8	9	9
Lavrador	8	15	3	4

Doméstica	8	5	4	5
Pedreiro	2	3	6	7
Fazendeiro	8	4	2	2
Agricultor	2	5	3	2
Pecuarista	4	2	2	1
Militar	3	3	-	2
Carpinteiro	-	2	3	3
Construtor	3	1	2	2
Contínuo	3	1	2	-
Lavadeira	1	4	2	-
Mecânico	1	1	1	2
Ferrovário	-	2	1	1
Eletricista	-	2	1	-
Pintor	-	1	-	1
Padeiro	-	2	-	-
Açougueiro	-	1	-	1
Funcionário Público	1	-	1	-
Marceneiro	2	-	-	-
Barbeiro	2	-	-	-
Costureira	-	-	2	-
Operário	-	-	2	-

**Fonte:** Livro de Matrículas da Escola Estadual São José (1974) – Quadro elaborado pela autora.

O quadro acima apresenta as 24 profissões mais identificadas no levantamento realizado, o número apresentado no quadro é o mesmo número de profissões relacionadas no primeiro levantamento, apresentado no Capítulo III. A presente pesquisa estabeleceu como critério para a construção do quadro o mesmo número de profissões para os dois levantamentos com a intencionalidade de manter um padrão numérico de profissões descritas nos tópicos.

A primeira informação identificada, por meio do quadro, foi em relação ao número de profissões distintas, foram relacionadas no quadro as 24 profissões que mais apareceram na pesquisa, porém, dentro do desenvolvimento do levantamento, foi possível identificar 48 profissões distintas declaradas no ato da matrícula nos quatro primeiros anos do 1º Grau do ano letivo de 1974, na Escola São José.

Após a organização das informações no quadro, foi possível identificar que a profissão que apresentou o maior número de registro foi a de comerciante, seguida pela de motorista e de lavrador; no levantamento anterior, a profissão de maior destaque foi a de lavrador, no entanto, a de motorista e de comerciante também apareciam com um número expressivo de registro no levantamento.

Quanto ao perfil de execução das profissões, este permanece sendo de caráter masculino, conforme identificado no levantamento anterior; em relação às profissões de caráter feminino, no registro anterior, apenas duas profissões foram identificadas, neste novo levantamento, são três apresentadas na tabela de caráter feminino, sendo que uma quarta profissão consta nos registros

do livro, a de cabeleireira, contudo, apareceu apenas em um registro, ficando fora das relacionadas no quadro.

O objetivo principal deste tópico é identificar a classe social à qual o aluno matriculado na Escola São José pertencia. Segundo Menezes (2023, p. 1), “a classe social consiste num grupo de indivíduos que compartilham posições políticas ou condições socioeconômicas semelhantes. Nesse sentido, diversos grupos compõem as classes sociais existentes, classificadas, de maneira básica pelos rendimentos familiares”.

No Brasil, existe a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que “é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva” (CBO, 2023).

A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, resultado do convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas – ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550) tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações – CIUO de 1968 (COB, 2023).

O quadro com a apresentação das profissões localizadas possibilitou identificar que as três principais profissões declaradas no recorte cronológico pesquisado foram as de comerciante, motorista e lavrador. Estas profissões, na classificação adotada pelo COB, pertencem aos Grandes Grupos 5, 6 e 7, respectivamente, estes grandes grupos classificam as profissões neles relacionadas de acordo com o nível de competência.

Segundo o COB, o “nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho” (COB, 2023), o nível de competência está relacionado ao nível de escolaridade correspondente para a Classificação Internacional Normatizada pela Educação (CINE), 1976, esta classificação é organizada da seguinte forma: quanto maior o nível de competência maior é o nível de escolaridade, em que o nível de competência 1 é definido como não qualificado.

Os Grandes Grupos 5, 6 e 7 que correspondem à classificação das três profissões que mais aparecem no quadro estão classificadas com nível de competência 2, uma acima do nível mais baixo possível em relação à classificação de uma competência no COB, destaca-se que “desde a sua publicação, a CBO sofreu atualizações pontuais, sem modificações estruturais e metodológicas” (COB, 2023).

O nível de escolaridade é um dos fatores que determinam a classe social do indivíduo. Com isso, é possível compreender, pela classificação identificada por meio do CBO, que os alunos que frequentavam a Escola São José no ano letivo de 1974 eram originários de famílias com um nível de baixa escolaridade, de acordo com a classificação das profissões dos pais ou responsáveis exercidas, para Petitat (1996, p. 29), “a família reflete e reproduz à sua maneira as relações sociais existentes no mundo de produção”.

A presente pesquisa buscou informações em relação à média salarial das três profissões de maior destaque identificadas neste tópico, mas não localizou nenhuma informação em relação a um piso salarial definido nos órgãos públicos regulamentadores do trabalho no recorte cronológico pesquisado neste capítulo.

Em conclusão, sublinha-se que, com a apresentação do levantamento realizado em relação às profissões declaradas na matrícula, é possível confirmar que as profissões dos pais ou responsáveis declaradas continuavam quase as mesmas apresentadas anteriormente no Capítulo III, e foi possível identificar, por meio da análise realizada das informações obtidas pelo COB, que os alunos da Escola São José eram provenientes de famílias com baixa escolaridade.

A Escola São José passou por inúmeras mudanças no período do recorte cronológico pesquisado no presente capítulo (1972-1975), o tópico a seguir contempla uma das maiores mudanças na história da instituição, período em que a Escola passa pelo processo de regulamentação que será descrito no desenvolvimento a seguir.

#### **4.4 A regulamentação da Escola São José (1974)**

A presente pesquisa, na introdução, se definiu como documental, sendo esta construída inteiramente por meio da análise de documentos localizados nos acervos pesquisados.

De qualquer forma, um arquivo ou a descoberta de novos registros que contenham informações sobre determinada instituição trazem sempre a expectativa da descoberta, a possibilidade de novos caminhos e podem até imprimir novos direcionamentos ao trabalho, apontando para novas interpretações. Para alguns autores, o arquivo é um nicho que contém não apenas registros e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real (MIGUEL, 2007, p. 31).

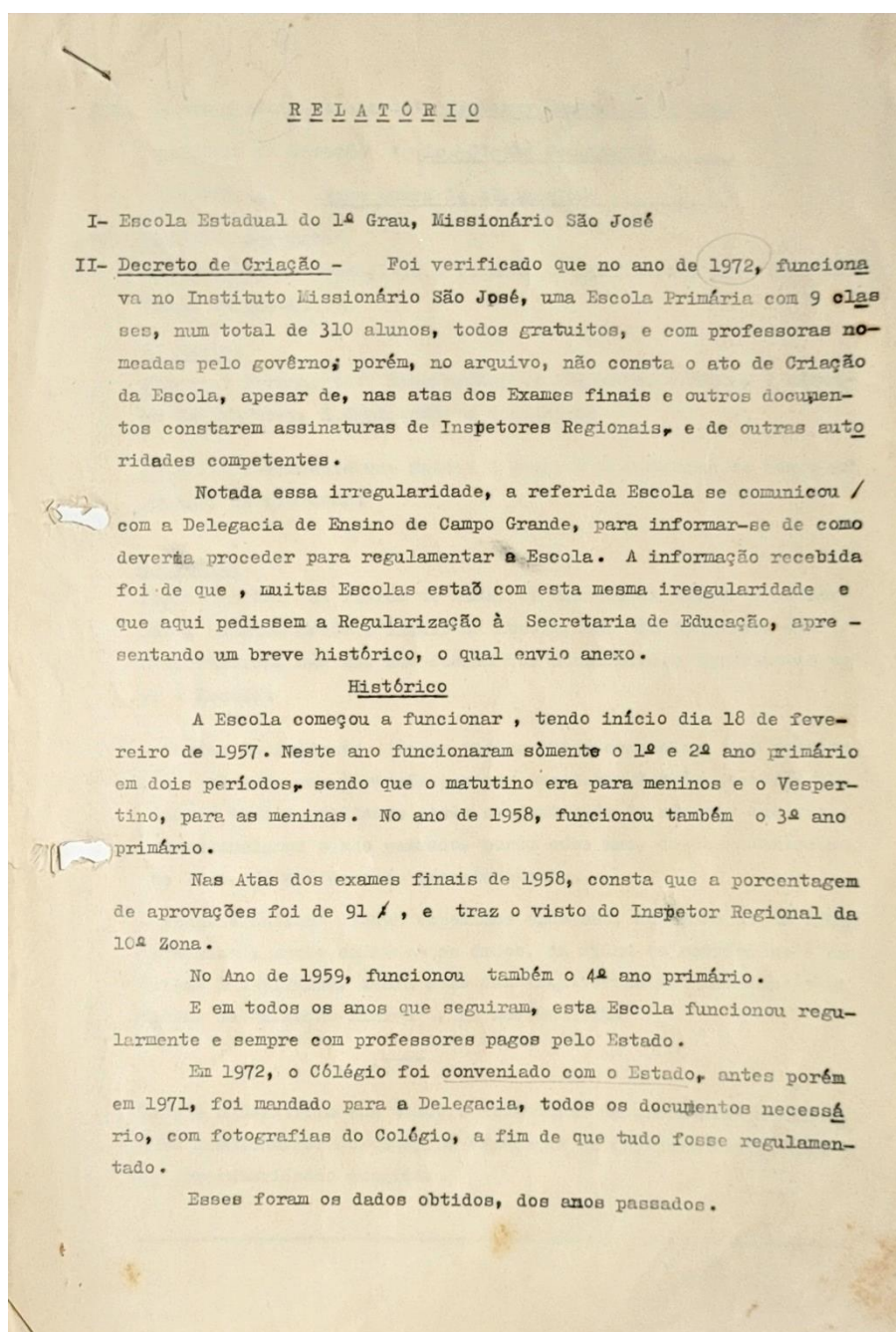
O presente tópico apresenta a sequência de documentos localizados no Acervo da Escola que possibilita a compreensão de como se realizou seu processo de regulamentação.

A regulamentação da Escola São José passou a ser necessária, no que foi possível compreender por meio dos documentos localizados em seu Acervo, a partir da Portaria nº 17 do dia 23 de julho do ano de 1969, encaminhada para a Escola São José pelo Conselho Federal de Educação. O documento edita a portaria CFE. n. 4/63, responsável por regular o processo de autorização e reconhecimento de escolas superiores, a Portaria de n. 17/69 justifica essa revogação:

Considerando: - o número crescente de escolas que estão em funcionamento irregular por falta da necessária autorização; - o prejuízo que esse fato vem ocasionando aos alunos desses estabelecimentos de ensino, que são muitas vezes iludidos com a promessa de eventual validação de estudos; - a possibilidade de ficar configurada em muitos casos a hipótese do art. 171 do Código Penal;- a necessidade inadiável de providências acauteladoras para evitar que se repita tais ocorrências que perturbam o bom funcionamento do sistema educacional com flagrante violação das leis do ensino (BRASIL, 1969, p. 1).

A portaria n. 17/69 foi o primeiro documento localizado no Acervo da Escola que solicita a regulamentação da escola, uma segunda fonte localizada, intitulada apenas como Relatório, sem data e finalidade definidas, possibilita, por meio da sua leitura, a compreensão de como se iniciou o processo de regulamentação da Escola.

**Figura 18:** Relatório da Escola São José – sem data – p. 1



**Fonte:** Imagem produzida pela autora.

Segundo o Relatório (s/d) apresentado na figura acima, a situação de irregularidade da Escola São José não era um caso isolado dentro do cenário educacional da cidade de Campo Grande, o documento afirma que a escola foi orientada pela Delegacia de Ensino de Campo Grande a procurar a Secretaria de Educação para que a sua regularização fosse realizada.

Não foi localizado nenhum documento no Acervo da Escola em que conste as orientações emitidas pela Secretaria de Educação para a Escola São José em relação aos trâmites necessários para que o processo de regulamentação ocorresse, contudo, algumas ações

executadas pelo Instituto Missionário São José foram identificadas por meio dos documentos localizados que indicaram como ocorreu o processo de regulamentação da escola.

No dia 24 de janeiro de 1973, foi lavrado no Cartório na Comarca de Campo Grande o Requerimento do Novo Estatuto do Instituto Missionário São José (1973), o documento descreve que foi realizada uma Assembleia Geral no Instituto Missionário São José para a aprovação da reforma do seu Estatuto, a reforma tinha como principal foco, segundo o Requerimento do Novo Estatuto do Instituto Missionário São José (1973), o enquadramento do Instituto dentro das normas instituídas e vigentes nos órgãos federais.

Conforme consta no Requerimento do Novo Estatuto do Instituto Missionário São José (1973), o novo estatuto foi aprovado por unanimidade pelo conselho e registrado em ata. O documento foi lavrado no Cartório Murilo Rolim do 4º ofício, no dia 23 de agosto de 1973 e contempla além das informações descritas acima, o novo estatuto adotado pelo Instituto Missionário São José, a partir do ano de 1973.

O primeiro registro localizado em relação a um convênio estabelecido entre a Escola São José e o Governo do Estado do Mato Grosso se deu por meio de uma relação de professores, representada pela Figura 9 no Capítulo III, datada do ano de 1966, em que era mencionado que as professoras eram pagas pelo Governo do Estado do Mato Grosso, contudo, nenhum documento tinha sido localizado que contemplasse os termos estabelecidos por este vínculo entre a instituição e o órgão público.

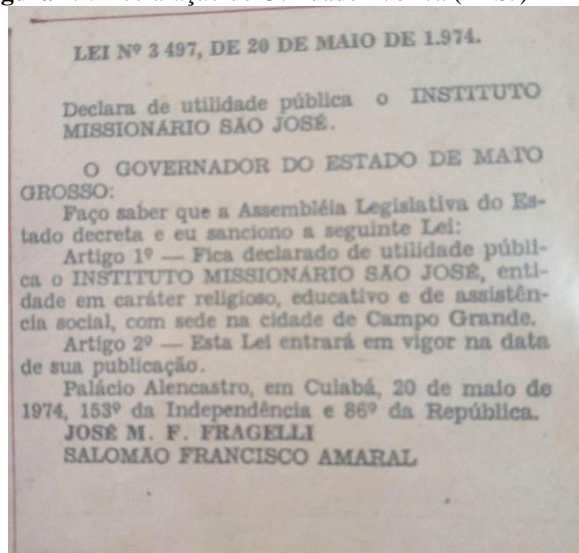
A primeira cópia de um documento intitulado como Termo de Convênio firmado entre o Instituto Missionário São José e o Governo do Estado do Mato Grosso por meio da Secretaria de Educação e Cultura foi localizado no Acervo da escola e assinado no dia 11 de janeiro de 1974.

Neste Termo de Convênio (1974), a Secretaria de Educação e Cultura se compromete em prestar auxílio financeiro à instituição e o Instituto Missionário São José se compromete a prestar contas aos órgãos competentes em relação ao recurso recebido; quanto ao ensino, o Termo de Convênio (1974) determina que o Instituto deve obedecer às normas estabelecidas pelo Sistema Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso.

O ano de 1974 foi um ano em que ocorreram diversas publicações oficiais, que ocasionaram a regulamentação da Escola São José. Segundo o Requerimento de Regularização (1974) localizado no Acervo da Escola, a Escola São José requereu, juntamente à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Mato Grosso, a criação da Escola de 1º Grau São José no dia 03 de abril de 1974 e, após o envio do Requerimento de Regularização (1974), no dia 20 de

maio de 1974, o Instituto Missionário São José foi declarado como utilidade pública, por meio da Lei 3497/74, publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso.

**Figura 19:** Declaração de Utilidade Pública (IMSJ)

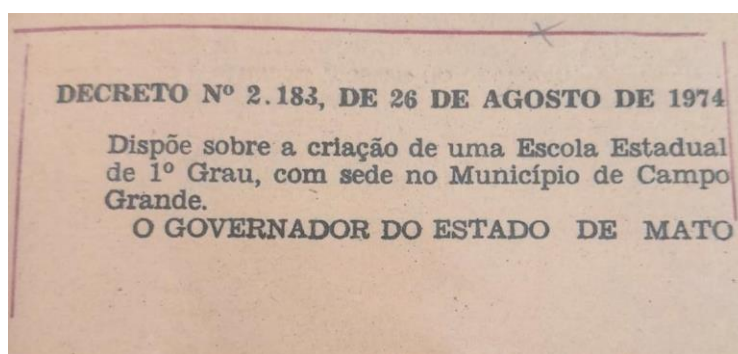


**Fonte:** Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, 20. maio. 1974 - Arquivo da Escola São José  
Imagem produzida pela autora.

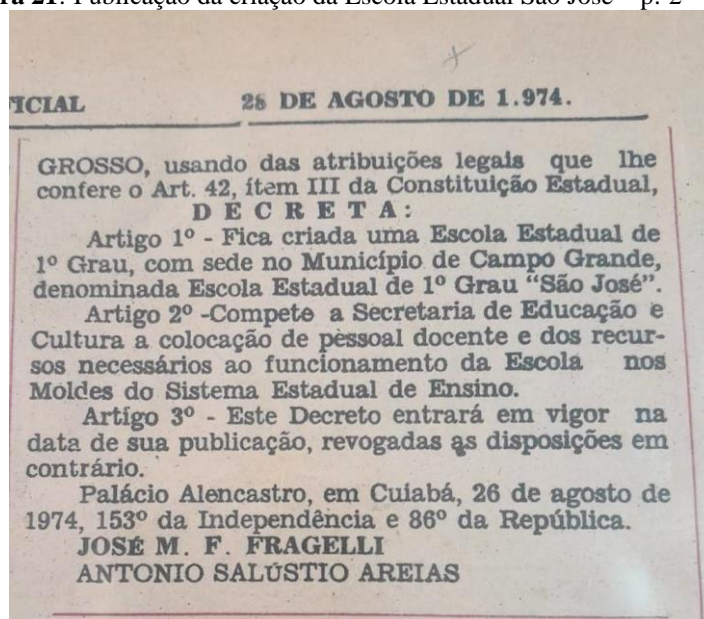
Segundo Marin (1995/1996, p. 40-41), “a expressão utilidade pública está a designar também o conjunto de condições pelo qual os poderes públicos reconhecem a uma entidade privada cujas atividades prestadas as tornam de interesse público”, além disso, o perfil de Utilidade Pública permite às instituições firmar convênios com o Poder Público para obtenção de benefícios.

A publicação que oficializa a criação da Escola ocorreu no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, no dia 26 de agosto de 1974, por meio da publicação do Decreto nº 2.183 que determina oficialmente a criação da Escola Estadual de 1º Grau São José.

**Figura 20:** Publicação da criação da Escola Estadual São José – p. 1



**Fonte:** Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, 26. ago. 1974-  
Arquivo da Escola São José – Imagem produzida pela autora.

**Figura 21:** Publicação da criação da Escola Estadual São José – p. 2

**Fonte:** Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, 26. ago. 1974-  
 Arquivo da Escola São José – Imagem produzida pela autora.

Os fragmentos do Diário Oficial do Estado do Mato Grosso apresentados acima efetivam a criação da Escola Estadual de 1º Grau São José e dispõem sobre as devidas responsabilidades do Estado do Mato Grosso com a instituição.

Segundo a Figura 21, os docentes e os recursos para o funcionamento da escola passam a ser responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura e a Escola São José passava a funcionar com os moldes estabelecidos por meio do Governo do Estado do Mato Grosso, o que já ocorria como pode ser compreendido por meio do Termo de Convênio assinado no dia 11 de janeiro de 1974 apresentado anteriormente.

Um segundo Termo de Convênio (1974) foi assinado entre a Escola Estadual de 1º Grau São José e a Secretaria de Educação e Cultura, a cópia deste documento foi localizada, no Acervo da Secretaria, o qual foi assinado no dia 06 de junho de 1974. Este Termo de Convênio II (1974) é um documento mais detalhado do que o Termo de Convênio (1974) localizado anteriormente, pois define as atribuições de cada parte responsável em suas cláusulas.

De acordo com o Termo de Convênio II (1974) assinado, a Secretaria de Educação e Cultura fica responsável pelo pagamento do corpo docente e administrativo para a escola, e o Instituto Missionário São José em disponibilizar seis salas de aula para o ensino de 1º Grau. O ensino ministrado na escola era de responsabilidade da escola, entretanto, deveria obedecer às normas estaduais, com destaque para a escolha da direção da escola que poderia ser feita por indicação do Instituto Missionário São José.

Outras especificidades também são contempladas no Termo de Convênio II (1974), a conservação da Escola que fica sob responsabilidade do Instituto Missionário São José e a distribuição do material escolar e didático segundo consta no Termo de Convênio, poderia ser realizada pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Mato Grosso.

Não se pode deixar de destacar que neste segundo Termo de Convênio, assinado no ano letivo de 1974, a justificativa estabelecida no documento para a necessidade de o convênio ser firmado era:

[...] objetivando suprir deficiências da Rede Oficial do Ensino do 1º Grau, através da utilização da capacidade ociosa das Escolas Particulares em relação ao aluno e o acesso à escola, tornando-a mais fácil e conveniente, considerando, dentre outros, os fatores de distância e dificuldade de transporte, bem como adotar a intercomplementariedade entre as Unidades Escolares Oficiais e Particulares de Ensino, através do aproveitamento e reunião de serviços afins sem duplicá-los (MATO GROSSO, 1974, p. 1).

Em decorrência de todas as mudanças ocasionadas pela regulamentação da Escola, fez-se necessária a construção de um novo Regimento Escolar, sendo este datado de 1974, este documento é o primeiro Regimento Escolar da instituição localizado dentro de todo o levantamento das fontes realizado no desenvolvimento da presente pesquisa.

Em seu Art. 1º, o Regimento Escolar (1974) destaca que a Escola São José é administrada pelas religiosas do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, da Inspetoria Imaculada Auxiliadora em convênio com o Estado, e seu Art. 2º dispõe:

É Instituição de caráter beneficente, educacional, cultural e de Assistência Social. É católica e age de acordo com sua confissão. Aceita aluno do sexo masculino e feminino, em regime de externato de todos os credos, classes sem distinção racial, de diferentes convicções filosóficas e políticas. (LDB art.1º) mas exige deles acatamento a este regimento e a sua regulamentação (ESCOLA SÃO JOSÉ, 1974, p. 1).

O Regimento Escolar (1974) normatiza todos os setores da Escola em parágrafo único e menciona que “em sintonia com o caráter confessional da Escola os alunos serão levados a conhecer e interpretar as diferentes concepções do homem e do mundo, pelas ciências e pela filosofia em diálogo com a Boa Nova de Cristo” (ESCOLA SÃO JOSÉ, 1974, p. 1), destacando o regime confessional da escola.

O Regimento Escolar (1974) é composto por 16 folhas que contemplam a administração escolar, o corpo docente, a associação de pais e mestres, o corpo discente, o grêmio estudantil e regulamenta ações como matrículas, transferências, contribuições escolares e regime disciplinar da Escola Estadual de 1º Grau São José.

Retomando o objetivo do presente tópico, ele foi elaborado com a intencionalidade principal de apresentar como transcorreu o processo de regulamentação da Escola Estadual de 1º Grau São José, por meio dos documentos localizados no Acervo da Escola, ação que pode ser compreendida pela apresentação dos documentos localizados. Cabe mencionar que a escola passou por todo o processo de regulamentação no ano letivo de 1974 e que, mesmo após o Termo de Convênio (1974) ser assinado e o Estado do Mato Grosso assumir formalmente a responsabilidade com a instituição escolar, ela manteve o seu modelo confessional como pode ser identificado nos artigos apresentados em seu Regimento Escolar (1974).

Com o novo Regimento Escolar (1974) em vigência a partir do ano letivo de 1974 e a regulamentação da Escola São José estabelecida também no mesmo ano, o tópico a seguir tem como objetivo compreender como a escola se organizou após este período de regularização e identificar mudanças, buscando compreender como suas atividades se desenvolveram no ano letivo de 1975, ano final do recorte estabelecido no presente capítulo.

#### **4.5 A organização didática adotada pela Escola Estadual de 1º Grau São José após sua regulamentação (1974 e 1975)**

Com a criação da Escola Estadual de 1º Grau São José, no dia 26 de agosto de 1974, um novo Regimento foi elaborado para o ano letivo de 1974, o Regimento Escolar (1974), o documento mais completo localizado no Acervo da escola que contempla a organização administrativa e didática da instituição.

O presente tópico tem a finalidade de apresentar como a organização didática da Escola Estadual de 1º Grau São José se deu após a sua regulamentação, esta apresentação será realizada por meio das duas grades curriculares da escola descritas no Regimento Escolar do ano de 1974 e o plano anual de 1975.

O Capítulo III da presente pesquisa apresentou a única grade curricular localizada em seu desenvolvimento, a referida grade curricular foi adotada no ano letivo de 1962, um ano após a publicação da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a primeira LDB do Brasil. Coincidentemente, a grade que será apresentada no presente tópico também surge após a publicação de uma lei que normatiza a educação no Brasil, a Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixa novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus.

O ensino primário e médio, por sua vez, foi reformado pela Lei n.5692/71 que alterou a denominação para ensino de primeiro e segundo graus. Com isso os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4024/61) relativos ao ensino

primário, médio e superior foram revogados e substituídos pelo disposto nessas duas leis (SAVIANI, 2001, p. 26).

A presente pesquisa não vai estabelecer um comparativo entre as grades curriculares que constam no Regimento Escolar do ano de 1974 trabalhada na Escola com a grade estabelecida por meio da Lei n. 5.692/71 no desenvolvimento do presente tópico, como foi realizado com a grade apresentada no Capítulo III.

O presente tópico vai se ater apenas em apresentar a grade curricular que consta no Regimento Escolar (1974) da Escola Estadual de 1º Grau São José. Esta sistemática foi adotada no desenvolvimento da presente pesquisa, levando em consideração o fato de a escola, neste ano, ser conveniada com o Governo do Estado do Mato Grosso e, conforme consta no Termo de Convênio II (1974) assinado, a Escola se compromete a seguir as normativas determinadas pela Secretaria de Educação e Cultura do Mato Grosso.

Parágrafo único - Na organização do currículo cada matéria será tratada na forma de atividade, áreas de estudo e disciplinas e o seu conteúdo deverá adequar-se ao nível de maturidade dos alunos. Art. 73 - A implantação do dispositivo neste Regimento far-se-á progressivamente de acordo com a Lei 5692/71, e regulamentações complementares. Art. 74 - O presente regimento será flexível às inovações e determinações do Conselho de Educação Federal, C.E.F e S.E., bem como à necessidade da Comunidade local da Escola (ESCOLA SÃO JOSÉ, 1974, p. 13).

A Escola Estadual de 1º Grau São José, conforme consta no Regimento Escolar (1974), se organizou didaticamente em duas grades curriculares, uma para a primeira fase do 1º Grau que corresponde à 1ª série até a 4ª série, e a segunda grade para a segunda fase que corresponde à 5ª série até a 8ª série do 1º Grau.

**Quadro 13:** Grade Curricular Escola São José (1974) – Primeira Fase

ATIVIDADES	1ª série horas sem. ano	2ª série horas sem. ano	3ª série horas sem. ano	4ª série horas sem. ano
I. Comunicação e Expressão  1. Linguagem Escrita e Oral. 2. Educação artística (1) 3. Educação Física 4. Língua Inglesa (optativa)	12 360	12 360	12 360	12 360
II. Integração Social  1. Integração aos estudos Sociais. 2. Educação Moral e Cívica 3. Orientação Religiosa	4 120	4 120	4 120	4 120

III. Iniciação às Ciências				
1. Elementos de Matemática 2. Iniciação às Ciências Naturais 3. Programa de Saúde (2)	9 270	9 270	9 270	9 270
TOTAL	25 750	25 750	25 750	25 750
OBSERVAÇÕES: A partir da 4ª série as atividades passam gradativamente a ser sistematizadas.				
1. A educação artística será dada através das atividades no campo da música, do teatro e das artes plásticas.				
2. A formação para a Saúde será feita através de programas especiais como palestras, demonstração, primeiros socorros, preocupações e cuidados sanitários.				

**Fonte:** Regimento da Escola Estadual de 1º Grau São José, 1974, p.16 – Quadro reproduzido pela autora.

**Quadro 14:** Grade Curricular Escola São José (1974) – Segunda Fase

ATIVIDADES	5ª série horas sem. ano	6ª série horas sem. ano	7ª série horas sem. ano	8ª série horas sem. ano
I. Comunicação e Expressão  - Língua Portuguesa - Educação artística (1) - Educação Física - Língua Inglesa (optativa)	12 360	12 360	12 360	12 360
II. Estudos Sociais  - Estudos Sociais - Educação M. Cívica - Org. S.P. do Brasil - Formação Cristã	5 150	5 150	5 150	5 150
III. Ciências  - Matemática - Ciências Sociais - Programa de Saúde (2)	7 210	7 210	7 210	7 210
IV. Iniciação para o Trabalho  - Orientação Voc. e Prof. - Ed. p/ o Lar e Serviços da área primária. - Área Secundária - Área Terciária	1 30	1 30	1 30	1 30
TOTAL	25 750	25 750	25 750	25 750

## OBSERVAÇÕES

1. A educação artística será dada através das atividades no campo da música, do teatro e das artes plásticas.
2. A formação para a Saúde será feita através de programas especiais como palestras, demonstração, primeiros socorros, preocupações e cuidados sanitários.

**Fonte:** Regimento da Escola Estadual de 1º Grau São José, 1974, p.16 – Quadro reproduzido pela autora.

Algumas observações podem ser realizadas em decorrência da leitura das grades curriculares apresentadas acima, a primeira observação é em relação à divisão das áreas trabalhadas nas grades curriculares. A Grade Curricular da Primeira Fase é dividida em três áreas: Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências. Já a Grade Curricular da Segunda Fase está dividida em quatro áreas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Iniciação para o Trabalho, apesar das Grades Curriculares possuírem a organização e os conteúdos ministrados distintos, a sua carga horária semanal e anual são iguais em ambas.

Ensino de 1º grau: junção do primário e do ginásio, escolaridade obrigatória com duração de 8 anos, organizados da 1ª a 8ª séries, para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, carga horária de 720 horas. O ensino de 1º grau além dos conteúdos básicos deve favorecer a sondagem vocacional e iniciação para o trabalho (VEIGA, 2006, p. 313).

É necessário destacar que quanto à Sondagem Vocacional e Iniciação para o Trabalho apresentada na grade curricular da Escola Estadual de 1º Grau São José, esta foi identificada apenas na Grade Curricular da Segunda Fase em seu tópico IV intitulado como Iniciação Para o Trabalho com as disciplinas: orientação vocacional, educação para o lar e duas outras definidas, uma como área secundária e outra como área terciária. Em relação ao conteúdo que era trabalhado na área secundária e terciária não foi localizada nenhuma referência a qual conteúdo ou curso era desenvolvido nestas disciplinas na escola.

Organização curricular: os dois graus de ensino possuem uma parte de formação geral e outra de formação especial. A formação geral constitui um núcleo comum de matérias obrigatórias em âmbito nacional; no 1º grau são ministradas de 1º a 4º ou 5º séries, com ênfase nessas últimas. A formação especial corresponde à parte diversificada do currículo, com disciplinas adaptadas às necessidades e peculiaridades locais e visa a iniciação ao trabalho ou habilitação técnica; devem constar nas séries finais do 1º grau e serem predominantes no 2º grau (VEIGA, 2006, p. 313).

Um ponto de atenção identificado em ambas as grades curriculares da Escola Estadual de 1º Grau São José é em relação à oferta da língua inglesa em caráter optativo nas duas grades

curriculares da escola. Quanto à formação religiosa, a escola também mantém sua oferta nas duas grades, mesmo a Lei n. 5.692/71 determinando que o ensino religioso era de caráter facultativo, ressalta-se que a oferta da disciplina de ensino religioso sempre foi presente na grade curricular da Escola Estadual de 1º Grau São José, constando nos registros desde sua primeira grade curricular apresentada.

A Escola Estadual de 1º Grau São José foi fundada e dirigida pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, contudo, nenhum documento que afirmasse que a escola se declarava como confessional foi localizado ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, esta afirmação só pode ser realizada após a localização do Regimento Escolar (1974), no qual, em parágrafo único, é reiterado o caráter confessional da Escola, com esta definição no regimento, é possível afirmar uma das principais características da identidade da escola.

Ainda em relação ao caráter confessional da instituição, no Regimento Escolar (1974) da Escola Estadual de 1º Grau São José, é possível reafirmar a característica confessional da instituição quando este define as normas adotadas pela escola em relação ao seu regime disciplinar.

O Ginásio e Escola Instituto Missionário São José adota em seu regime disciplinar o Sistema Preventivo, conforme ensinamentos de D. Bosco. Tal Sistema procura manter afastado o castigo e prefere fazer com que o “aluno queira” e “quer que o aluno faça” (ESCOLA SÃO JOSÉ, 1974, p. 13).

Para Sanfelice (2007, p. 79), “há, portanto, sempre uma identidade. Ao historiador cabe buscar o sentido dessa identidade na relação infinita do particular com o geral”. Com os trechos do Regimento Escolar (1974) apresentados acima, além da presente pesquisa, pode-se afirmar o caráter confessional da escola, o trecho citado permite identificar que a instituição adotava o modelo salesiano de educação, por meio da aplicação do Método Preventivo, este trecho do Regimento Escolar (1974) foi o primeiro registro documental localizado a partir do qual foi possível identificar que a Escola praticava o método salesiano de educação.

O Plano Anual de Educação (1975), localizado no Acervo da Secretaria, favoreceu o entendimento de como o modelo salesiano era desenvolvido na Escola Estadual de 1º Grau São José. A análise do Plano Anual de Educação do ano letivo de 1975 possibilitou a compreensão de como as ações desenvolvidas na escola, por meio da aplicação do método preventivo de Dom Bosco, eram planejadas e a influência da cultura salesiana nas atividades desenvolvidas na escola.



compõem esta coluna reforçam as ações praticadas na escola por meio do Método Preventivo, fortalecendo assim o modelo de educação salesiano adotado pela instituição escolar.

Além do Método Preventivo identificado nas ações elencadas no Plano Anual de Educação (1975), é possível compreender algumas ações voltadas para o desenvolvimento pedagógico da escola. O plano se define como Flexível Empenhante<sup>3</sup>, seu objetivo é a formação integral por meio de aulas, utilizando o Método Ativo. O documento ainda contempla uma coluna quanto à Orientação Profissional em que estão relacionados os cursos de corte e costura, bordado, tecelagem, horta e jardim.

A Escola Estadual de 1º Grau São José, no recorte cronológico proposto no presente capítulo, passou por várias mudanças, podemos destacar o início da oferta das turmas dos anos finais de 1º Grau a partir do ano de 1972 e a sua regulamentação que ocorreu no ano de 1974.

Quanto às turmas e ao atendimento dos alunos que encerra este período (de 1972 até 1975), desenvolvido no presente capítulo, podemos destacar as informações contidas nas figuras abaixo.

**Figura 23:** Total dos alunos das Turmas do Pré à 4ª série do ano de 1975

Série e Sexo	Matric. Total		AFASTADOS				Perman. até o fim		Aprovados		Reprovados		
	Nov	Rep.	Transf.	Abandona		Nov	Rep.	Nov	Rep.	Nov	Rep.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1ª Masc.	44		2			10		32		24		8	
1ª Fem.	48		2			5		41		37		4	
2ª Masc.	31					2		29		24		5	
2ª Fem.	59		4			3		52		47		5	
3ª Masc.	30		1			1		28		25		3	
3ª Fem.	55		4			1		50		40		10	
4ª Masc.	32		4					28		26		2	
4ª Fem.	48		3			2		43		40		3	
Tot. Masc.	137		7			13		117		99		18	
Tot. Fem.	210		13			11		186		164		22	
Pré Masc.	38		2			4		32		32		-	
Pré Fem.	46		3			3		40		40		-	

1975

Luiza Gomes de Albuquerque  
Tema Gomes de Albuquerque  
SECRETARIA AUT. 179/75

Jr. Darcy de Almeida  
Sr. Darcy Dantas de Almeida  
DIRETORA AUT. 218/75

**Fonte:** Livro Atas de Resultados Finais (1957-1978) – Foto produzida pela autora.

<sup>3</sup> Não foi localizada nenhuma definição específica para este método de ensino.

**Figura 24:** Total dos alunos das Turmas da 5ª à 8ª séries do ano de 1975

1975

Séries e sexo	Matric. Total / Nov	Afastados 1975				Permanentes 1975				Aprovados 1975				Reprovados 1975	
		Tranq.		Abandono		até o fim		Nov		Rep		Nov		Rep	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
5ª	61	2	5	-	11	-	45	2	35	2	10	-	-	-	
Fem	77		5		10		62		57		5				
6ª	54		3		4		47		38		9				
Fem	70	2	3		10		57	2	52	2	5				
7ª	32		5		4		23		16		7				
Fem	64		6		6		52		44		8				
8ª	32		5		1		26		24		2				
Fem	50		5		3		42		40		2				
Total	179	2	18		20		141	2	113	2	28				
Fem	261	2	19		29		213	2	193	2	20				

No 389E  
7 reprov

Irma Gomes de Albuquerque  
Irma Gomes de Albuquerque  
SECRETÁRIA AUT. 179/75

Dr. Darcy Dantas de Almeida

Fonte: Livro Atas de Resultados Finais (1972-1979) – Foto produzida pela autora.

As imagens acima são resumos dos resultados finais localizados nos Cadernos de Atas de Resultados Finais. Estes registros foram localizados em dois documentos, o primeiro são os Cadernos de Atas de Resultados Finais (1957-1978) que contêm os registros das turmas do Pré até a 4ª série; e o segundo são os Cadernos de Atas de Resultados Finais (1972-1979) que contêm os registros das turmas da 5ª à 8ª série do 1º Grau.

A primeira informação que merece destaque após a análise das figuras é com relação ao considerável aumento no número de alunos atendidos pela escola no ano letivo de 1975. Segundo os dados apresentados nas imagens acima, a Escola Estadual de 1º Grau São José, no ano letivo de 1975, atendeu a um total de 875 alunos, ofertando todas as séries do 1º Grau, inclusive o Pré.

**Tabela 3:** Total de Alunos atendidos no ano letivo de 1975

TOTAL ALUNOS ATENDIDOS NO ANO LETIVO DE 1975	TOTAL
Feminino	519
Masculino	356
Total	875

Fonte: Livro Ata da Escola Estadual de 1º Grau São José (1975) – Tabela produzida pela autora.

Outro ponto de atenção, no que diz respeito à oferta educacional da escola, é o atendimento do público feminino, a instituição, desde o início do seu funcionamento, sempre atendeu mais às meninas do que aos meninos, conforme foi constatado durante o desenvolvimento do Capítulo III da presente pesquisa. As figuras demonstram que esta característica, mesmo após a escola ter se tornado mista e passar a ser conveniada com o Estado do Mato Grosso, ainda permanece devido ao número do atendimento ao público feminino ser muito superior ao atendimento do público masculino na instituição, como demonstra a tabela acima.

Em conclusão do presente tópico, pode-se destacar que as informações obtidas demonstram que a Escola Estadual de 1º Grau São José possuía sua organização didática bem estabelecida neste período, desenvolvida por meio de duas grades curriculares trabalhadas na escola. A pesquisa identificou pela primeira vez o caráter confessional da instituição com a análise dos documentos – Regimento Escolar (1974) e Plano Anual (1975) – que também possibilitaram afirmar que a escola usava o Método Preventivo de Dom Bosco.

Quanto ao número de alunos atendidos, a escola finaliza o ano letivo de 1975 com um número de 875 alunos atendidos, distribuídos em seus três turnos de atendimento, um número muito superior ao atendimento inicial da instituição no ano letivo de 1957, no entanto, constatou-se que, mesmo a escola sendo mista e tendo este aumento considerável no número de atendimento, a hegemonia de atendimento ao público feminino se manteve dentro da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi pesquisar e escrever a história da Escola Estadual São José, desde sua fundação no ano de 1957 até o ano de 1975, em busca de identificar suas especificidades e singularidades desde sua gênese, contemplando, dessa forma, parte de sua história.

A Escola São Jose é uma instituição fundada pelos salesianos, por meio da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, na década de cinquenta na cidade de Campo Grande no então estado de Mato Grosso. O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou compreender as características e as especificidades da instituição. Esta instituição foi criada com a intencionalidade de atender à população que não tinha acesso à escola e residia no entorno do Instituto Missionário São José. De acordo com o que se observou nos documentos pesquisados, a região no entorno do Instituto Missionário São José, na década de 1950, pode ser classificada com uma região periférica da cidade de Campo Grande, pois não possuía escolas e a população era considerada de baixa renda.

Foi identificado que a escola iniciou suas atividades mediante iniciativa da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora que, ao longo dos anos de funcionamento, estabeleceu convênios com órgãos públicos como a prefeitura de Campo Grande e o Governo do Estado do Mato Grosso, tornando-se escola estadual na década de 1970.

O estudo da escola iniciou a partir da sua origem no ano de 1957 e se estendeu até o ano de 1975, um ano após a escola se tornar estadual, o presente recorte foi estabelecido com o intuito de acompanhar o processo histórico da instituição e perceber as mudanças que ocorreram desde sua criação como escola salesiana até se tornar uma escola pública.

Sendo assim, a presente pesquisa estudou a história da Escola São José nos seus dezoito primeiros anos de funcionamento. A escola em questão ainda se encontra em funcionamento, possui 66 anos de existência e suas características, ao longo desses anos, podem ter se alterado significativamente, entretanto este estudo se concentrou na primeira fase delimitada até o ano de 1975, um ano depois de ter se tornado pública.

Considerando os objetivos da pesquisa, elegeu-se alguns aspectos da instituição para análise, utilizando algumas das categorias de Petitat (1996), a saber: processo de criação e

instalação da escola, origem social da clientela escolar, professores e seleção de conteúdos escolares.

A definição de quais categorias seriam analisadas levou em consideração o tempo disponível para a execução da pesquisa e, principalmente, as características das fontes localizadas nos Acervos para desenvolvê-las. Destaca-se que, no decorrer da análise, foi possível perceber que as características da instituição foram mudando ao longo do tempo, como a origem e as características iniciais da escola São José, do corpo docente e do perfil social dos alunos.

A Escola Estadual São José, no início das suas atividades, ofertava apenas o primeiro e segundo ano do primário, no ano de 1957, tinha 88 meninos e 105 meninas.

A escola abria anualmente novas turmas em complementação ao avanço das séries dentro da sua organização escolar, contudo, ofertava para os meninos um número limitado de classes. Em um documento enviado à Secretaria Estadual de Ensino de 1971, a escola declarou que atendia a 305 meninas e somente a 5 meninos, matriculados na Pré-Escola, ou seja, durante os primeiros 14 anos a escola foi se constituindo como uma escola voltada quase exclusivamente para o atendimento do público feminino.

A pesquisa identificou que a organização tanto da separação por período quanto a ampliação da oferta para os meninos só foi alterada quando a instituição, no ano de 1972, abriu as turmas do ginásio, passando, com isso, a atender a um número maior de meninos e a ofertar todas as séries para eles.

Quanto ao corpo docente da instituição, foi possível compreender que a sua composição inicial era formada exclusivamente por mulheres e esta hegemonia feminina no corpo docente da instituição ocorreu desde a sua fundação no ano de 1957 e se estendeu até o ano de 1972 quando foi localizado o primeiro registro de professor do sexo masculino na instituição, este fato ocorre no ano em que a escola passa a ofertar o ginásio.

O corpo docente inicial da Escola São José era composto por professoras com formação religiosa, a identificação das professoras ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou constatar que o corpo docente inicial da Escola São José era formado por freiras e que, ao longo dos anos, o número de professoras que se declaravam como religiosas na instituição foram diminuindo. Destaca-se que, em todos os recortes cronológicos estudados em relação ao corpo docente, foi possível compreender que os professores que atuavam na escola possuíam formação acadêmica necessária para exercer a função, conforme as exigências legais da época.

Quanto à hegemonia feminina dentro da escola tanto no atendimento das discentes quando no corpo docente da instituição, pode-se atribuir essa ocorrência à origem da Escola São José que foi fundada pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, sendo esta uma ordem religiosa feminina.

Foi possível compreender que o fator que potencializou a mudança na oferta do atendimento aos meninos e a integração de professores do sexo masculino ao corpo docente foi a abertura do ginásio na escola no ano de 1972, quando iniciaram a contratação de professores homens, que provavelmente foi realizada por não haver professoras habilitadas para ministrar as disciplinas do ginásio na época.

Em relação ao perfil social dos alunos que frequentavam a Escola Estadual São José, buscou-se compreender a origem social e, para que tal compreensão fosse possível, a pesquisa realizou dois levantamentos, o primeiro entre os anos de 1958 a 1962 e o segundo no ano de 1974, estes levantamentos foram realizados por meio da análise das profissões declaradas pelos pais ou responsáveis pelos alunos na efetivação da matrícula.

Diante dos dados localizados em relação ao perfil profissional dos pais, foi possível compreender que o perfil das profissões identificadas no primeiro levantamento era de profissões de atuação na área rural, essa informação foi compreendida devido ao fato da profissão de maior destaque localizada no primeiro levantamento ser a de lavrador. Já no segundo levantamento realizado na década de 1970, a profissão de maior destaque foi a de comerciante, acredita-se que esta mudança no perfil profissional dos pais da Escola São José se explique devido ao processo de urbanização ocorrido nessa década na cidade de Campo Grande.

Ainda em relação aos dois levantamentos das profissões realizados, foi possível identificar que as profissões declaradas pelos pais dos alunos, nos dois recortes pesquisados, são, em sua maioria, profissões consideradas com perfil da classe trabalhadora.

Pode-se afirmar, segundo esses dados, que a Escola São José, no período estudado, atendia, em sua grande maioria, ao público educacional para o qual foi criada desde sua fundação, ou seja, a população menos favorecida.

Alguns aspectos em relação à organização didática da escola foram pesquisados, um deles foi a grade curricular desenvolvida na escola. Com esta temática foram localizadas apenas duas grades curriculares dentro do recorte pesquisado que se inicia em 1957 e se estende até o ano letivo de 1975. A primeira grade curricular localizada foi a adotada no ano letivo de 1962 e a segunda grade curricular localizada foi adotada pela instituição a partir do ano letivo de 1974, com a publicação do novo Regimento Escolar da instituição.

Em relação à grade curricular do ano letivo de 1962, foi possível compreender que a grade atendia parcialmente ao que era prescrito pelo Programa de Ensino Primário do Mato Grosso vigente na época. Sendo assim, deixava de contemplar algumas disciplinas solicitadas pelo Programa.

Quanto à grade localizada no Regimento Escolar do ano letivo de 1974, a presente pesquisa não estabeleceu um comparativo com as leis que normatizavam o currículo do Estado de Mato Grosso na década de 1970, apesar disto, acredita-se que devido ao fato de a escola já pertencer ao governo do Estado de Mato Grosso e estar assim vinculada à Secretaria de Educação, deveria cumprir as exigências do órgão, situação que pode ser analisada por meio do desenvolvimento de pesquisas futuras.

O perfil confessional da Escola Estadual São José pôde ser confirmado mediante análise do calendário escolar adotado pela instituição que, além de contemplar os dias santos que compõem o calendário escolar oficial do estado de Mato Grosso, também registra homenagem aos santos de devoção da Congregação Salesiana, mais especificamente os santos vinculados à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. O caráter confessional da escola também pôde ser identificado formalmente por meio de dois documentos, o Regimento Escolar de 1974 que define a escola como confessional, e o plano anual de 1975 que contempla algumas ações e atividades desenvolvidas na escola reforçando esta característica.

Quanto à estrutura física ofertada pela Escola Estadual São José desde sua fundação, esta pode ser considerada como adequada para uma escola, pois a estrutura da escola é composta por salas de aulas e demais dependências das quais uma escola necessita para o seu bom funcionamento. Destaca-se que, em sua estrutura, constam uma biblioteca, uma quadra de esportes e um salão de eventos.

Em síntese, pode-se compreender, a partir das análises realizadas, que esta pesquisa atingiu seu objetivo inicial, que foi o de escrever parte da história da Escola Estadual São José, desde sua fundação no ano de 1957 até o ano de 1975, identificando, durante esse período de desenvolvimento da instituição, que ela manteve suas atividades de forma contínua com características próprias, desde sua fundação até 1975.

A Escola São José, que se tornou Escola Estadual São José a partir de 1974, mesmo se tornado uma escola pública, preservou sua característica confessional, como demonstrou a análise do regimento de 1974. Mesmo antes de se tornar pública, fontes documentais indicam recebimento de recursos financeiros de órgãos públicos, sejam municipais ou estaduais.

O estudo dessa relação entre o caráter público e a escola privada de caráter confessional poderá ser aprofundado em trabalhos futuros.

Vale salientar que existem muitas fontes e aspectos em relação à instituição que podem ser pesquisados futuramente devido ao fato de a escola estar em funcionamento até a presente data, atualmente como instituição pública vinculada ao governo do estado de Mato Grosso do Sul.

## REFERÊNCIAS

- ADIMARI, Maria Fernandes. **Escola e cidade**: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande, MS (1954-2004). 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- ALMEIRA, Jane S. **Meninos e Meninas estudando juntos**: Os debates sobre as classes mistas nas escolas brasileiras (1890/1930). Revista HISTEDBR, Campinas, n. 58, p. 115-123, set. 2014.
- ALVES, Laci Maria Araújo. **Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso (1719- 1946)**. Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis, v. 1, n. 1, p. 7-25, dez. 2011.
- ANDRADE, Heloise Vargas de. **Cultura escolar católica no Sul do antigo Mato Grosso**: em foco o curso secundário nas instituições escolares salesianas (1931-1961). 2021. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.
- AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Brasil**: à luz da história. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.
- AZZI, Riolando. **As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil**: cem anos de História – Implantação do Instituto – 1892-1917. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1999.
- BITTAR, M. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/272-1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BOSCO, Teresio. **Maria Domingas Mazzarello**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1986.
- BOSCO, Pe Gio. **Em que consiste o Sistema Preventivo e por que se deve preferir**. Disponível em: <https://colegiosantoafonso.org/metodo-preventivo/>. Acesso em: 11 set. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de Agosto de 1971**: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Portaria de nº 17 do dia 23 de julho do ano de 1969**. Acervo da Escola Estadual São José.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e proposta pedagógica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al* (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HSTEDBR, 2007.

BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação. *Periódicos do Mestrado em Educação da UDCB*, Campo Grande, n. 12, p. 79-86, jul./dez. 2001.

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In: CUNHA, Francisco Antonio Maia da (Org.). **Campo Grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz, 1999.

CASTRO, Afonso de. **História da Missão Salesiana de Mato Grosso – 1894-2008**. Campo Grande: UCDB, 2014.

COB Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

COB Classificação Brasileira de Ocupações – 2010 – 3. ed., Brasília: MTE, SPPE, 2010, v. 1, 828 p. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

COB Classificação Brasileira de Ocupações – 2010 – 3. ed., Brasília: MTE, SPPE, 2010, v. 3, 196 p. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

COB Classificação Brasileira de Ocupações – 2010 – 3. ed., Brasília: MTE, SPPE, 2010, v. 2, 592 p. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

CORAZZA, José. **Esboço histórico da Missão Salesiana de Mato Grosso**. Campo Grande: Coleção Centenário, 1995.

ESCOLA SÃO FRANCISCO SALLES. **Sistema Preventivo de Dom Bosco**: razão, religião e bondade. Disponível em: <https://www.saofranciscodesales.com/nossos-pilares> Acesso em: 15 out. 23.

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Caderno de Frequência Diária (1957-1968)**.

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Caderno de Registro Escolar**: Matrículas Professores e Aparlhamento Escolar de 1957 a 1975.

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Caderno de Atas dos resultados finais dos anos de 1957-1978**.

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Caderno de Atas dos resultados finais dos anos de 1972-1979**.

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Caderno de matrículas do ano de 1971**.

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Caderno de matrículas do ano de 1974.**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Livro de Ponto dos Professores Escola Estadual São José (1972).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Livro de Ponto dos Professores Escola Estadual São José (1973).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Livro de Ponto dos Professores Escola Estadual São José (1974).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Estatística Escolar do ano de 1962.**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Estatística Escolar do ano de 1972.**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Relação do Quadro de Funcionários da Escola (1972).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Requerimento de Regularização (1974).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Regimento da Escola Estadual de 1º Grau São José (1974).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Resposta a Circular (1971).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Histórico (1975).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Plano Anual (1975).**

ESCOLA SÃO JOSÉ. **Projeto Político-Pedagógico.** Disponível em:  
<http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#> Acesso em: 09 jan. 2022.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Educação Republicana em Mato Grosso: Princípios Educacionais na Instrução Pública (1889 – 1894).** Disponível em:  
<https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Nilce-Vieira-Campos-Ferreira.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GATTI JR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007.

GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: O grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do estado (1910-1950).** 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Crônicas (1971).**

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Crônicas (1972).**

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Relatório Estatístico (1966).**

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Relatório Estatístico (1971).**

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Relatório Estatístico (1975).**

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Estatuto do Instituto Missionário São José – 1946.**

INSTITUTO MISSIONÁRIO SÃO JOSÉ. **Estatuto do Instituto Missionário São José – 1973.**

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública: história de ensino primário em Mato Grosso.** Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1971.

MATO GROSSO. **Diário Oficial – Ato de Criação da Escola Estadual São José (1974).**

MATO GROSSO. **O ensino em Mato Grosso.** Secretaria de Educação e Cultura – v. 1, SEC-PIEMAT 71/75, 1972.

MATO GROSSO. **Objetivos do ensino de 1º Grau e a Revisão de Currículo.** Secretaria de Educação e Cultura – v. 5.3, SEC-PIEMAT 71/75, 1972.

MATO GROSSO. **Programa de Ensino Primário de Mato Grosso 1962.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122346>. Acesso em: 13 out. 2023.

MATO GROSSO. **A Escola de 1º Grau e o Currículo.** Secretaria de Educação e Cultura – v. 5.6, SEC-PIEMAT 71/75, 1972.

MATO GROSSO. **Termo de Convênio – 1974:** Escola São José. Secretaria de Educação e Cultura.

MATO GROSSO. **Termo de Convênio II – 1974:** Escola São José. Secretaria de Educação e Cultura.

MATO GROSSO. **DECRETO N. 265, DE 22 DE OUTUBRO DE 1910.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MATO GROSSO. **Relação nº 145/75.**

MATO GROSSO. Rolo nº 060 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Joaquim A. da Costa Marque à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1919.**

MATO GROSSO: **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=ensino%20p%C3%BAblico%20prim%C3%A1rio-,%20quil%C3%B4metros%20de%20escola%20p%C3%BAblica>. Acesso em: 05 set. 2022.

MARIN, Eriberto Francisco. Entidade de utilidade pública: Efeitos jurídicos de sua declaração. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 39-46, 2010.

MENEZES, Pedro. Classe Social. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/classe-social/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MESQUIDA, Peri; BERTOLIN, Aline F.; DANTAS, Rosalina da R. A educação como missão: presença da igreja católica na educação brasileira (1978-2010) – um projeto missionário? – Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/extcal/event.php?event=119> . Acesso em: 08 out. 2023.

MIGUEL, Maria Elisabeth B. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al* (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HSTEDBR, 2007.

MOURA, Pe. Laércio Dias. **A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das instituições escolares contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al* (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HSTEDBR, 2007.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. **OS GRUPOS ESCOLARES NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO COMO PARTE DA POLÍTICA EDUCACIONAL (1910- 1950) - 2016**. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Regina%20tereza%20cestari%20de%20oliveira.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Regina%20tereza%20cestari%20de%20oliveira.pdf). Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, Carita M da S.; OLIVEIRA, Marilene; MATEDI, Patrícia M. A educação na Idade Média e a influência da Igreja no pensamento ocidental. **Maiêutica**, v. 2, n. 1, p. 45-50, 2014.

ORTIZ, Fernanda Ross. **A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

REDE SALESIANA BRASIL. **Dia de São José**. Disponível em: <https://www.rsb.org.br/noticia/Dia-de-Sao-Jose>. Acesso em: 26 ago. 2023.

REDE SALESIANA BRASIL. **131 anos das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil**. Disponível em: <https://www.salesianos.br/blog/131-anos-das-filhas-de-maria-auxiliadora-no-brasil>. Acesso em: 03 out. 2023.

ROCHA, Marcelo Pereira. **O ensino secundário no Sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

ROGGENKAMP, Carla Iren. As relações entre divisão do trabalho, classe social, e educação na antiguidade e suas repercussões na atualidade. **HSTEDBR**, Campinas, v. 20, p. 1-17, 2020.

ROMANELLI, Otanizia de O. História da Educação no Brasil, 1930-1973. Disponível em: [https://www.academia.edu/10417718/Educacao\\_Otaiza\\_O\\_Romanelli\\_Livro\\_Historia\\_da\\_Educacao\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/10417718/Educacao_Otaiza_O_Romanelli_Livro_Historia_da_Educacao_no_Brasil). Acesso em: 13 out. 2023.

SANFELICE, José Luis. **História das instituições escolares**. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al* (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HSTEDBR, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval *et al* (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HSTEDBR, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, [S.L.], n. 4, jan./dez. 2005.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **HSTEDBR**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional no século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, Maria Aparecida F. do Amaral. **Educação de mulheres no Vale do Paraíba: O Colégio do Carmo: 1892-1910**. Guaratinguetá SP, 2001.

SILVA, Alexandra Lima da; Orlando, Evelyn de Almeida. Memória e patrimônio na história da educação: possibilidades e desafios. **Caderno de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 425-444, mai./ago. 2019.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. UM OLHAR NA HISTÓRIA: A MULHER NA ESCOLA (BRASIL: 1549 – 1910). [S. D.]. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf> Acesso em: 27 ago. 2023.

VASCONCELOS, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Natieli B. **Estratégias de ensino para a educação noturna: o aluno como protagonista do aprendizado**. Disponível em: [www.seer.ufal.com](http://www.seer.ufal.com). Acesso em: 16 out. 2023.

VEIGA, Cynthia G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

WIRTH, Morand. **Dom Bosco e os salesianos: cento e cinquenta anos de história**. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1971.

## APÊNDICE A - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

### CONSTRUÇÃO DO ACERVO DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ

(FONTES: 1957-1974)

Kelly Cristiny Borges Larsen

#### I. INTRODUÇÃO

Em conclusão o desenvolvimento da presente pesquisa intitulada “Escola Estadual São José: A História de uma Escola Pública Dirigida pelos Salesianos em Campo Grande /MS (1957-1975)” e considerando que o Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ProfEduc/UEMS), tem como exigência a proposição e o desenvolvimento de um projeto de intervenção, apresento a seguir o desenvolvimento da proposta do projeto de intervenção, como produto final da dissertação desenvolvida e apresentada por meio deste texto.

Para Ivashita (2014) “quanto à empreitada de (re)construir o passado, tendo a certeza de que a história não está pronta, ela está por fazer-se, é expressivo pensar que tantas histórias já foram contadas e tantas ainda há para contar.” (2014, p.03).

A presente proposta de intervenção tem a intencionalidade de organizar, relacionar e catalogar, as fontes localizadas na pesquisa que resultou na presente dissertação e entrega-las para a Escola Estadual São José e ao Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens de Mato Grosso do Sul da UEMS. Destaca-se que a entrega ao Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens de Mato Grosso do Sul da UEMS somente poderá ser realizada após a autorização da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora ser concedida por meio de sua Inspeção da cidade de Campo Grande/MS autorização que será verificada futuramente.

Os mergulhos feitos pelos pesquisadores no interior das instituições e suas tentativas de montar o quebra-cabeça que ali se lhe apresenta, em geral, para serem bem-sucedidos, exigem que ele busque ar para não se afogar em águas turvas. Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno. (SANFELICE, 2007,p.78).

A pesquisa que resultou nesta dissertação, se definiu como sendo documental, a coleta de fontes foi realizada nas instituições que fizeram parte da fundação da Escola Estadual São José sendo estas a Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, o Instituto Missionário São José e a Escola Estadual São José todas sediadas na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul.

Podemos destacar que as fontes localizadas no desenvolvimento da presente pesquisa foram de fundamental importância para a construção da história da Escola São José dentro do recorte cronológico pesquisado que tem início no ano de 1957 até o ano de 1975.

As fontes localizadas que serão organizadas por meio do presente projeto de intervenção são categorizadas de duas formas, a primeira são as fontes localizadas na Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e a segunda as fontes localizadas na Escola Estadual São José.

As fontes localizadas na Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora são as crônicas e as estatísticas do Instituto Missionário São José com o recorte cronológico com início no ano de 1967 até o ano de 1974, estes documentos foram disponibilizados pela Inspetoria para consulta mediante leitura e para um melhor desenvolvimento das análises posteriores desta fontes imagens foram realizadas como forma de registro nas visitas.

As fontes localizadas na Escola Estadual São José são os Cadernos de Matrículas, Cadernos de Frequências, Livros Ata e Resultados, Cadernos de Pontos dos Professores, Cadernos de Ponto do Corpo Administrativo e outros documentos expedidos ou recebidos pela instituição. Estas fontes localizadas na Escola Estadual São José estavam armazenadas em um depósito que foi denominado de Acervo Antigo dentro do desenvolvimento da pesquisa, estas fontes possuem o recorte cronológico com o início no ano de 1957 se estendendo até o ano de 1974, destaca-se que a instituição não tinha conhecimento dos cadernos e dos documentos localizados.

O presente projeto de intervenção se propõem a organizar os documentos localizados que possuem o recorte cronológico anterior a instituição se tornar estadual tendo início no ano de 1957 se estendendo até o ano de 1974, este recorte foi adotado devido ao fato do arquivo da Escola Estadual São José a partir do ano de 1974 já se encontrar organizado.

O presente projeto, tem como intencionalidade principal preservar parte da história da Escola Estadual São José por meio das fontes que contém seus registros primários para o desenvolvimento de futuras pesquisas e entrega-las devidamente organizadas a Escola Estadual São José e se autorizado pela Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora ao Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens de Mato Grosso do

Sul da UEMS. A seguir apresentamos por meio das justificativas a importância do presente projeto.

## 2. JUSTIFICATIVA

A preservação das fontes são de fundamental importância para se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas, principalmente quando são desenvolvidas no campo da história da educação.

Os investigadores em história da educação reiteram queixas acerca do descaso institucional para com os documentos antigos, para com o que é considerado pela escola, em geral, como arquivo morto, concebido no mais das vezes como um depósito da documentação que já perdeu sua validade legal e, portanto, não dispõe de valor (VIDAL, 2007, p.64)

O Capítulo I, da presente dissertação apresentou por meio do mapeamento da fontes, a realidade encontrada nas buscas realizadas para localizar os documentos no Acervo Antigo da Escola São José, a grande maioria dos documentos localizados foram encontrados sem nenhuma organização e preservação.

Além da Escola Estadual São José, a Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande foi outra instituição em que foram realizadas buscas pelas fontes para se escrever parte da história da Escola Estadual São José. As fontes localizadas na Inspetoria estavam bem conservadas e organizadas, contudo os documentos que estavam armazenados no local foram transferidos para uma outra sede da Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora dentro do desenvolvimento da pesquisa não sendo mais possível, o acesso à estas fontes após a transferência.

O abandono das fontes encontrado na Escola Estadual São José e a transferência do arquivo da Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora da cidade de Campo Grande para outro município fazem deste projeto de intervenção, um objeto com uma importante contribuição para a preservação destes documentos ajudando com a sua execução manter parte da história da Escola Estadual São José preservada tendo em vista que os documentos que serão organizados são antigos e em alguns casos inéditos.

Se pode afirmar também que com o avançar da pesquisa foi possível reconhecer a importância das informações contidas nas fontes localizadas tendo em vista que o desenvolvimento da presente pesquisa só foi possível devido a localização da fontes encontradas nos acervos. Acredita-se que seja possível que alguns documentos já terem se

perdido ou estarem em algum lugar não localizado esta conclusão se faz devido a identificação de algumas lacunas na cronologia documental das fontes. Esta perda de possíveis fontes potencializou ainda mais a necessidade da catalogação das fontes localizadas reforçando assim a importância do projeto de intervenção proposto por meio do presente documento.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

- Organizar, relacionar e catalogar as fontes localizadas na Escola Estadual São José e na Inspeção da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e construir um Acervo documental e de imagens.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Relacionar, catalogar as fontes localizadas no Acervo da Inspeção da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e da Escola São José por ano e tipo de documento.
- Salvar as imagens produzidas dos documentos no Acervo da Inspeção da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade de Campo Grande em mídia digital e verificar a possibilidade de realizar a entrega como contribuição para o Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens de Mato Grosso do Sul da UEMS
- Organizar as fontes localizadas no Acervo da Escola Estadual São José em uma relação cronológica, em pastas e caixas organizadoras, disponibilizando-as para consulta da comunidade escolar e futuras pesquisas, a fim de preservar parte da história da instituição.

### **4. METODOLOGIA**

Com base no levantamento das fontes localizadas na pesquisa realizada, existem duas categorias de fontes identificadas que serão organizadas pelo presente projeto de intervenção. A primeira são as fontes localizadas no Acervo da Inspeção da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e a segunda são as fontes localizadas na Escola Estadual São José esta classificação se fez necessária devido aos fatos das fontes possuírem formatos diferentes e diante desta particularidade, as mesmas possuem a necessidade de serem organizadas e preservadas de formas distintas.

As fontes localizadas no Acervo da Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora como já mencionado são crônicas e estatística do Instituto Missionário São José, o recorte cronológico registrado destas fontes tem início no ano de 1967 se estendendo até o ano de 1974, vale destacar que o registro destes documentos foram realizados por meio de imagens dentro do desenvolvimento da pesquisa.

Os desafios colocados pela informática têm forçado os pesquisadores da área da História da Educação a desenvolver esforços variados no sentido de apropriar e de se beneficiar dos recursos a disposição das chamadas novas tecnologias. Tais empreendimentos adquiriram contornos variados, indo desde a retomada da necessidade de manutenção e preservação do patrimônio documental relativo à área de história de educação, evidenciado pelo movimento de criação de grupos, núcleos e programas voltados para esta finalidade, até a produção de bancos documentais informatizados, CD-Rom e utilização de ferramentas e recursos da internet. (GONDRA, 2000, p.4)

Visando a preservação destas fontes, o presente projeto de intervenção irá catalogar as fontes localizadas na Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora em uma listagem organizada por tipo de fontes e ano de expedição do documento e salvá-las em uma mídia digital, após esta organização será verificado juntamente à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora a possibilidade dos arquivos digitalizados serem entregues em regime de doação ao Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens de Mato Grosso do Sul da UEMS.

O segundo tipo de fontes que serão organizadas pelo presente projeto, são as fontes localizadas na Escola Estadual São José estas fontes são os cadernos de registro de matrículas, cadernos de frequências diárias, Livros Atas de Resultados Finais, Livro de pontos dos Professores/Administrativo e documentos diversos recebidos e expedidos pela instituição com o recorte cronológico com início no ano de 1957 se estendendo até o ano de 1974. Segundo Vidal (2000) “ para a pesquisa (e escrita) em história e em história da educação, toda ela produzida a partir do diálogo entre o historiador, seus pares e a fonte a guarda de documentos antigos (e presentes) é uma imposição” (VIDAL, 2000, p.34). Segundo a autora “ preservar não significa guardar tudo, mas avaliar a documentação, descartando o desnecessário e criando condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação do documento. (VIDAL, 2000, p.39).

Estas fontes localizadas na Escola Estadual São José por serem físicas serão organizadas em um formato diferente das localizadas na Inspetoria da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, a metodologia desenvolvida para sua preservação será executada em quatro etapas como descrito a seguir.

A primeira etapa realizada será a separação e a organização das fontes, localizadas no Acervo da Escola por ano e tipo de fontes, após o desenvolvimento desta ação foi verificado que se faz necessário a manutenção de algumas fontes tendo em vista que ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa algumas fontes demonstraram a necessidade de limpeza e alguns ajustes, destaca-se que estas ações serão realizada visando a preservação e maior conservação dos documentos que farão parte do acervo .

Após este primeiro momento, a segunda etapa realizada será a catalogação e etiquetagem das fontes, a fim de se construir um catálogo para registrá-las possibilitando com esta ação o conhecimento e o registros de todas as fontes disponibilizadas no Acervo para que com isso o acesso e o controle das mesmas se tornem fácil.

A terceira etapa será a efetiva organização do acervo em um espaço físico que conforme acordado será disponibilizado pela Escola Estadual São José dentro das suas dependências como culminância do presente projeto será realizada a quarta etapa que ser a entrega do novo Acervo para a direção da escola devidamente catalogado e organizado.

Todas as ações elencadas na presente metodologia foram pensadas com a intencionalidade de contribuir para a preservação das fontes localizadas buscando a manutenção da memória da instituição escolar.

## 5. CRONOGRAMA

<b>CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES – PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>					
<b>ATIVIDADES / MESES</b>	<b>FEVEREIRO</b>	<b>MARÇO</b>	<b>ABRIL</b>	<b>MAIO</b>	<b>JUNHO</b>
Levantamento das Fontes	X	X			
Organização das Fontes		X	X	X	
Entrega do Acervo para a Escola Estadual São José e UEMS					X

## REFERÊNCIAS

GONDRA, José G. **A Leveza dos BITS: História da Educação e as Novas Tecnologias in Arquivos, fontes e novas tecnologias questões para a história da Educação.** Luciano Mendes de

Faria Filho (Org.). Campinas: Autores Associados. 2000. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

IVASHITA, Simone B. **Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos.** Revista I-HISTEDBR On-line. Campinas. N. 58. p.68-77, set. 2014

SANFELICE, José L. **História das Instituições Escolares** in Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Maria Isabel Moura Nascimento...[et.al.] (orgs) – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG. 2007.

VIDAL, Diana G. **Fim do Mundo do Fim Avaliação Preservação e Descartes Documental** in Arquivos, fontes e novas tecnologias questões para a história da Educação. Luciano Mendes de Faria Filho (Org.). Campinas: Autores Associados. 2000. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

VIDAL, Diana G. **Por uma Ampliação da Noção de Documento Escolar** in Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Maria Isabel Moura Nascimento...[et.al.] (orgs) – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG. 2007.